

Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique

António Francisco

Cadernos IESE N.º 6

“Cadernos IESE”
Edição do Conselho Científico do IESE

A Coleção *“Cadernos IESE”* publica artigos de investigadores permanentes e associados do IESE no quadro geral dos projectos de investigação do Instituto.

Esta colecção substitui as anteriores Colecções de *Working Papers* e *Discussion Papers* do IESE, que foram descontinuadas a partir de 2010.

As opiniões expressas através dos artigos publicados nesta Colecção são da responsabilidade dos seus autores e não reflectem nenhuma posição formal e institucional do IESE sobre os temas tratados.

Os Cadernos IESE podem ser descarregados gratuitamente em versão electrónica a partir do endereço www.iese.ac.mz.

“Cadernos IESE”
Edited by IESE’s Scientific Council

The Collection *“Cadernos IESE”* publishes papers, written by IESE’s permanent and associated researchers, and which report on issues that fall within the broad umbrella of IESE’s research programme.

This collection replaces the previous two collections, *Working Papers* and *Discussion Papers*, which have been discontinued from 2010.

The individual authors of each paper published as *“Caderno IESE”* bear full responsibility for the content of their papers, which may not represent IESE’s opinion on the matter.

“Cadernos IESE” can be downloaded in electronic format, free of charge, from IESE’s website www.iese.ac.mz.

Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique

António Francisco

Cadernos IESE nº 6/2011

António Francisco é Director de Investigação do IESE e Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, Doutorado em Demografia pela Universidade Nacional da Austrália (1997) e Licenciado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane (1987).
antonio.francisco@iese.ac.mz

Março de 2011

Título: Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique

Autor: António Francisco

Copyright © IESE, 2011

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

Av. Patrice Lumumba 178

Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21 328894 | Fax: +258 21 328895

Email: iese@iese.ac.mz

Website: <http://www.iese.ac.mz>

Proibida a reprodução total ou parcial desta publicação para fins comerciais.

Execução gráfica: Zowona - Comunicação e Eventos

Impressão e Acabamentos: Norprint

Produção Executiva: Marimbique - Conteúdos e Publicações, Lda.

Tiragem: 250 exemplares

ISBN 978-989-8464-03-3

Número de Registo: 6779/RLINLD/2010

Palavras-chave: Demografia, regime demográfico, transição demográfica, protecção social demográfica, protecção social financeira, fecundidade, segurança humana, Moçambique

Sumário

A viabilidade e sustentabilidade dos sistemas modernos de protecção social, em países subdesenvolvidos como Moçambique, são geralmente avaliadas em torno dos mecanismos financeiros, como se a segurança humana da maioria da população dependesse principalmente da robustez, eficácia e eficiência dos sistemas económico-financeiros. Porém, quando se presta a devida atenção à demografia da população moçambicana, verifica-se que os factores e mecanismos demográficos jogam um papel muito mais determinante do que a literatura contemporânea sobre protecção social tem reconhecido; um papel socialmente mais relevante do que o de mero contexto ou variável exógena à dinâmica económica e social do país.

Esta ideia tem sido elaborada e aprofundada, em diferentes trabalhos recentes do autor deste trabalho, mas nenhum deles fornece o panorama extensivo apresentado nesta edição nº 6 do “Cadernos IESE”. O artigo apresenta um panorama sistemático da demografia de Moçambique, inserido na teoria e modelos modernos da transição demográfica. Mostra que Moçambique está a viver uma importante ruptura com o regime demográfico antigo, caracterizado por elevadas taxas de mortalidade e de natalidade, baixo nível de esperança de vida, estrutura etária muito jovem e crescimento populacional moderado.

Ao rever a evolução demográfica moçambicana percebe-se que a ruptura com o regime demográfico antigo iniciou, na primeira metade do Século XX, apenas ao nível da mortalidade. O mesmo não aconteceu com a transição da fecundidade, a qual iniciou em algumas regiões, mas ainda não se generalizou de forma sustentável a todo o país. Sempre que oportuno, ao longo do trabalho, a dinâmica populacional moçambicana é comparada com a dos países da região da África Subsariana e do mundo em geral.

O adequado enquadramento demográfico de Moçambique permite perceber que os sistemas convencionais de protecção social moçambicana enfrentam um importante paradoxo. Por um lado, os mecanismos formais considerados relevantes para a protecção social circunscrevem-se ou dependem dos sistemas financeiros disponíveis na sociedade. Por outro lado, mais de dois terços da população moçambicana continua excluída e sem acesso aos mecanismos financeiros (nas zonas rurais atinge 85%), tanto formais (contributivos ou caritativos) como informais (redes sociais de providência e outras formas comunitárias).

A amplitude do que pensamos e fazemos está limitada por aquilo que nos escapa. É, porque não nos damos conta do que nos escapa pouco nos resta fazer para mudar; até nos apercebermos de como o facto de não nos darmos conta condiciona os nossos pensamentos e os nossos actos (R.D. Laing, in Covey, 2005: 47).

Toda a ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas (Marx, 1974: 939).

Introdução

A ciência demográfica tem gerado conhecimento suficientemente sistematizado e profundo para uma crescente compreensão da relevância da dinâmica populacional, não apenas como contexto ou palco panorâmico dos sistemas e processos sociais e económicos, mas como parte integrante e determinante dos mesmos.

Este artigo mostra que a viabilidade e sustentabilidade dos sistemas modernos de protecção social, em países subdesenvolvidos como Moçambique, são geralmente avaliadas em torno dos mecanismos financeiros, como se a segurança humana da maioria da população dependesse principalmente da robustez, eficácia e eficiência dos sistemas económico-financeiros. Mostra que tal percepção, aparentemente óbvia e consensual, não passa de um equívoco produzido pelo senso comum. Como Marx defendia em relação à vida social em geral, e demógrafos notáveis como Keyfitz (1980) demonstraram para o caso específico dos fenómenos populacionais, as relações por debaixo das suas manifestações demográficas superficiais e imediatas são geralmente muito diferentes da realidade.

Entre os factores cruciais e determinantes da protecção social, pelo menos em Moçambique e outros países africanos, os factores demográficos desempenham um papel muito mais relevante e determinante na segurança humana do que a literatura contemporânea tende a reconhecer. O mesmo talvez não possa ser dito sobre os sistemas de protecção social em países de economia desenvolvida, com Estados-Providência assentes em instituições económico-financeiras sofisticadas e estruturas públicas administrativas amplas e com cobertura geral da população.

Nos Estados de Previdência, ou Estados que têm expandido sistemas financeiros a nível nacional, relativamente viáveis e sustentáveis a longo prazo, os factores demográficos são geralmente reconhecidos explicitamente pelos fazedores de políticas, planificadores e técnicos. Isto é evidente, por exemplo nos anos recentes de crise económico-financeira internacional, onde em grande parte a crise financeira é intimamente relacionada com as mudanças estruturais de natureza demográfica e económica (Becerra, 2009: 55- 58; Bernanke, 2006; Carreira

e Costa, 2008; Carreira e Dâmaso, 2009; Ferguson, 2009: 177-202; Gladwell, 2006: 10; Kaletsky, 2007; Midgley and Tang, 2008; Shapiro, 2010: 99-125; Soros, 1999: 141-142).

Em relação à protecção social nos países subdesenvolvidos, nomeadamente nos mais pobres, com instituições financeiras restritas, excludentes e de limitada abrangência nacional, bem como Estados fortemente dependentes da ajuda internacional, o reconhecimento dos factores demográficos tende a ser implícito, mais como contextual ou externo à própria estrutura e dinâmica dos modelos de análise e das políticas implementadas. Todavia, não pelo facto da demografia ser assumida com dada que ela deixa de ser estruturante e determinante das relações e processos sociais e económicos.

É praticamente impossível evitar o efeito dos componentes de mudança demográfica da população; mesmo quando se tenta ignorar, implícita ou explicitamente, eles acabam por condicionam e moldar a vida quotidiana das pessoas, no que diz respeito ao que é essencial para a sua sobrevivência e reprodução, no esforço de melhoramento da adaptação ao ambiente e segurança individual e social. Todavia, ao rever a literatura actual sobre protecção social, esta percepção integrada em torno a segurança humana digna é geralmente reduzida a formas de assistência reactiva, visando mitigar e riscos ou danos causados pela vulnerabilidade, crónica ou temporária, choques inesperados e insegurança estrutural e prolongada (Barrientos and Hulme, 2010; Devereux and Sabates-Wheeler, 2004; Devereux, 2006; Devereux et al., 2010; Ellis et al., 2009; Gross, 2007; Hodges and Pellerano, 2010; Holzmann, 2009; World Bank, 1990, 2001).

Este assunto tem sido abordado, em diferentes trabalhos e de diferentes formas pelo autor deste artigo, sendo retomado de forma mais detalhada num trabalho que se espera seja publicado brevemente (Francisco, 2011). Contudo, nenhum dos outros artigos fornece um panorama e enquadramento demográfico tão extensivo como que o que se apresenta nesta edição nº 6 do "Cadernos IESE". Na verdade, este trabalho reúne parte significativa da pesquisa e reflexão realizada ao longo do ano 2010, visando entender a problemática da protecção social como parte integrante do quadro demografia moçambicana.

Ao longo da pesquisa tem-se percebido a amplitude do tecido demográfico que frequentemente fica fora das análises políticas e económicas, como por exemplo a fase específica da transição demográfica moçambicana. Este artigo chama atenção para o facto de Moçambique estar a viver uma importante ruptura com o regime demográfico antigo, caracterizado por elevadas taxas de mortalidade e de natalidade, baixo nível de esperança de vida, estrutura etária muito jovem e crescimento populacional moderado. Uma ruptura que, de acordo com a teoria demográfica e experiência do processo de transição demográfica global, é possível acreditar que conduzirá ao desenvolvimento de um regime demográfico moderno.

Porém, como se mostra ao longo deste texto, a ruptura com o regime demográfico antigo permanece incipiente, lenta e atrasada, quando comparada com vários países da África Austral e outras regiões do mundo. Apesar da transformação do regime demográfico ter

iniciado nas primeiras década do século XX, ela tem-se caracterizado por uma transição que afecta principalmente a mortalidade e a migração. O mesmo não acontece com a fecundidade, se bem que também a organização social reprodutiva tenha estado a mudar e algumas poucas regiões, a nível urbano, tenham avançado significativamente na transição demográfica.

O adequado enquadramento demográfico do desenvolvimento de Moçambique permite perceber que os sistemas convencionais de protecção social moçambicana enfrentam um importante paradoxo. Por um lado, os mecanismos formais considerados relevantes para a segurança e assistência social circunscrevem-se e dependem dos sistemas financeiros disponíveis na sociedade. Por outro lado, tais sistemas financeiros cobrem pouco mais de um quinto da população adulta moçambicana, enquanto a restante (61% urbana e 87% rural) dos moçambicanos são excluídos do acesso aos financeiros, sejam eles formais (contributivos ou caritativos) ou informais (de Vletter, 2009: 36, 39).

Em Moçambique, ter muitos filhos constitui a solução principal e mais eficaz de protecção social. Principal, porque enquanto as sociedades não forem capazes de desenvolver instituições económico-financeiras, formais e informais, socialmente inclusivas e extensivas a todo o país, a protecção social continuará dependente do sistema de reprodução demográfico antigo, baseado em relações inter-geracionais, de género e linhageiras, visando garantir níveis de fecundidade compensadores da elevada mortalidade. Solução mais eficaz, do ponto de vista da estratégia de sobrevivência e reprodução humana – garantir a descendência dos indivíduos e das gerações, através da prevenção e mitigação de riscos no ciclo da vida, tais como: risco de morte prematura (antes de completar um ou cinco anos de idade), doença, vulnerabilidade e falta de aposentadoria na velhice.

No entanto, o facto de a estratégia de ter muitos filhos ser eficaz, não significa que seja eficiente. O custo demográfico e social da estratégia de sobrevivência herdada do regime demográfico antigo é muito elevado para a população moçambicana. Continua a produzir cerca de seis filhos por mulher, um número muito acima do necessário para garantir a reposição das gerações. A implicação disto é um elevado desperdício demográfico, o qual impede que as famílias possam transferir seu investimento parental da quantidade (elevado número de filhos) para a qualidade de um número menor de filhos.

É certo que a protecção social demográfica, em torno da elevada fecundidade da mulher, quando avaliada à luz dos actuais padrões internacionais de segurança humana digna, apresenta-se precária e incapaz de libertar as pessoas da carência, pobreza ou indigência extremas; principalmente em períodos de rápida aceleração do crescimento populacional. Isto, por si só, não torna a protecção social demográfica menos relevante do que a protecção social por via dos sistemas financeiros. Os próprios países com economias desenvolvidas e em fases avançadas da transição demográfica enfrentam crescentes desafios de sustentabilidade dos seus sistemas de protecção social, em grande parte por causa da sua nova estrutura etária idosa. Porém, a natureza dos problemas demográficos em países desenvolvidos difere muito dos problemas que põem em causa a viabilidade e sustentabi-

lidade nos países numa fase incipiente da transição demográfica; sobretudo países como Moçambique, com baixo padrão de vida e sistemas financeiros precários, acessíveis apenas a parte limitada da população.

O artigo divide-se em cinco capítulos, excluindo esta Introdução e as referências bibliográficas. O Capítulo 1 identifica e define o problema com que se confronta actualmente a protecção social em países como Moçambique, seus paradoxos debilidade da base financeira do sistema formal de protecção social moçambicano. O Capítulo 2 trata do processo de mudança do regime demográfico antigo para a transição demográfica incipiente em que se encontra a população moçambicana. Sempre que oportuno, a dinâmica populacional moçambicana é comparada com os países da região da África Subsariana e do mundo em geral. O Capítulo 3 apresenta um breve panorama de Moçambique, focalizado na evolução do crescimento populacional, passada, presente e perspectivas futuras. O Capítulo 4 detalha a transição demográfica moçambicana, com destaque para os componentes e mudança da dinâmica populacional: mortalidade, fecundidade, migração e urbanização, estrutura etária, a questão da dependência populacional e a correlação entre fecundidade, o desenvolvimento humano e a pobreza. O Capítulo 5 apresenta algumas considerações finais e conclusões, destacando: em que fase da transição se encontra Moçambique; impacto da transição demográfica na mudança da composição das famílias e dos casais; um sumário sobre o domínio da protecção social demográfica e o domínio da protecção social financeira.

Antes de avançar para o primeiro, vale a pena começar por explicitar a perspectiva de protecção social seguida neste trabalho. Protecção social é entendida, neste artigo, num sentido mais amplo do que a literatura convencional tem reconhecido, ao circunscrever o objecto da sua análise e opções políticas ao conjunto de mecanismos e iniciativas, públicas e privadas, visando proporcionar apoio, monetário ou em espécie, às **pessoas mais vulneráveis**, pobres e desfavorecidas. Neste artigo, por protecção social entende-se o conjunto de sistemas, mecanismos, iniciativas, políticas e programas destinados a garantir uma segurança humana cada vez mais digna, através da libertação gradual dos cidadãos de dois medos cruciais, no ciclo da vida humana: 1) liberdade em relação à carência (e.g. alimentar, de emprego e renda) e 2) liberdade em relação à agressão, privação e ameaça à segurança física e psicológica (e.g. tráfico de órgãos humanos ou de pessoas, violência doméstica, linchamentos públicos) (Francisco, 2009a, 2010a: 37).

Protecção social e demografia em Moçambique

A viabilidade e sustentabilidade dos sistemas modernos de protecção social, geralmente avaliada em torno das condições e mecanismos financeiros, na verdade não dependem unicamente da robustez, eficácia e eficiência dos sistemas económico-financeiros. Entre os factores cruciais na viabilidade e sustentabilidade da protecção social, os factores demo-

gráficos ocupam um papel central e determinante. Por factores demográficos entende-se, neste caso, a interacção das taxas vitais (taxas de mortalidade e de natalidade), do tamanho e da estrutura da população. Em conjunto, estes factores determinam o tipo de regime demográfico prevalecente num determinado país.

A despeito da grande diversidade de ligações entre os componentes das mudanças demográficas, por um lado, e entre estes e os factores económico-financeiros, sociais e culturais, por outro, de uma maneira geral a humanidade conhece apenas dois grandes regimes demográficos. O regime demográfico antigo (RDA) corresponde a uma reprodução humana assente em elevadas taxas vitais (de mortalidade e de natalidade), resultando num crescimento populacional próximo de zero. O regime demográfico moderno (RDM), desenvolvido nos últimos dois séculos, cada vez mais dominante em todo o mundo, alicerça-se em baixas taxas vitais, originando um crescimento populacional igualmente próximo de zero.

A passagem do equilíbrio sustentável do RDA para um novo equilíbrio no RDM passou a ser conhecida por 'transição demográfica', termo criado e usado pela primeira vez pelo demógrafo Frank Notestein (1945) (Bongaarts and Watkins, 1996; Davis, 1963; Kirk, 1996; Johnson-Hanks, 2010; Livi-Bacci, 1992). O termo 'transição demográfica' é usado actualmente na literatura internacional em dois sentidos, empírico e teórico, um ponto que será retomado no próximo capítulo, relativo ao quadro conceptual proporcionado pela transição demográfica.

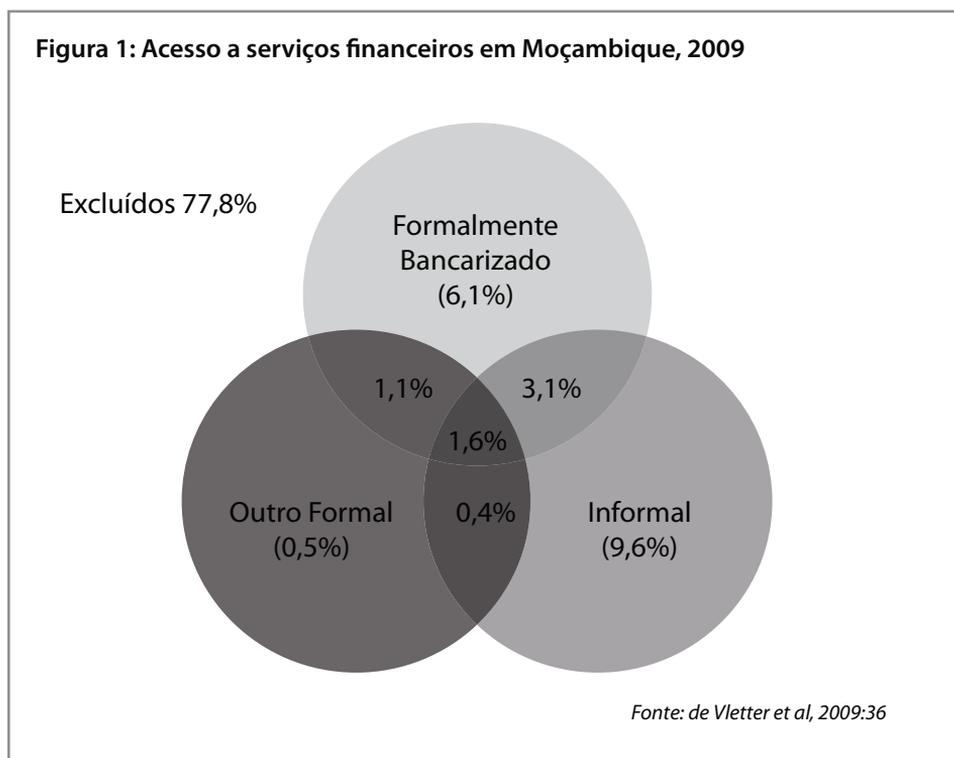
O paradoxo do actual Sistema de Protecção Social em Moçambique

Em Moçambique, o sistema financeiro de protecção social encontra-se numa situação paradoxal. Por um lado, as formas convencionais de protecção social - aquelas que vulgarmente se reconhece possuir potencial, nos tempos modernos, de proporcionar uma segurança humana digna - dependem e giram em torno de mecanismos institucionais financeiros.¹ Por outro lado, na vida quotidiana a solução para a enorme necessidade e demanda de prevenção e mitigação dos principais riscos humanos, desde o risco de vida (morrer na infância, antes de um ano ou dos cinco anos de vida), à doença e falta de aposentadoria na velhice, é proporcionada pelo sistema de reprodução demográfica, completamente à margem das instituições financeiras.

¹ Os sistemas formais envolvem regimes contributivos (de repartição financeira ou de capitalização), ou regimes não contributivos (de assistência monetária, em espécie ou outros apoios caritativos, com forte participação da ajuda internacional). Nos anos recentes o Estado Moçambicano aprovou vários dispositivos legais definidores do quadro legal da segurança social formal (Lei 21/2002; Lei 4/2007; Decreto 53/2007; Decreto 25/2009; Decreto 84/2009; Decreto 85/2009). Os sistemas informais envolvem mutualistas, fundos solidários (e.g. *xitique*, *ganho-ganho*, *male*) e associações não lucrativas, entre outras (Dava et al., 1998; Francisco e Paulo, 2006: 91-92; Quive e Patrício, 2005; Quive, 2007; de Vletter, 2009; Recama, 2008).

Uma das evidências mais expressivas e actuais do divórcio entre os mecanismos de protecção de natureza assente em mecanismos financeiros e os mecanismos de protecção social demográfica é fornecida pelo estudo intitulado “FinScope Mozambique Survey 2009” (de Vletter et al., 2009), recentemente tornado público. Este estudo confirma, fundamenta e actualiza o entendimento produzido por estudos anteriores, quanto à exiguidade fraca abrangência do sistema financeiro em Moçambique (INE, 2005, 2006, 2009a).

Como ilustra a Figura 1, perto de 80% da população adulta moçambicana é financeiramente excluída do sistema financeiro, tanto formal como informal. Apenas 4% da população rural e 27% da população urbana participam em serviços financeiros formais, o que de acordo com de Vletter et al. (2009:) representa a maior percentagem de adultos excluídos, entre dez países africanos, estudados pelo FinScope (incluindo Uganda, Zâmbia, Malawi, Tanzânia, Nigéria, Namíbia, Ruanda, Botswana, Quênia e África do Sul). A exclusão do sistema financeiro formal é apenas ligeiramente melhor do que na Tanzânia (2006), onde a percentagem de adultos formalmente depositantes (9%) é menor do que em Moçambique (12% têm conta bancária).



Este facto sobre a enorme exclusão da população adulta contraria uma percepção enganadora muito frequente no senso comum, segundo a qual apesar do sistema financeiro

formal possuir uma de fraca abrangência a nível rural, tal fraqueza tem sido compensada e amenizada pelo sistema informal usado pela maioria da população. Porém, a Figura 1 contradizem tal percepção do senso comum; o recurso às instituições financeiras informais abrange menos de 15% da população, dos quais cerca de 10% são genuinamente informais e os restantes cinco por cento em ligações mecanismos financeiros formais: com serviços bancários (3,1%), outros serviços formais (0,4%) e uma mistura destes dois (1,6%).

Em outras palavras, mais de três quartos (78%) dos moçambicanos são, como sublinha o estudo FinScope Mozambique Survey 2009, financeiramente excluídos do sistema financeiro. Neste contexto, o que se afigura particularmente paradoxal, é que os sistemas financeiros formais e informais centralizam e absorvem a generalidade dos recursos financeiros, mas na verdade tais sistemas cobrem uma pequena parte da população. Pelo contrário, o sistema de protecção social demográfico nem tão pouco é reconhecido como parte do sistema geral de protecção social, propriamente dito. Os dois sistemas de protecção – demográfico e financeiro – ignoram-se mutuamente, tanto na vida prática, como nos debates políticos e académicos.

A debilidade da base financeira do Sistema Formal de Protecção Social

Nestas circunstâncias, não admira que a maior parte dos recursos do Estado, privados e provenientes da ajuda internacional, ao serem concentrados num pequeno grupo de entidades relativamente grande (Estado, empresas e ONGs), gere a ideia que é em torno destas entidades que gira a protecção social relevante para a população moçambicana. Porém, como ilustram a Tabela 1 e a Figura 2, o grau de cobertura nacional dos sistemas convencionais (contributivos e não contributivos) abrange menos de 10% dos cerca de 11 milhões de moçambicanos em idade economicamente activa.

A Figura 2 mostra que a população economicamente activa excluída dos serviços de segurança social formal é superior a 90%; dos nove por cento de beneficiários de algum tipo de protecção social formal, dois por cento contribuem activamente para o Instituto de Segurança Social (INSS), contra 4,8% que estão registados mas não contribuem; apenas dois por cento beneficiam de assistência social não contributiva, através de programas públicos e organização internacionais de previdência social.

Ao apreciar os dados da Tabela 2, percebe-se que o baixo nível de cobertura da protecção social formal é consistente com a fraca base produtiva e laboral, potencialmente disponível para contribuir financeiramente para a segurança social (contributiva) e assistência social (não contributiva). A força de trabalho assalariada activa é metade (8%) da inactiva ou desempregada (17%), enquanto os restantes 75% de moçambicanos em idade de trabalhar dependem de actividades informais. Como ilustra a Tabela 1, a proporção de crianças e adolescentes, com idades entre os sete e catorze anos de idade, é superior (1,4 milhões) do que toda a força de trabalho assalariada activa (873 mil) (INE, 2006).

Figura 2: População Economicamente Activa (PEA) e Segurança Social Formal (SSF) em Moçambique 2007

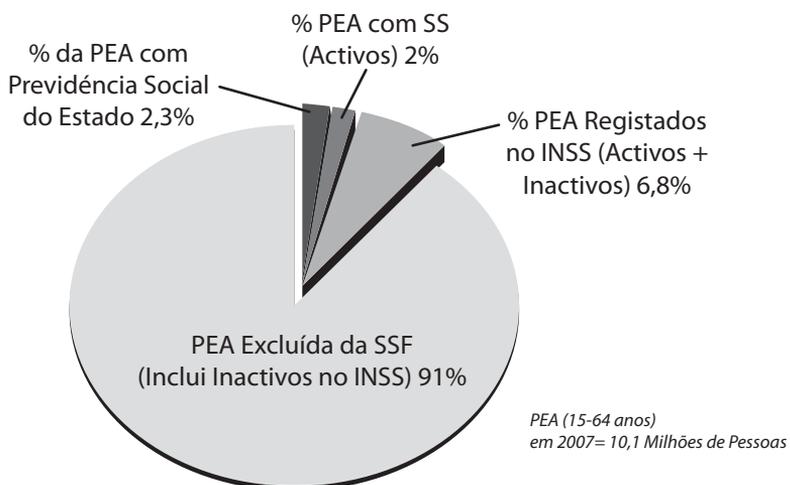


Tabela 1: População em idade economicamente activa e protecção social formal em Moçambique 2007

	Total	%
(em 1.000 pessoas)		
População Total (Censo 2007)	20.632	100
População 7 e mais anos de idade	15.213	73,7%
População em Idade Activa (PIA), 15-64 anos	10.589	51,3%
PIA por Sector de Actividade		
Assalariada	837	7,9%
Informal	7.942	75%
Desempregada	1.800	17%
População infantil trabalhadora (7 - 14 anos)	1.354	8,9%
PIA por Fonte de Contribuição		
Previdência Social Estado (Funcionário da Adm. Pública)*	231,8	2,2%
Trabalhadores no Sistema de Segurança Social (INSS)	690,0	6,5%
Activos	193,4	1,8%
Inactivos	496,5	4,7%
População Abrangida pela P.S Formal (Previdência Social + INSS)	921,7	8,7%
Actuais Beneficiários de Segurança Social Formal (INSS Activos + Estado)	425,2	4,0%

* O Censo de funcionário indicou um total de 169.963 funcionários, mas o dado usado aqui deriva do Censo 2007

Fonte: INE, 2005, 2010; Recama, 2008

Perante as evidências empíricas, resumidas na Tabela 1 e Figura 2, não admira que o grupo de pessoas abrangidas pela protecção social formal (incluindo a previdência social do Estado para trabalhadores da Administração Pública e o sistema de segurança social (INSS), seja presentemente inferior a um milhão, numa população com cerca de 11 milhões de pessoas em idade economicamente activa e uma população total de 22 milhões de habitante. Como o efectivo do INSS inclui trabalhadores registados, tanto os que contribuem activamente como os não contribuintes ou inactivos, na realidade a percentagem de beneficiários da segurança social formal ronda os quatro por cento da população em idade economicamente activa.

Perante o panorama, acima descrito, algumas questões tornam-se inevitáveis: se o sistema financeiro nacional, em que se alicerçam os mecanismos formais e informais de protecção social, proporciona acesso a menos de um quinto da população adulta, onde é que os restantes quatro quintos das pessoas excluídas do sistema financeiro buscam sua protecção social? Estarão elas totalmente desprotegidas, em termos de apoio básico à criação e mitigação de riscos de insegurança da população idosa? Com uma infra-estrutura financeira tão limitada e excludente, será possível aspirar a uma segurança social contributiva e a uma assistência social não contributiva, inclusivas e socialmente relevantes para a maioria da população?

Do regime demográfico antigo à transição demográfica

O quadro conceptual mais apropriado para o esboço de um panorama da evolução demográfica moçambicana gira em torno do conceito ‘transição demográfica’, considerado no seu duplo sentido: teórico e empírico e teórico. Obviamente, a divisão entre o teórico e o empírico é uma divisão artificial. Na verdade, um dos problemas que o estudo da população moçambicana enfrenta é uma falta de dados empíricos representativos e fidedignos, principalmente em relação ao passado remoto. Mesmo em relação ao último século, só tem sido possível reproduzir empiricamente as dinâmicas populacionais, usando os dados fragmentados disponíveis e as observações qualitativas antropológicas e históricas em íntima articulação com conjecturas e pressupostos inspirados na ciência demográfica.

Como explicam os filósofos e cientistas da teoria do conhecimento moderna, o conhecimento científico tem-se sofisticado e estruturado cada vez mais. E só **com um conhecimento** melhor estruturado se consegue entender o que é possível conhecer sobre a realidade (Deutsch, 2000; Popper, 1999). Porém, se ‘...nenhuma teoria conduz directamente aos factos ... Há sempre um processo repetido de formação e teste de hipóteses...’ (Wilson, 2009: 98), não é menos verdade que ‘...o entendimento não depende de saber muitos factos, mas de ter os conceitos, explicações e teorias correctos (Deutsch, 2000: 1). ‘Nós entendemos a estrutura da realidade somente pelo entendimento das teorias que a explicam. E como elas explicam mais do que percebemos imediatamente, podemos entender mais do que percebemos imediatamente que entendemos’ (Deutsch, 2000: 9).

É importante reconhecer a subtil diferença entre entendimento e o mero conhecimento (descrição e previsão). Enquanto este último assenta na descrição e previsão, o entendimento tem a ver com explicação. De forma simples e aproximada, enquanto o conhecimento diz respeito a “o que”, “onde” e “quando”, o entendimento trata de “por que” e “como” (Deutsch, 2000: 8). Ser capaz de descrever e prever fenómenos e processos de mudança, não é necessariamente suficiente para os entender. Através de descrições e previsões é possível conhecer coisas; por exemplo a custo de vida, de produção e pobreza em Moçambique. Mas para entender as suas causas, a estrutura, dinâmica e mecanismos da sua reprodução, precisam de ser explicadas. Mesmo que fosse possível criar uma super-base de informação e de dados estatísticos, não existe maneira de entender a estrutura da realidade, se não for pelo entendimento das teorias que a explicam (Francisco e Ali, 2008: 1).

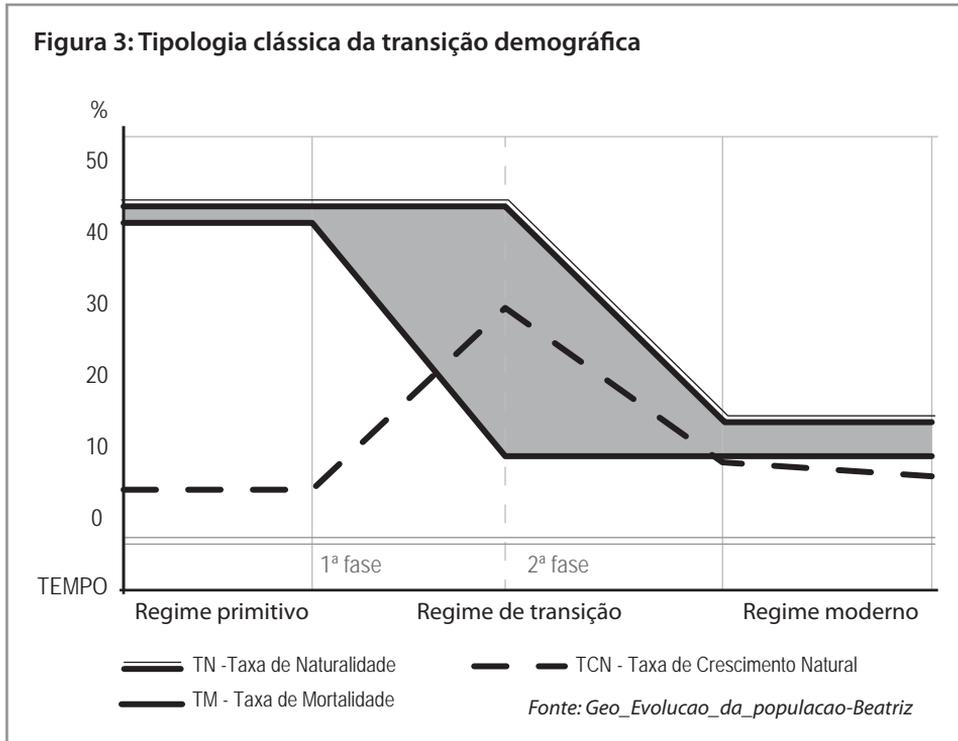
Marco conceptual: teoria e observação empírica

O termo ‘transição demográfica’ é geralmente usado na literatura demográfica em dois sentidos, empírico e teórico. Como descrição empírica da mudança demográfica, ao longo tempo, o modelo da transição demográfica teve seu esboço interpretativo preliminar em 1929, no artigo do demógrafo americano Warren Thompson intitulado ‘Population’, no qual identificou três tipos de países no mundo no se refere ao seu crescimento populacional.

Recorrendo a dados de nascimentos, óbitos e crescimento natural, Thompson ilustrou as tendências demográficas mais significativas em diferentes países: (A) Países com rápida diminuição das taxas de mortalidade e de natalidade, em que as taxas de crescimento natural conduziam rapidamente para uma população estacionária ou em diminuição, por causa da prática generalizada do controlo reprodutivo (países da Europa Ocidental e países de outros continentes ocupados por emigrantes europeus); (B) Países com taxas de natalidade a tender para o controlo, mas bastante lentamente (Itália, Espanha e populações da Europa Central); (C) Países com taxas de natalidade e de mortalidade submetidas ao mínimo controlo voluntário e os ‘controlos positivos’ (e.g. doença, fome, guerra, etc.) determinam o crescimento da população (Rússia, Japão e Índia e maior parte da Ásia, África e América do Sul) (Thompson, 1929: 959, 961-962). Thompson previu que a rapidez de diminuição da taxa de natalidade no grupo B iria depender da velocidade da sua industrialização, enquanto a no grupo C o crescimento populacional poderia decorrer na razão inversa da gravidade dos controlos positivos, nomeadamente: fome, doença, guerra e eventuais costumes propensos a agravar a mortalidade (Thompson, 1929:970-972).

O termo ‘transição demográfica’ foi usado pela primeira vez pelo demógrafo Frank Notestein (1945, McNamara, 1982: 146), referindo-se ao processo histórico de mudanças observadas nas populações humanas, de um regime demográfico de elevadas taxas vitais (elevada mortalidade e elevada natalidade) para um regime caracterizado por baixas taxas vitais. É este processo de transição de um equilíbrio sustentável do regime demográfico antigo (RDA) para um novo equilíbrio do regime demográfico moderno (RDM) que passou

a designar-se por 'transição demográfica'. A Figura 3 apresenta o modelo estilizado deste processo histórico, segundo a representação clássica da transição demográfica, compreendendo quatro etapas principais (Bongaarts and Watkins, 1996; Davis, 1963; Kirk, 1996; Johnson-Hanks, 2010; Livi-Bacci, 1992; Malmberg, 2008; Malmberg & Sommestad, 2000).



Na literatura o termo 'transição demográfica' também tem sido usado para referir o conjunto de teorias de transição demográfica, sobre a causalidade, determinantes e mecanismos de mudanças demográficas (Caldwell, 1976, 2001; Davis, 1963; Kirk, 1996; Notestein, 1945; Johnson-Hanks, 2010: 302; Reher, 2004). Na segunda metade do século XX, o modelo da transição demográfica, tal como é representado na Figura 3, suscitou inúmeras controvérsias, incluindo avaliações sérias e preocupadas em aperfeiçoar a teoria para que produza e melhor conhecimento e entendimento (Brown et al., 1999; Caldwell, 1976, 2001, 2004; Cleland and Wilson, 1987; ECA, 2001; Lesthaegue, 1989; Greenhalgh, 1995; Kent, 2004; Knodel and van de Walle, 1979; Mason, 1997; Szreter, 1993; Watkins, 1987) e outra extremamente crítica e por vezes nada simpática (Abernethy, 1995; Campbell, 2007; Friedlander et al., 1999; Livi-Bacci, citado por Coale, 1994).

À medida que o tempo vai avançando, tanto a teoria como o modelo empírico da transição demográfica, têm sobrevivido aos questionamentos críticos, inspirando novos alentos e reconhecimento intelectual. Com as quedas profundas na fecundidade em todo o mundo, defende Reher num artigo de 2004, é cada vez mais importante entender a transição

demográfica como um processo global. Embora essa universalidade tenha sido a pedra angular das teorias clássicas de transição, adianta Reher (2004: 19), durante muitas décadas ela foi amplamente negligenciada pelos especialistas porque a fecundidade no mundo subdesenvolvido parecia não seguir o padrão esperado. Mas quando se comparam as experiências de transição iniciais com as mais recentes, escreve Reher (2004: 19), importantes semelhanças e diferenças são identificadas.

Em toda parte o declínio da mortalidade parece ter desempenhado um papel central para a queda da fecundidade. As diferenças no tempo de resposta da fecundidade ao declínio da mortalidade, com pequenos hiatos historicamente mas intervalos mais prolongados nas transições recentes, para além do declínio muito mais rápido das taxas de vital nos países subdesenvolvidos, constitui um importante desafio para qualquer explicação geral dos processos. A consequência disto poderá ser uma menor capacidade e possibilidade dos países recém-chegados à transição demográfica global, quando se trata de tirar o melhor proveito dessa transição para a modernização social e económica das sociedades.

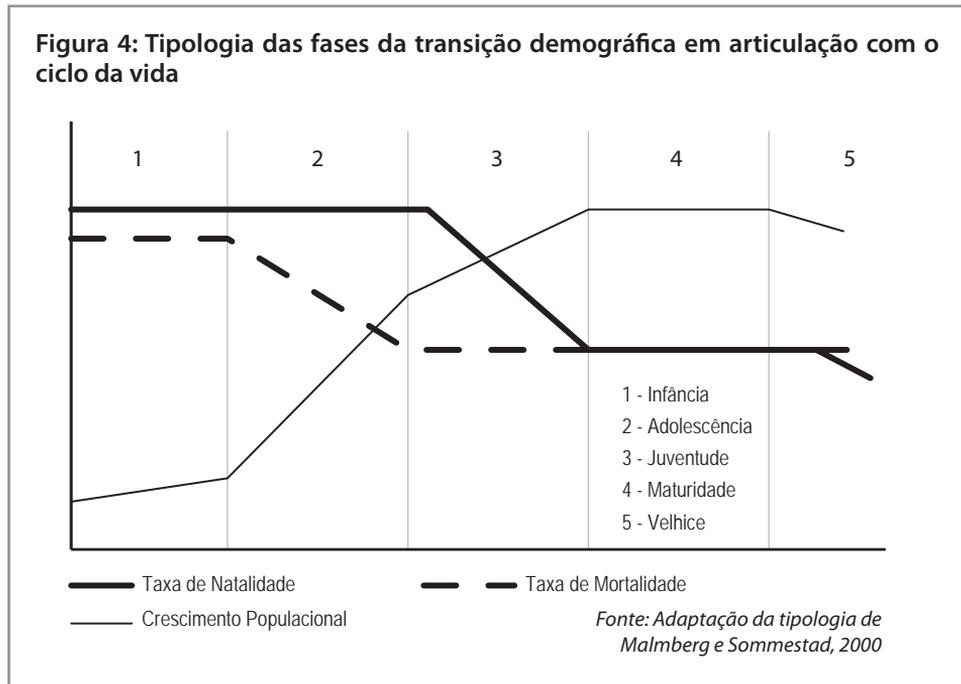
Teoria moderna da transição demográfica e ciclo da vida

No passado, os estudiosos da demografia concentraram-se principalmente no crescimento bruto da população, tendo de algum modo descurado o problema das mudanças de longo prazo na estrutura etária. O modelo clássico da transição demográfica foi formulado em torno das taxas (brutas) de mortalidade e de natalidade; a análise centrou-se no impacto da transição e na taxa de crescimento populacional. O impacto da transição demográfica na estrutura etária das populações, mereceu atenção dos demógrafos e de outros especialistas relativamente às suas consequências, para a estrutura da procura da população economicamente activa, força de trabalho e envelhecimento populacional. Porém, foram poucos os estudiosos que procuraram ligar de forma sistemática e elaborada, as mudanças na estrutura etária com as fases da transição demográfica. Uma das excepções, digna de referência, é o contributo do demógrafo sueco Bo Malmberg e seus colegas, propondo uma tipologia da transição demográfica, articulada com as principais fases do ciclo da vida: infância, adolescência e maturidade. (Hugh, 2008; Malmberg and Sommestad, 2000: 3).

A chamada de atenção de Malmberg, evidencia que um efeito da transição demográfica na estrutura etária mais duradouro do que no crescimento populacional, passando por quatro fases distintas, cada uma delas marcada pelo aumento de um certo grupo de idades. Primeiro surge a *fase da criança (infância)*; segue-se a *fase juvenil*, depois a *fase maturidade* e, por último, a *fase de envelhecimento* (Malmberg and Sommestad, 2000: 3; Malmberg and Lindh, 2004; Malmberg, 2008).

A Figura 4 apresenta uma representação gráfica das quatro fases clássicas, acrescida de uma nova, correspondente à quinta fase, segundo certos autores, ou à segunda transição demográfica, de acordo com outros (Coleman, 2006; Lestaeghe and Neidet, 2006; Lestaeghe, 2010;

Kent, 2004): Fase 1: Pré-transição (*infância*), caracterizada por elevadas taxas vitais, resultando num crescimento vegetativo populacional muito baixo; Fase 2: Primeira etapa da transição (*adolescência*), geralmente iniciada com a queda das taxas de mortalidade; ou seja com o início da transição da mortalidade, enquanto a natalidade permanece estacionária; Fase 3: Início da transição da fecundidade (juventude), resultando numa aceleração do crescimento vegetativo; Fase 4: (maturidade) Período de consolidação da queda da TBM e da TBN, a ritmos diferentes, em que as taxas vitais voltam a estabilizar, encontrando um novo equilíbrio, gerando um crescimento populacional novamente baixo; abrange países com taxas de fecundidade abaixo do nível de substituição (2,1 filhos); Fase 5: Fase do envelhecimento.



Mais adiante, neste trabalho, esta tipologia será retomada, para tecer considerações adicionais sobre o estágio em que Moçambique se encontra actualmente, no quadro das fases de transição demográfica.

Breve panorama demográfico da população moçambicana

À medida que o tempo vai passando, os antecedentes remotos perdem-se no tempo, dando a ideia que as retrospectivas de longo prazo são de pouca utilidade. No entanto, para

perceber bem a relevância do actual crescimento populacional em Moçambique, principalmente a aceleração da taxa de crescimento demográfica, no último meio século, é importante inserir este último período no contexto da trajectória evolutiva populacional de mais longa duração, tanto mundial como africana.

Crescimento populacional: passado, presente e futuro

A Tabela 2 sumariza dados da evolução de longa duração da população moçambicana, em comparação com a população do mundo e do Continente Africano (INE, 2010; Maddison, 2006, 2010; UN, 2010a). Segundo as estimativas de Maddison (2006: 30), no 1º Milénio da nossa era, a população global cresceu lentamente. No início do 1º Milénio, a população mundial rondava 230 milhões de pessoas, tendo aumentado apenas um sexto (17%), até ao fim do Milénio. No mesmo período, a população de África (incluindo 57 países) aumentou de 16,5 milhões, no início do Milénio, para 32 milhões de pessoas, no fim do milénio. Em Moçambique, no início do milénio a população rondava os 50 mil habitantes, tendo multiplicado pelo menos seis vezes mais, até ao final do 1º Milénio (300.000).

À semelhança do que tem acontecido com a população mundial (Caldwell, 2004; Demeny and McNicoll, 2006; ECA, 2001; Maddison, 2006; UN, 2010a), a população moçambicana tem vivido importantes mudanças demográficas, ao longo dos séculos passados. Uma das evidências mais visíveis de tais mudanças, observada no último meio século, é o rápido aumento da população.

No 2º Milénio, registou-se uma visível aceleração do crescimento populacional, tanto a nível mundial e africano como também moçambicano. A população mundial aumentou 22 vezes mais, enquanto em África aumentou 25 vezes e em Moçambique 59 vezes. No ano 1500 a população de Moçambique teria atingido um milhão de habitantes; em 1820, ultrapassou os dois milhões de pessoas. Por volta de 1891, ano do nascimento do Estado moderno em Moçambique, o número da população rondava os 3,8 milhões de habitantes.²

² Reagindo a estas estimativas, apresentadas no *Ideias 28* (Francisco, 2010b), o historiador Gerhard Liesegang colocou ao autor algumas dúvidas sobre a estimativa do tamanho da população no início do século XX. Segundo as evidências históricas reunidas por Liesegang, em 1900 a população moçambicana deveria rondar apenas três milhões de habitantes; ou seja, menos oitocentos mil do valor apresentado na Tabela 1, para 1891. O volume 3 do Manual História de Moçambique faz referência ao mesmo valor (três milhões) indicado, por Liesegang, para 1900, indicando que em 1930 a população atingiu 4,2 milhões (Hedge, 1999: 8). Se esta hipótese corresponder aos factos, a correcção das estimativas permite adicionar uma nova hipótese sobre o ritmo da aceleração da taxa de crescimento populacional, entre 1990 e 1950. Em vez de uma taxa de crescimento médio anual de 0,84%, no período 1900-1950, a taxa seria 1,57%, correspondente a 1,13%, entre 1990 e 1930, e 2,01%, entre 1930 e 1950. Não foi possível ter acesso a fontes mais específicas que fundamentem esta hipótese, mas não deixa de ser uma hipótese interessante, ao colocar a possibilidade do início da transição da mortalidade ter ocorrido algumas décadas antes de meados do século XX.

Tabela 2: Evolução da população em Moçambique, África e no mundo

Momento Histórico	Ano	Moçambique (Mil Hab.)	África (Mil Hab.)	Moz em % de África	População Mundial (Mil Hab.)	% do Mundo
Século I	1	50	17.000	0,3%	225.820	0,02%
Século X	1000	300	32.300	0,9%	267.330	0,11%
Século XV	1500	1.000	46.610	2,1%	438.428	0,23%
Século XVI	1600	1.250	55.320	2,3%	556.148	0,22%
Século XVII	1700	1.500	61.080	2,5%	603.490	0,25%
Século XIX	1820	2.096	74.236	2,8%	1.041.720	0,20%
• Nascimento de Moçambique (como Estado moderno - colonial)	1890	3.775	103.060	3,7%	1.323.022	0,29%
Século XX						
• Início do sec. XX	1900	4.106	110.000	3,7%	1.563.464	0,26%
	1950	6.250	227.939	2,7%	2.525.501	0,25%
• Independência - Estado Soberano	1975	10.433	416.226	2,5%	4.064.231	0,26%
• 2ª República pós-independência	1990	12.656	633.216	2,0%	5.256.680	0,24%
Século XXI						
• Primeira década do sec. XXI	2007	19.952	952.787	2,1%	6.570.525	0,30%
Pop. Projectada (*)	2010	23.406	1.033.043	2,3%	6.908.688	0,34%
Pop. Projectada (*)	2020	28.545	1.276.369	2,2%	7.674.833	0,37%
Pop. Projectada (*)	2030	33.894	1.524.187	2,2%	8.308.895	0,41%
Pop. Projectada (*)	2050	44.148	1.998.466	2,2%	9.149.984	0,48%

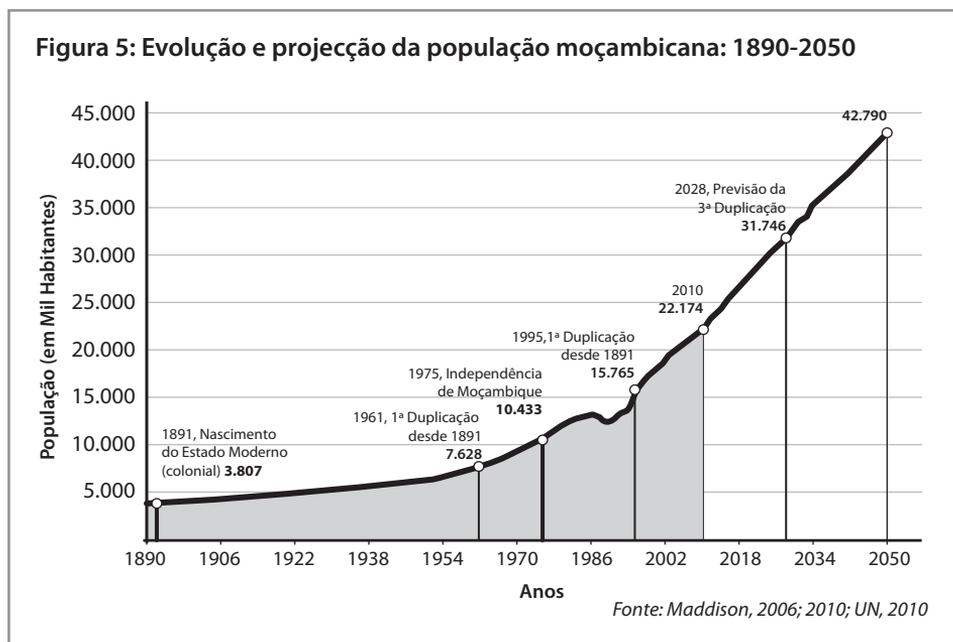
(*) Projecção ajustada com variante média da ONU 2008

Fonte: INE, 1999; Maddison, 2006, 2010; UN, 2010.

A Figura 5 resume a evolução da população de Moçambique nos últimos 120 anos e apresenta uma projecção do crescimento nos próximos 40 anos, segundo os dados da variante média da divisão de população da Organização das Nações Unidas (UN, 2010a). O ano 1891 é escolhido como referência inicial, na Figura 5, por ser a data histórica em que a configuração geográfica e fronteiras, incluindo a longa costa do Oceano Índico, demarcada através do Tratado entre Portugal e Inglaterra, passou a ser conhecido por Moçambique (Newitt, 1997: 291-342; Péliissier, 2000: 144). Tal acontecimento histórico deu origem ao nascimento de Moçambique como Estado moderno.³ A delimitação fronteiriça de Moçambique passou a fornecer o enquadramento estruturante em múltiplos sentidos (desde o demográfico, ao social, económico e político), com

³ Um Estado de natureza colonial, nos 84 anos decorrentes até à Independência em 1975, e Estado Soberano, nos últimos 35 anos, convertido num Estado Falido mas não Falhado, desde meados da década de 1980 (Francisco, 2010a).

implicações para a delimitação do tamanho, estrutura e dinâmica populacional, bem como distribuição geográfica, movimentos migratórios e urbanização, entre outros.



Duas duplicações populacionais em 100 anos e a terceira a caminho

Desde 1891 até 2010, a população moçambicana aumentou, aproximadamente 3,8 milhões para 22,2 milhões habitantes. Um aumento populacional de quase seis vezes mais, num período de 120 anos, resultando num incremento de 18,4 milhões de pessoas (Figura 5).

A primeira duplicação populacional poderá ter ocorrido no início da década de 1960, ao totalizar 7,6 milhões habitantes em 1961. A segunda duplicação terá acontecido por volta de 1995, ao atingir 15,8 milhões de habitantes, prevendo-se que atinja a terceira duplicação por volta do ano 2028, ano em que se espera atingir 32 milhões de habitantes. Significa assim, que nos 35 anos de Independência de Moçambique, a população duplicou (INE, 1999, 2010; Maddison, 2010; UN, 2010a).

Desta breve retrospectiva, sobressaem aspectos dignos de realce, relativos à variação do crescimento populacional, em termos absolutos e relativos. A população total aumentou 10 vezes, mas metade deste aumento ocorreu nos últimos 35 anos (em apenas um quinto do período). Ou seja, foram precisos 70 anos para que a população duplicasse, entre 1891 e 1961, resultando num acréscimo absoluto de 6,6 milhões de pessoas. Porém, a segunda

duplicação, entre 1961 e 1995, foi preciso apenas 34 anos, resultando num acréscimo absoluto maior do que o da duplicação anterior (8,2 milhões de pessoas), testemunhando assim uma aceleração da taxa de crescimento.

Se as projecções da variante média da ONU (2010) se confirmarem, até ao fim da corrente década, a população de Moçambique registará um aumento absoluto de cinco milhões de pessoas. Este acréscimo populacional equivale ao total das populações de três países da África Austral, projectadas para 2020: Botswana (2,2 milhões), Maurícias (1,4 milhões) e Suazilândia (1,4 milhões) (UN, 2010; PNUD, 2009). A diferença, contudo, é que estes três países vizinhos são mais desenvolvidos do que Moçambique, tanto em termos de desenvolvimento humano como demográfico (Francisco, 2010a).

A evolução futura do tamanho populacional dependerá da variação das taxas vitais e da estrutura etária, nomeadamente da taxa de natalidade associada ao nível de fecundidade das mulheres em idade reprodutiva. As projecções da ONU (2008) assumem uma redução progressiva da fecundidade, tanto no mundo em geral como em Moçambique.

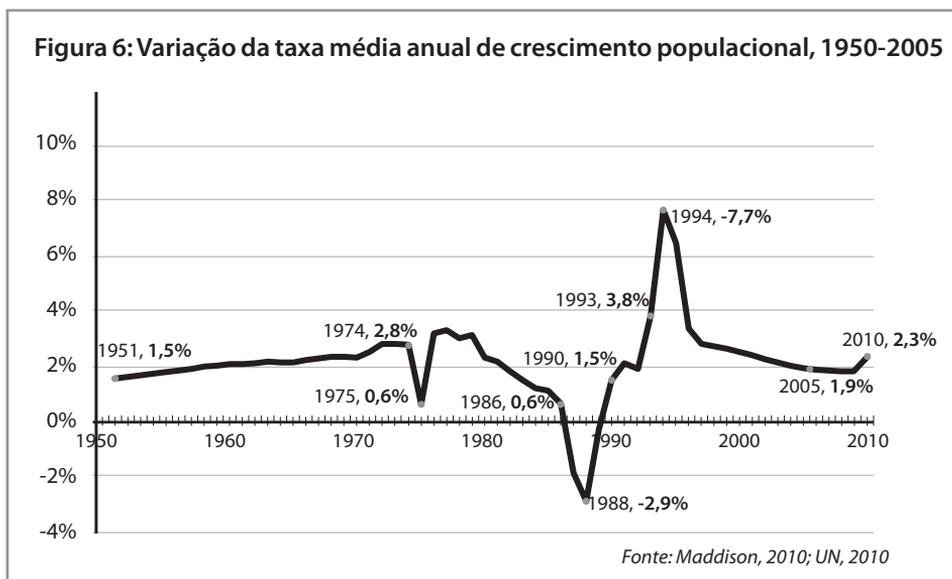
A variação relativa do crescimento populacional também evidencia uma aceleração, a partir da segunda metade do Século XX. Até meados do século XX, a taxa média anual do crescimento da população foi inferior a 1% (0,87%, no período 1891-1950), mas no último meio século, registou uma aceleração persistente para níveis superiores a 2% ao ano (Francisco, 2010b). Em alguns períodos a aceleração da taxa de crescimento populacional sofreu quebras substanciais, como ilustra a Figura 6.

Tais quebras poderão ter sido causadas por mudanças mais conjunturais (e.g. políticas e sociais) do que estruturais (e.g. principalmente demográficas). Entre 1974 e 1975, a taxa média anual desceu de 2,8% para 0,6%, respectivamente, mas retomou níveis superiores a 2%, no período 1975-1981. A partir de 1981 registou-se outra quebra brusca, atingindo níveis negativos, com o pico mais baixo (-2,9%), em 1988. A partir de 1991, observou-se a reposição dos níveis elevados, com um pico excepcional em 1994, atingindo um crescimento anual de 7,7%.

As evidências disponíveis sugerem que as variações bruscas no crescimento populacional, nos períodos acima referidos (Figura 6), foram causadas mais por mudanças políticas e económicas conjunturais, do que mudanças estruturais da composição populacional. Foi um período marcado por políticas governamentais radicais, implementadas logo após a Independência política de Moçambique, em 1975, pelo partido político (Frelimo) que passou a controlar o Estado Soberano e grande parte da sociedade moçambicana, em geral (Newitt, 1997; Francisco, 2009a, 2010a).

Eventualmente, as políticas e mudanças socioeconómicas implementadas na primeira década de independência, agravadas pela guerra civil que assolou o país até 1992, acabariam por produzir efeitos profundos nos componentes de mudança da sociedade em geral. Tais efeitos se evidenciaram de imediato e de forma visível, na economia nacional em geral, e na capacidade produtiva, em particular. A composição e dinâmica demográfica, bem como o comportamento reprodutivo populacional, certamente foram também influenciados pelas

mudanças económicas, políticas e sociais profundas e radicais, implementadas pelo Estado Soberano. Porém, como adiante se mostra, a amplitude e profundidade das mudanças demográficas não são comparáveis às mudanças políticas e económicas, porque a composição e estrutura etária da população envolve dinâmicas, inter-geracionais e entre os sexos, com ritmos próprios e características diferentes dos processos políticos e económicos.



Recentemente, o Continente Africano registou a passagem da barreira de mil milhões de pessoas, prevendo-se que volte a duplicar por volta do ano 2050. Em Moçambique, se a terceira duplicação populacional, desde 1891, ocorrer por volta de 2028, significa que o ritmo de crescimento demográfico acelerado manter-se-á, tal como na duplicação anterior, com uma duração de 33 anos. Relativamente à população moçambicana prevê-se que continue a crescer, ao longo de toda a primeira metade e parte da segunda metade do corrente Século XXI, não se sabendo quando estabilizará.

Até ao fim da corrente década, Moçambique deverá registar um acréscimo em termos absolutos, de 5 milhões de pessoas. A variação no tamanho da população futura dependerá principalmente da forma como as taxas vitais irão evoluir, nomeadamente a taxa de natalidade associada ou nível de fecundidade das mulheres em idade reprodutiva. As projecções da ONU (2008) assumem uma redução progressiva da fecundidade, tanto no mundo em geral como em Moçambique, com uma diferença importante. A nível mundial o crescimento populacional deverá estabilizar por volta do ano 2040, em torno do nível de substituição demográfica, resultando num crescimento populacional nulo (assumindo uma mortalidade baixa e constante e a migração zero). Por seu turno, em Moçambique a população continuará a crescer, em toda a primeira metade do corrente Século XXI, não se sabendo quando poderá estabilizar.

Transição demográfica moçambicana: incipiente, lenta e tardia

A principal questão demográfica em Moçambique, na actualidade, não é tanto se a transição demográfica moçambicana irá progredir, mas sim, em que estágio específico ela se encontra? A que ritmo poderá a transição da mortalidade prosseguir, na década 2010-2020? E o que realmente está a acontecer à fecundidade, tendo em conta as mais recentes indicações baseadas no Censo populacional 2007 indicam não ter diminuído ao ritmo previsto pelo INE, nas suas projecções de 1999 (INE, 1999a, 1999b)?

O INE estimou a taxa de fecundidade total (TFT, número médio de filhos que uma mulher tem na sua vida reprodutiva (15-49 anos) em 5,9 filhos, referente a 1997, prevendo que diminuição para 5,3 filhos, no período 2005-2010. Porém, de acordo com a mais recente avaliação e projecções da população, para o período 2007-2040, em 2007 a fecundidade atingiu os 5,7 filhos por mulher. Será que esta ligeira diminuição⁴ permite confirmar que a transição da fecundidade moçambicana encontra-se estagnada, ou mesmo em risco de regredir?

O que explica o elevado crescimento populacional moçambicano?

Para o senso comum, o rápido crescimento populacional no último meio século, ilustrado na Figura 5, é de algum modo contra-intuitivo ou mesmo intrigante. No quotidiano, as pessoas sentem a adversidade da vida, na luta pela sua sobrevivência. Muita gente ainda se lembra, da massiva deslocação populacional e óbitos, causados pela guerra civil e por outras calamidades económicas (e.g. destruição da economia rural, fome,) e ambientais (e.g. seca, cheias).

Perante isto, o senso comum questiona-se sobre as possíveis causas de um crescimento populacional rápido e vigoroso, no último meio século, quando as adversidades registadas fariam pensar que a população registasse uma forte diminuição do qual dificilmente recuperaria. Sabendo que em períodos anteriores à guerra civil, também se registaram calamidades naturais, conflitos militares e outros factores de vulnerabilidade diversos, em que difere a aceleração do crescimento populacional mais recente, da evolução demográfica mais remoto? Será que o fenómeno do rápido crescimento demográfico resulta de mudanças substantivas e estruturais, em vez de conjunturais e esporádicos, nos mecanismos de reprodução humana?

A resposta às questões anteriores foi acima adiantada, incluindo no título desta secção, ao referir a uma ruptura do antigo regime demográfico em Moçambique. Uma resposta mais fundamentada necessita de ser elaborada, recorrendo aos modelos analíticos

⁴ De facto, se existiu uma diminuição de 3% na média nacional, deveu-se à diminuição da fecundidade urbana em cerca de 20%, enquanto a nível rural a fecundidade em vez de diminuir aumentou cerca de 3%, entre o Censo 1997 e o Censo 2007 (INE, 1999a, 1999b, 2010).

fornecidos pela ciência demográfica e a evidências empíricas, sempre que for possível reunir dados demográficos adequados e fidedignos. Quando se fala de ciência demográfica, implica duas coisas. Por um lado, implica ter que se recorrer ao manancial de indicadores empíricos e técnicas indirectas para estimas sobre as taxas vitais e estrutura da população. Por outro lado, como se referiu acima, a interpretação e explicação das evidências empíricas disponíveis não depende dos dados em si, mas de ter os conceitos, indicadores, modelos técnicos e explicações teóricas adequadas à realidade em estudo, neste caso a população moçambicana (Davis, 1963; Kirk, 1996; Deutsch, 2000: 1; Johnson-Hanks, 2010).

Instantâneo da transição demográfica em Moçambique e no mundo

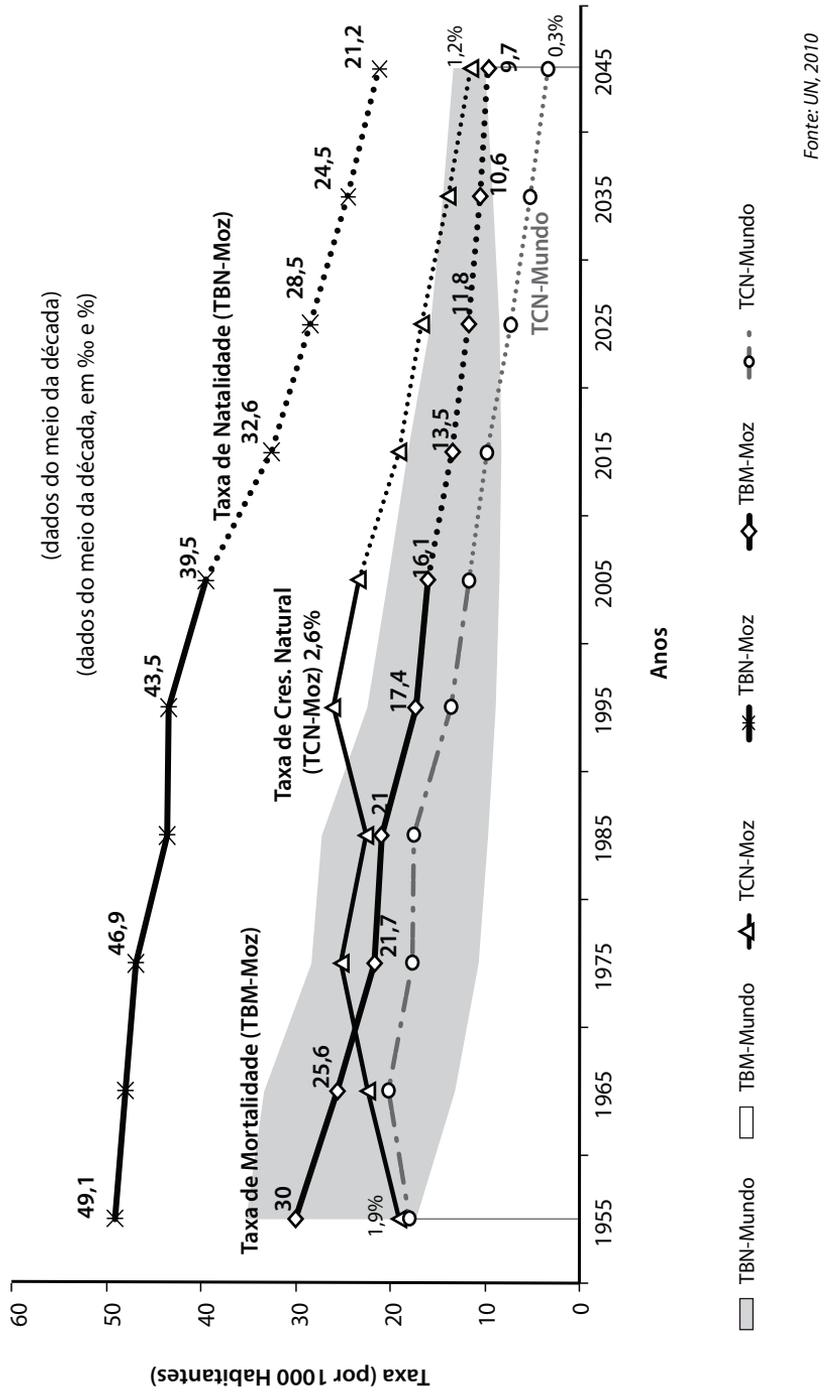
O crescimento populacional depende principalmente da mudança dos componentes fundamentais da dinâmica demográfica (óbitos e nascimentos), representados por indicadores como: taxa bruta de natalidade (TBN), taxa bruta de mortalidade (TBM) e taxa de crescimento natural ou vegetativo (TCN). A Figura 7 ilustra a tendência das taxas vitais, entre 1950 e 2005, bem como sua projecção até 2050, segundo a variante média da ONU (2008, UN, 2010).

Na Figura 7, a representação gráfica dos componentes de mudança (TBM, TBN e TCN) em Moçambique é representada pelas linhas contínuas, para o período 1950-2005, e pelas linhas descontínuas na projecção referente ao período 2005-2050. A mancha cinzenta representa as taxas vitais a nível mundial, permitindo evidenciar graficamente algumas semelhanças e também diferenças, nas trajectórias demográficas em Moçambique e no Mundo.

A principal semelhança entre a trajectória demográfica mundial e a moçambicana, diz respeito à direcção das mudanças observadas, visto ambas apontarem no mesmo sentido, ou seja, uma diminuição dos componentes de mudança demográfica (mortalidade e natalidade). Mas a grande diferença, entre elas, está no ritmo da diminuição dos dois componentes, sobretudo, a fecundidade.

Em meados da década de 1950, a taxa de mortalidade média mundial era de 17 óbitos por 1000 habitantes; cerca de 42% inferior à mortalidade em Moçambique, estimada em 30 óbitos por 1000 habitantes, em 1955. A taxa bruta de natalidade moçambicana rondava 50 nascimentos por 1000 habitantes, contra 36 nascimentos por 1000 habitantes a nível mundial; isto é, quase 40% superior ao nível mundial.

Figura 7: Transição demográfica em Moçambique e no mundo, 1950-2050



O saldo líquido das duas taxas vitais anteriores representava, por volta de 1955, um crescimento populacional médio anual de 1,9%, em Moçambique, contra 1,8% a nível mundial. Uma diferença que, à primeira vista, parece pequena, mas numa análise mais cuidada percebe-se que se traduziu numa divergência significativa das tendências demográficas, nas décadas seguintes. No período 1955-2005, as taxas de mortalidade diminuíram drasticamente, tanto em Moçambique (-46%) como a nível mundial (-51%). No entanto, no mesmo período, a natalidade moçambicana diminuiu muito lentamente (-20%), comparativamente à redução da natalidade mundial (-46%). Desta diferença de comportamentos dos componentes de mudança demográfica, resultou que em Moçambique, a taxa de crescimento populacional acelerou de 1,8% para 2,3%, entre 1955 e 2005, enquanto no mesmo período, a população mundial registou uma diminuição do ritmo de crescimento, de 1,8% para 1,2%.

Não é seguro afirmar se ao longo da corrente década de 2010, a população moçambicana continuará a registar níveis de crescimento demográfico bastante elevados (acima de 2% por ano); ou se entrará, nos próximos tempos, numa fase de desaceleração sustentável do crescimento populacional. Por desaceleração sustentável entende-se, neste caso, a diminuição da taxa de crescimento populacional, resultante de mudanças estruturais da composição etária e condições de reprodução da população, em vez de mudanças meramente circunstanciais ou conjunturais.

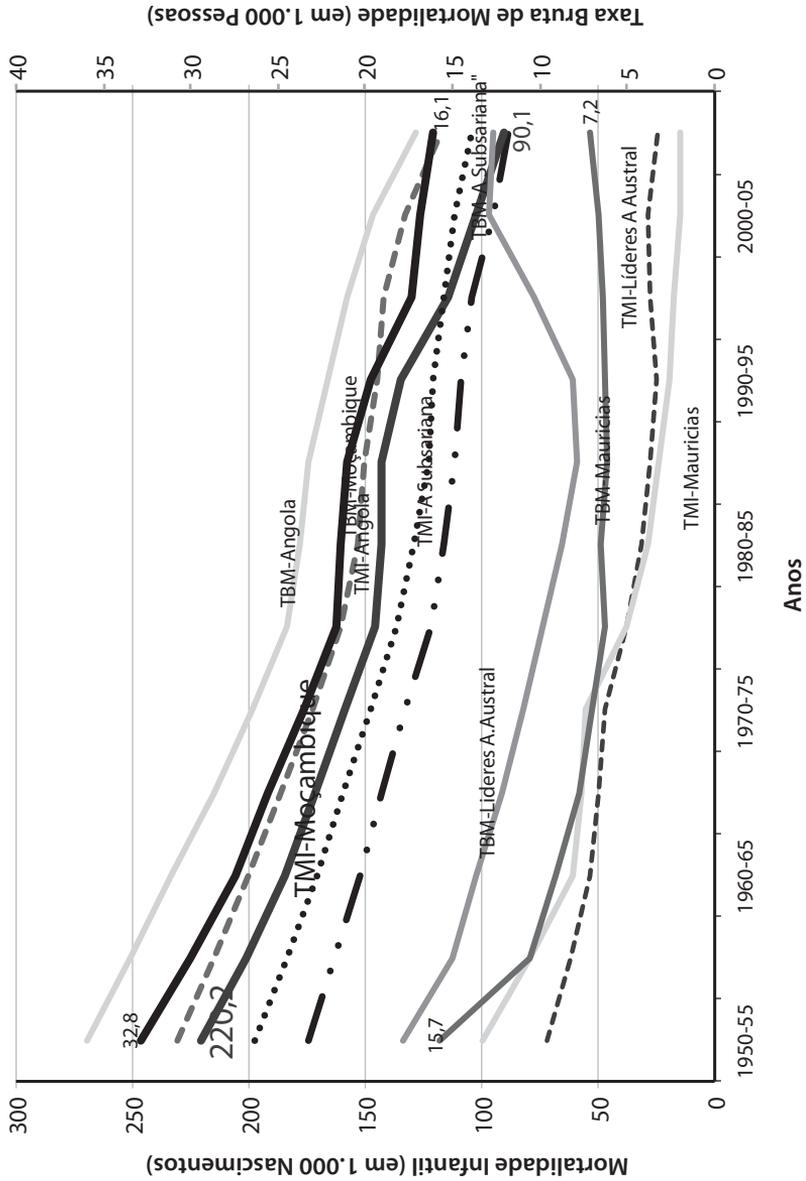
Taxas de Mortalidade: brutas e infanto-juvenis

Entre as principais medidas de mortalidade, a taxa de mortalidade infantil (número de óbitos infantis por mil nascimentos) é o indicador geralmente mais utilizado na avaliação do estado de saúde de uma população.⁵ Isto acontece não tanto por uma questão de conveniência técnica ou prática, mas porque a mortalidade infantil em fases iniciais da transição demográfica afecta decisivamente o nível de esperança de vida à nascença. A sua importância tem merecido reconhecimento acrescido, à medida que tem aumentado a compreensão do efeito que a mortalidade infanto-juvenil parece ter no comportamento da fecundidade (Cleland, 2001; Malmberg, 2008; Reher, 2004).

No último meio século, a taxa de mortalidade infantil (TMI) tem registado reduções significativas, tanto no mundo como em África, incluindo Moçambique. A Figura 8 mostra a evolução da mortalidade por mil nascimentos (eixo vertical da esquerda) e a taxa bruta da mortalidade por 1000 pessoas (eixo vertical da direita), para alguns países e regiões de África, no período 1950-2010. A TMI moçambicana baixou de 220 óbitos por 1000 nascimentos, em 1950-55, para pouco menos de 100%, em 2005-10.

⁵ Os outros dois indicadores mais comuns são a taxa bruta de mortalidade (número de óbitos por mil habitantes) e a esperança de vida (um indicador agregado do risco de morte e da probabilidade de sobrevivência em diferentes idades).

Figura 8. Tendência da mortalidade (infantil e bruta) em Moçambique e África Austral, 1950-2010



Fonte: UN, 2010

Esta tendência manteve-se acima da média da África Subariana, onde a TMI reduziu de 174‰, em 1950-55, para 88,6‰ em 2005-10. A diferença é ainda mais expressiva quando a tendência da TMI moçambicana é comparada com a evolução da mortalidade infantil nos países da SADC, mais avançados na transição demográfica. O grupo de países ilustrado na Figura 8, com a designação TMI-Líderes da A. Austral, mostra uma diminuição média de 72‰ óbitos infantis, em 1950-55, para 24‰ óbitos, em 2005-10. Presentemente, a mortalidade infantil em Moçambique, só é inferior a meia dúzia de países africanos (e.g. Angola, Serra Leoa, Libéria, Níger, Somália), mas em relação aos demais países africanos continua superior (UN, 2010; CIA World Factbook, 2010; Worldstat.info, 2010).

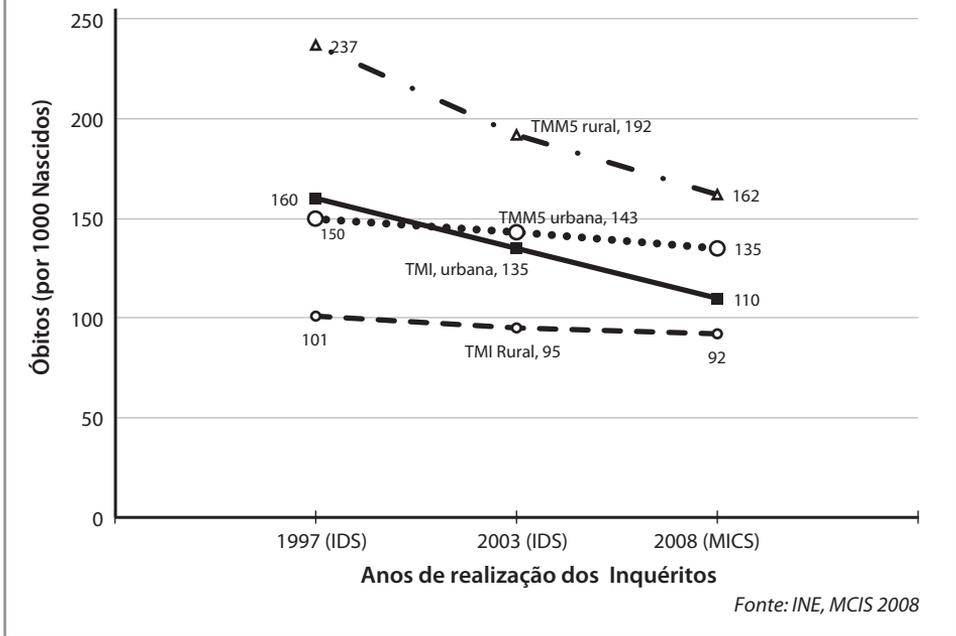
A diminuição da mortalidade infantil parece ser a principal razão da queda da taxa bruta de mortalidade (eixo vertical da direita na Figura 8), tanto em Moçambique como nos outros países e regiões da África Austral e Subariana. A TBM em Moçambique baixou de 33‰ óbitos, em 1950-55, para 16‰ em 2005-10 (UN, 2010a). Ainda que a direcção da tendência seja similar à tendência observada nos países vizinhos de Moçambique, ela distingue-se da dos países líderes da transição demográfica, na África Austral, pela sua lentidão. A título de exemplo, em 1950-55 Maurícias tinha a mesma TBM que Moçambique tem actualmente; no mesmo período, os líderes da transição demográfica na África Austral passaram de uma mortalidade de 18‰ para 12,7‰.⁶

Segundo o Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) 2008 do INE (2009), as taxas de mortalidade entre crianças têm diminuído nos últimos anos, mas a velocidade menor do que em anos anteriores. O MICS 2008 estimou a probabilidade de morrer antes do primeiro aniversário de vida (TMI) em 93 por mil nascimentos vivos, no período 2003-2008. Adianta ainda, que a redução observada nas taxas de mortalidade infantil e infanto-juvenil (taxa de mortalidade de cinco anos) resultou da redução mais acentuada nas zonas rurais e de um declínio menor nas zonas urbanas. Os dados do MICS 2008 mostram que na última década, a taxa de mortalidade dos menores de cinco anos em áreas rurais, diminuiu quase sete pontos percentuais (de 237‰ para 162‰), enquanto a redução nas áreas urbanas rondou uma média de 1,4 pontos percentuais por ano (Figura 9).⁷

⁶ Sobre a TBM, convém chamar atenção para um certo retrocesso ou tendência negativa da mortalidade, evidenciado nos anos recentes pelos países da região da África Austral. A Figura 5 mostra que a diminuição da mortalidade total interrompeu em meados da década de 1980. Registou-se um aumento de quase 20% da TBM, entre 1985 e 2005. A mortalidade infantil também aumentou ligeiramente, mas a média geral da tendência ainda foi negativa. Este retrocesso poderá estar relacionado com o impacto da epidemia do HIV-SIDA, sobretudo em grupos de idade reprodutiva, em países como Botswana, África do Sul, Maurícias, Suazilândia e Zimbábwe. Todavia, será preciso realizar análises mais detalhadas para aferir sobre o peso desta causa de mortalidade, comparativamente a outras causas. Em alguns países, nomeadamente Maurícias, parte do aumento recente da mortalidade pode estar a derivar de mudanças na estrutura demográfica, relacionadas com o envelhecimento da população. Este não é ainda o caso de Moçambique, onde as causas de morte são causas típicas de países numa fase retardada da transição demográfica.

⁷ O INE (2010) divulgou, recentemente, resultados actualizados sobre as causas de morte em Moçambique em todos os grupos etários, indicando que a malária continua a ser a principal causa de morte (29%), seguida em ordem decrescente pelo HIV/SIDA (27%), causas peri-natais (7%), doenças diarreicas (4%), pneumonia (4%), acidentes e outras causas externas (4%), tuberculose (3%), doenças do sistema circulatório (3%) e neoplasmas malignos (1%).

Figura 9: Taxas de Mortalidade Infantil (TMI, menores de um ano) e Infanto-Juvenil (TMM5, menos de cinco anos), Moçambique 1997, 2003 e 2008



Qual tem sido o efeito retardador da lenta diminuição da mortalidade infantil, no processo e ritmo da transição demográfica? Sobre isto, não existe ainda uma avaliação quantitativa sistemática e actualizada, justificando-se uma investigação específica sobre tal assunto. Uma investigação que ajude a responder à dúvida acima referida, para melhor se antecipar as possíveis mudanças dos componentes de mudança demográfica, na década 2010-20.

De imediato, face aos dados acima apresentados, pelo menos dois pontos importantes relativos à transição demográfica moçambicana, merecem ser destacados, neste momento. Primeiro, o início da transição da mortalidade, em algum momento durante a primeira metade do século XX, introduziu uma ruptura no antigo regime demográfico moçambicano. Apesar de não existirem dados para medir exactamente as taxas vitais, a fim de determinar exactamente quando é que iniciou a transição da mortalidade, a partir de observações indirectas pode-se inferir que até ao século XX os moçambicanos tinham uma vida curta, uma mortalidade elevada, um crescimento populacional lento, graças a uma elevada natalidade.

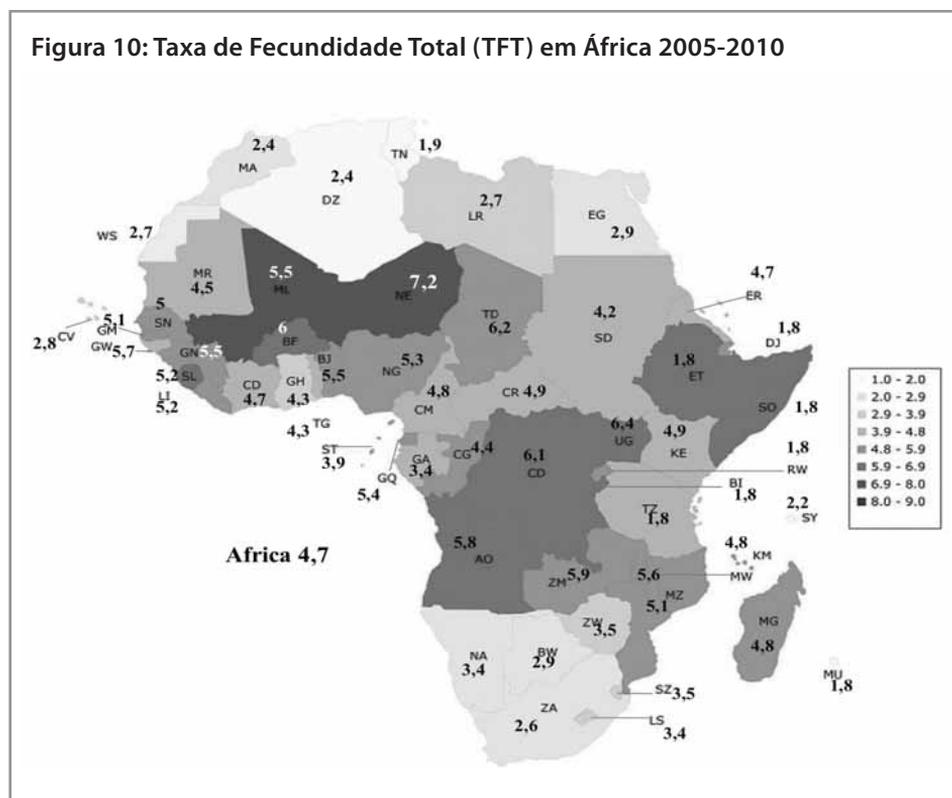
Em segundo lugar, diferentemente de eventuais variáveis na mortalidade, no passado, o início da transição da mortalidade representa uma ruptura do equilíbrio estável e sustentável, em torno de taxas muito baixas. Ao longo de meio século, salvo algumas excepções acima referenciadas, registou-se uma aceleração do crescimento populacional a níveis superiores a 2% por ano. A possibilidade de uma desaceleração da taxa de crescimento, ao

longo da próxima década, poderá ser retardada, em parte devido à lentidão da transição da mortalidade, mas principalmente por causa da transição da fecundidade retardada. Sobre este segundo componente, a secção seguinte trata do desenvolvimento da fecundidade e do comportamento reprodutivo da população moçambicana.

A força da reprodução demográfica moçambicana

A taxa de fecundidade, geralmente medida através da Taxa de Fecundidade Total (TFT), estima o número médio de filhos que uma mulher teria até o fim de seu período reprodutivo, assumindo de acordo com as taxas observadas na data considerada. Em outras palavras, a TGF representa o número médio de filhos nascidos por mulher em idade reprodutiva ou de procriação, entre a puberdade e a menopausa (15-49 anos de idade).

A Figura 10 resume a situação recente da fecundidade em África, apresentando o mapa continental da distribuição da TFT). Estes mesmos dados são representados num gráfico de barras (Anexo 1), por ordem decrescente.



A recente variação da fecundidade na África Subsariana pode ser dividida em grupos principais, seguindo a classificação de Malmberg (2008: 17-18), ajustada para incorporar cinco, em vez de quatro grupos, apresentados em ordem decrescente, dos valores mais elevados da TGF para os mais baixos. A Tabela 3 apresenta os valores das TFT dos 56 países africanos, ilustrados na Figura 10, segundo os cinco grupos acima referidos: Grupo 1 – Fecundidade e igual ou superior a 6 filhos por mulher; Grupo 2 – Fecundidade entre 6 e 5 filhos por mulher; Grupo 3 – Fecundidade entre 5 e 3,5 filhos por mulher; Grupo 4 – Fecundidade entre 3,5 e 2,1 filhos por mulher; Grupo 5 – Fecundidade abaixo de 2,1 filhos por mulher, ou seja inferior ao nível de substituição reprodutiva.⁸

Obviamente, este agrupamento depende das estimativas da TFT, podendo variar em conformidade com a metodologia e os dados usados.⁹ De qualquer forma, tendo em conta a ressalva anterior, mais importante do que os valores absolutos num determinado tempo, são as tendências gerais e específicas.

O Grupo 1 integra meia dúzia de países (11% dos 56 países africanos), com níveis de fecundidade superiores a seis filhos por mulher. São países que já iniciaram a transição da mortalidade, mas quanto à transição da fecundidade, estão ainda a iniciá-la. O Grupo 2 reúne o maior número de países (32% dos 56 países africanos), incluindo Moçambique, fazendo parte da etapa da transição demográfica, com uma fecundidade entre seis e cinco filhos por mulher. O Grupo 3, composto por 16 países (29% dos total de 56 países) com fecundidade entre cinco e 3,5 filhos por mulher, vivendo a terceira fase da transição demográfica. O Grupo 4 incluiu um quinto dos 56 países africanos, numa fase avançada da transição da fecundidade, com TFT entre 3,5 e 2,1 filhos (limiar de substituição). Finalmente, o Grupo 5 integra, por enquanto, apenas dois países africanos, Tunísia e Maurícias, com níveis de fecundidade abaixo do nível substituição demográfica (2,1 filhos por mulher).

No estudo de Reher (2004: 37), nenhum país africano aparece no grupo designado como ‘percursores’ (forerunners), ou seja, países que tenham iniciado a transição da fecundidade antes de 1935. Apenas dois países africanos integram o grupo de ‘seguidores’ (followers), países que iniciaram a transição da fecundidade entre 1950 e 1964.

Segundo Reher, Reunião iniciou a transição da fecundidade em 1955, enquanto Maurícias iniciou em 1960. Contudo, ao longo das décadas seguintes, Maurícias registou um ritmo mais acelerado da sua transição da fecundidade, comparativamente à Reunião. No início da década de 2000, segundo a ECA (2001: 3-4), a diminuição da fecundidade nas Maurícias foi a mais rápida no mundo. Isto deveu-se a factores como o adiamento do casamento, melhoria da educação especialmente da mulher, à coexistência observada entre religiões e líderes religiosos e à flexibilidade e empenho na divulgação do planeamento familiar, contando com o activo envolvimento do Governo.

⁸ Menos de meia dúzia de países africanos poderão encontra-se actualmente no início da STD.

⁹ Existem ligeiras diferenças, por exemplo, em relação à classificação apresentada por Malmberg (2008: 17-18), com base nos dados da ONU de 2007.

Tabela 3: distribuição dos países africanos segundo a Taxa de Fecundidade Total (TFT), classificados em cinco grupos, 2005-2010

GRUPO 1 (≥ 6 FILHOS)	GRUPO 2 (] 6 -5] FILHOS)	GRUPO 3 (] 5 -3.5] FILHOS)	GRUPO 4 (] 3,5 -2,1] FILHOS)	GRUPO 5 (≤ 2,1 FILHOS)
Níger	Zâmbia	R. Centro Africana	Namíbia	Tunísia
Somália	Angola	Madagascar	Lesoto	Maurícias
Uganda	Guinea Bissau	África	Gabão	
Chade	Malawi	Eritreia	Mayotte	
R. D. do Congo	Tanzania	Camarões	Botswana	
Burkina Faso	Benin	Burundi	Egipto	
	Mali	Costa do Marfim	Cabo Verde	
	Guiné	Mauritânia	Líbia	
	Rwanda	Congo	Sara Ocidental	
	Etiopia	Gana	África do Sul	
	Guine Equatorial	Togo	Reunião	
	Nigéria	Sudão	Marrocos	
	Serra Leoa	Comores	Argélia	
	Libéria	Djibouti	Seicheles	
	Moçambique	Sao Tome e Príncipe		
	Gâmbia	Suazilândia		
	Senegal	Zimbabué		
	Quénia			
6	18	16	14	2
(11%)	(32%)	(29%)	(25%)	(4%)

Fonte: <http://worldstat.info/?cat=3MZddfertility>.

Finalmente, de acordo com Reher (2004: 37-38), o grupo de 'rebocados (trailers), iniciou a transição da fecundidade entre 1965 e 1979. Cerca de uma dúzia de países africanos iniciaram a transição da fecundidade por volta de 1975: Argélia, Botswana, Egipto, Marrocos, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tunísia, Sara Ocidental e Zimbabwe. Os restantes países africanos, incluídos no grupo de 'retardados' (latecomers), são os que iniciaram a transição da fecundidade depois de 1980. Reher (2004: 38) considera que Angola iniciou a transição da fecundidade em 1995, enquanto Moçambique poderá ter iniciado por volta de 2000.

Reprodução, fecundidade e os líderes da TD no sul de África

No último meio século, grande parte da população mundial consolidou a transição da sua fecundidade, em torno de níveis cada vez baixos, confirmando assim a expansão do

novo regime demográfico. Nuns casos, a transição da fecundidade aproxima-se do limiar de substituição demográfica (2,1 filhos por mulher), noutros já ultrapassaram tal limite, permanecendo com níveis inferiores ao mínimo naturalmente necessário para a substituição geracional. A Figura 11 ilustra graficamente este processo, no período 1950-2010, ilustrando a trajectória de Moçambique em comparação com as diferentes trajectórias da fecundidade¹⁰ das principais regiões do mundo.

Na segunda metade do século XX, as regiões da América Latina e da Ásia registaram mudanças rápidas e profundas nas taxas vitais, atingindo recentemente níveis de fecundidade próximos da América do Norte, Austrália e outros países mais desenvolvidos. Assim, como ilustra a referida Figura 11, a nível mundial a África Subsariana é a única grande região continental numa fase inicial da transição demográfica.

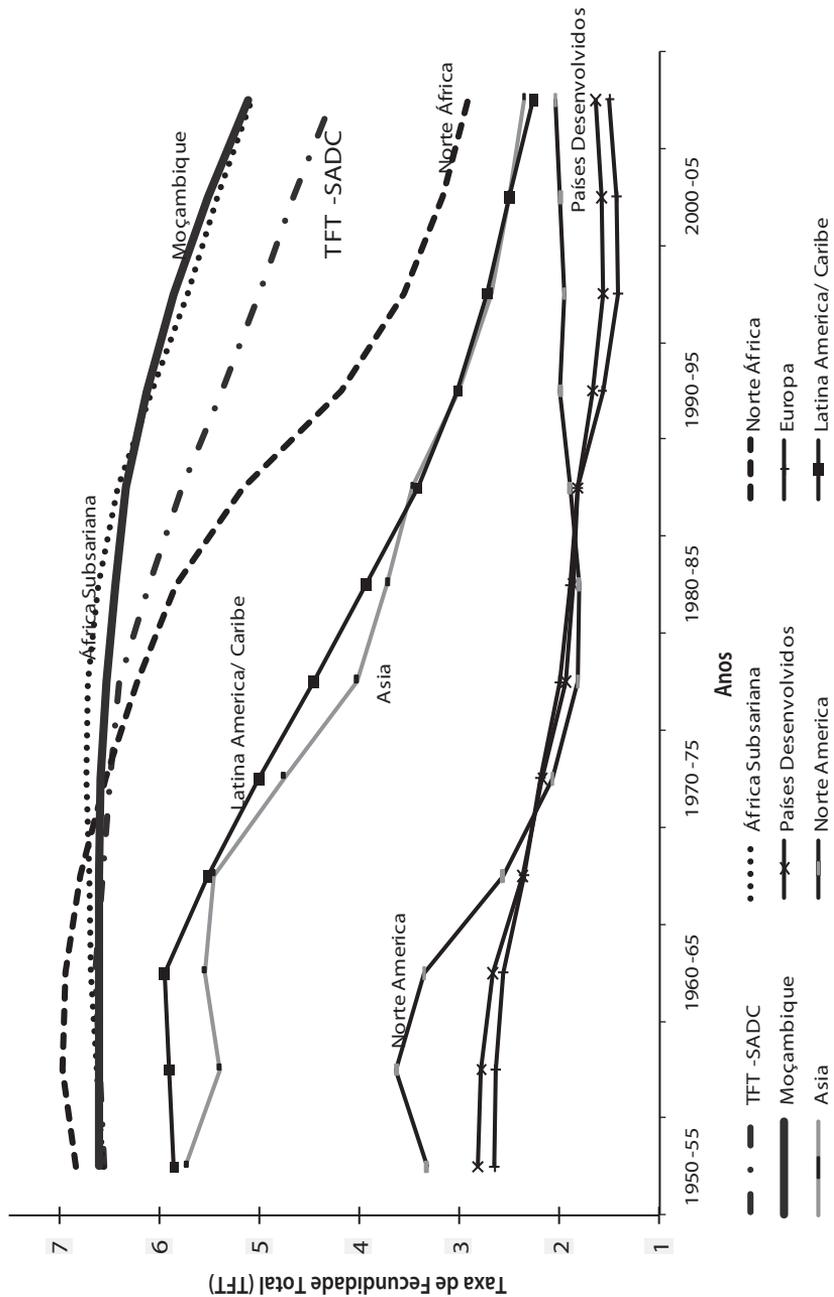
Porém, o nível de agregado da África Subsariana, esconde variações regionais muito grandes e dinâmicas. Enquanto um vasto número de países (Níger, Burundi, Congo Rep. Dem., Mal, Uganda, Angola, Malawi, Zâmbia, Tanzânia, Moçambique, entre outros) permanece no início da transição da fecundidade, o facto de terem iniciado a transição da mortalidade, significa que também já se encontram envolvidos no processo de transição demográfica e iniciaram a ruptura com o regime demográfico antigo (RDA).

Além disso, pelo menos em duas sub-regiões africanas, e de forma isolada em várias outras do continente africano, vários países também romperam com o padrão inicial da transição fecundidade, em que se encontram grande parte dos 50 países da África Subsariana, incluídos na classificação da ONU (2010). Na região do Norte de África (Argélia, Egipto, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia), desde meados da década de 1970 observa-se um rápido declínio da fecundidade. Esta região registou o pico da sua fecundidade (7 filhos por mulher), no período 1955-60; após uma redução muito ligeira, até meados da década de 1970, a diminuição da fecundidade acelerou, dos 6,5 filhos em 1970-75, para níveis médios próximos dos da Ásia e da América Latina: 2,9 filhos por mulher em 2000-05; uma diminuição de 3.6 filhos, ou cerca de 55%.

Enquanto isso, até ao fim da década de 1990, a restante parte do agregado da África Subsariana manteve com níveis de fecundidade acima de 6.4 filhos por mulher, se bem que nas duas últimas décadas tenha registado uma queda para 5.1 filhos (-20%). Uma redução ligeira agregada que, se for desagrega por sub-regiões menores ou países individualizados, permite observar que um conjunto de países do sul de África avançou muito além da média da fecundidade africana. Como ilustra a Figura 12, vários países vizinhos de Moçambique, registaram significativas reduções da fecundidade: África do Sul, Botswana, Lesoto, Maurícias, Namíbia, Suazilândia e Zimbábwe. A este grupo de sete países, com significativas reduções das taxas de natalidade e de mortalidade, designa-se neste trabalho por líderes da transição demográfica (LTDs), na região do sul de África.

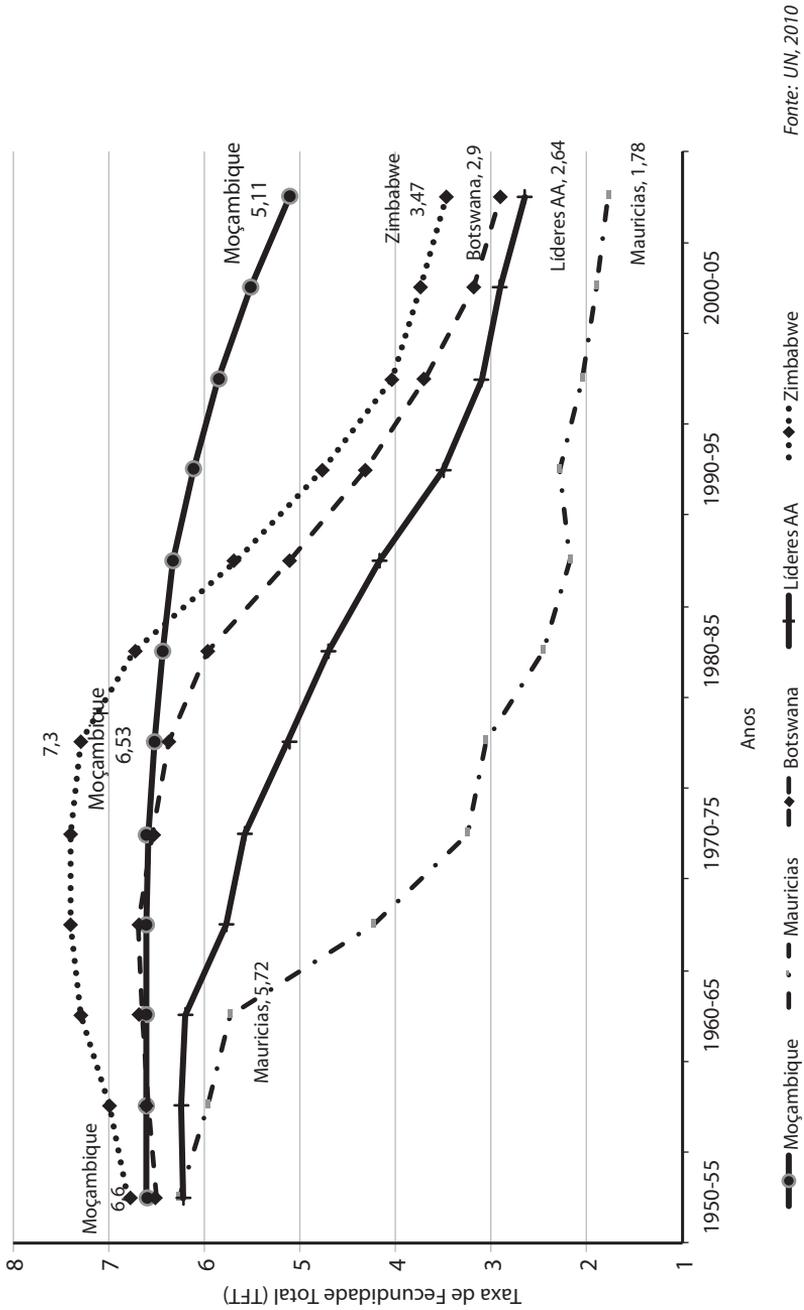
¹⁰ A fecundidade é representada pela Taxa de Fecundidade Total (TFT), representando o número de filhos por mulher em idade reprodutiva, nas principais regiões do mundo, entre 1950 e 2005.

Figura 11: Taxa de Fecundidade Total (TFT): Moçambique no mundo, 1950-2010



Fonte: UN, 2010

Figura 12. Taxa de Fecundidade Total, Moçambique na África Austral, 1950-2010



Fonte: UN, 2010

Curiosamente, do ponto de vista da transição da fecundidade, o conjunto de 14 países integrantes da chamada SADC (Southern African Development Community) encontra-se actualmente dividido em dois grandes grupos: 1) Um grupo de sete países com níveis de fecundidade elevada, nalguns casos quase estacionária, estagnada, ou com tendência para aumentar, em vez de diminuir; e 2) Um segundo grupo de sete países bastante avançados na diminuição da fecundidade (Figura 12).

As análises que tomam como referência, o nível agregado da fecundidade africana, incorrem no risco de passar uma imagem enganadora de muitos dos países africanos, nomeadamente do grupo de países LTDs, pelo facto do elevado nível das TFT dos países do primeiro grupo, ofuscar as baixas fecundidades do segundo grupo. Isto é ilustrado pelos gráficos das Figuras 11, 12 e 13, comparando a tendência da fecundidade regionais, no mundo, na África Subsariana e SADC, com a evolução da transição da fecundidade em Moçambique. Como é visível nas Figuras 12 e 13, as Maurícias destaca-se como o líder dos LTDs, na SADC; em meados da década de 90 ultrapassou o limiar de substituição demográfica (2,1 filhos por mulher), atingindo actualmente um TFT de 1,8 filhos por mulher.

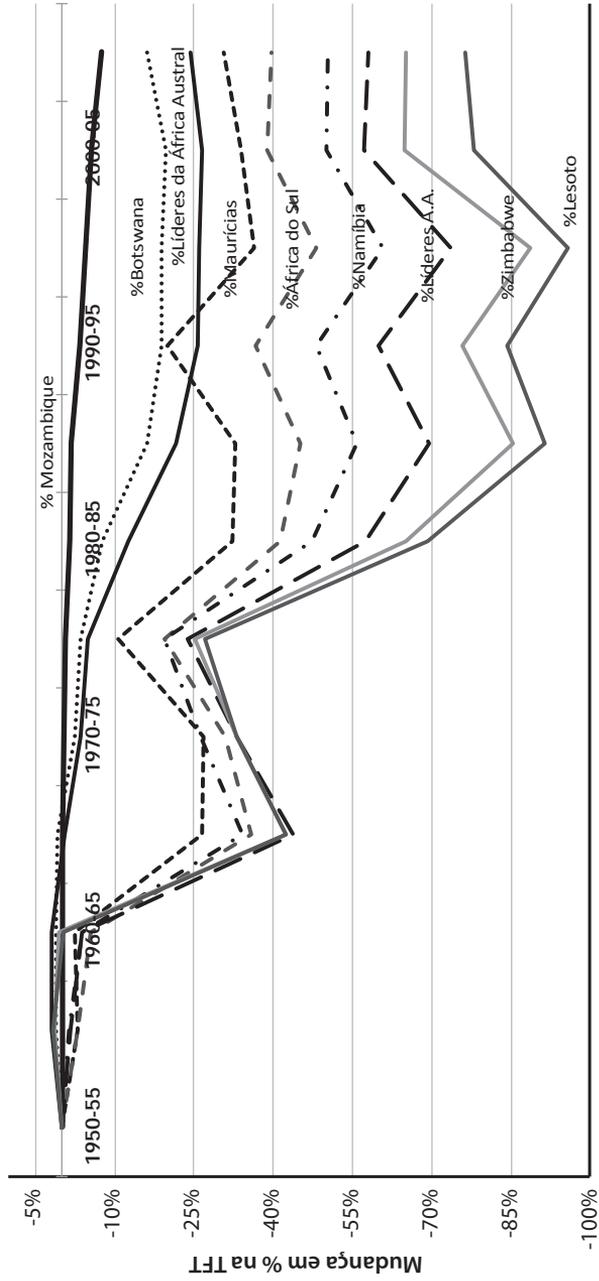
Ruptura do equilíbrio demográfico: crescimento rápido populacional

Na primeira secção deste Capítulo 5, adiantou-se a questão sobre a razão do rápido crescimento populacional, o qual é visto com certa perplexidade pelo senso comum. Reagindo á divulgação pública dos resultados do Censo 2007, um cidadão não familiarizado com a ciência demográfica, indagou: “Se morreram tantas pessoas, devido à guerra civil, a calamidades, fome e subnutrição, como é que a população moçambicana cresceu tão rapidamente?”.

Em parte, a resposta à questão anterior foi respondida através da descrição do processo de transição demográfica moçambicana, iniciado pela ruptura que a transição da mortalidade encetou, enquanto a fecundidade permaneceu elevada e praticamente estacionária. Na sequência de tal descrição anterior, vale a pena considerar de seguida algumas das manifestações da ruptura do regime demográfico antigo, como a que é evidenciada pela aceleração do crescimento populacional, vulgarmente designada por “explosão demográfica”? Este fenómeno tem sido devidamente testemunhado e registado na África Subsariana e, em particular, no sul de África (SADC), incluindo Moçambique.

Em meados do século XX, a população dos sete países acima designados LTDs, representava cerca de 10% da África Subsariana (184 milhões em 1950) e pouco menos de um terço do conjunto de 14 países da SADC (59 milhões em 1950). Presentemente, devido ao acelerado crescimento populacional nos países mais atrasados na transição demográfica, o peso relativo dos LTDs diminuiu para 8% da África Subsariana (863 milhões de pessoas em 2010) e 27% da SADC (277 milhões de pessoas em 2010).

Figura 13: Moçambique e os países líderes da transição da fecundidade na África Austral, 1950-2010



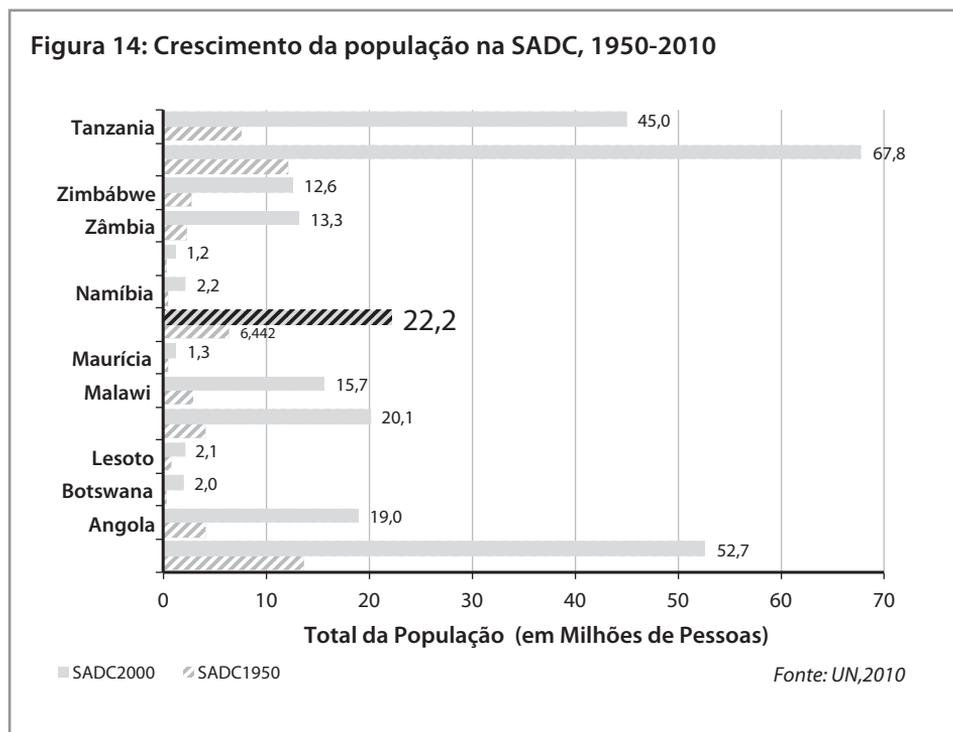
Fonte: UN, 2010

Se as projecções da variante média da ONU (2010) se confirmarem, por volta do ano 2050, o grupo LTD representará apenas 5% de um total estimado em 1753 milhões de habitantes, na África Subsariana, e 17% dos 543 milhões de habitantes na SADC.

A Figura 14 ilustra graficamente a grande diversidade e variação populacional, no grupo de países da SADC. A República Democrática do Congo (RDC) destaca-se pelo aumento explosivo do registado, em apenas seis décadas. Em 1950 a RDC tinha quase o dobro da população moçambicana; presentemente tem mais do triplo de pessoas, esperando-se que em 2050 atinja 3,5 vezes mais habitantes do que Moçambique.

Apesar de a transição demográfica moçambicana ocorrer muito lentamente, comparativamente ao mundo em geral, e aos sete países do sul de África aqui designados por LTD, em particular, o seu efeito de modo algum é negligenciável. De imediato, a ruptura do equilíbrio homeostático ou auto-regulador do sistema de reprodução demográfico traduz-se na explosão demográfica.

Por volta de 1950-55 o número de crianças que nasciam por ano (cerca 106 mil habitantes) era já substancialmente superior ao crescimento mínimo necessário para a renovação populacional. A transição da mortalidade deverá ter iniciado nas primeiras décadas do século XX, pois por volta de 1950 a taxa de crescimento médio anual já era superior a um por cento e mostrava tendência para aceleração.



Nas décadas seguintes a diminuição da mortalidade prosseguiu, intensificando o ritmo de crescimento populacional, motivando investigadores contemporâneos -a comentar a questão da explosão demográfica, como por exemplo foi a reacção do investigador Rita-Ferreira (1972), quando reagiu à divulgação dos resultados provisórios do Censo de 1970: 'A verdade nua e crua, é que assi[s]timos a uma autêntica explosão demográfica cujas conseqüências devem ser cuidadosamente medidas por todos os responsáveis'¹¹

Para se ter uma ideia do efeito líquido da crescente ruptura do equilíbrio auto-regulador demográfico, pode-se imaginar qual seria o tamanho da população moçambicana se a transição da mortalidade não tivesse acontecido. Considerando o efectivo de 6,4 milhões habitantes, em 1950-55, se o excedente de 106 mil pessoas tivesse permanecido constante até ao fim do século XX, no início do presente século XXI a população rondaria os 7,5 milhões, em vez dos 18 milhões atingidos no ano 2000.

No artigo que o autor deste trabalho elaborou para o próximo livro do IESE *Desafios para Moçambique 2011*, retoma a questão sobre o acelerado crescimento populacional como um problema de desperdício demográfico, com sérias implicações para a protecção social, entre outros aspectos. Quando Rita-Ferreira escreveu seu artigo jornalístico, acima referido, considerou 'formidável' a intensidade do 'crescimento desmesurado de mais de um milhão de habitantes em cada quatro anos'. Como sublinha Francisco (2011), desde a independência em 1975 a população moçambicana tem adicionado anualmente uma média de 688 mil novos nascimentos. Significa que entre 1975 e 2010 nasceram cerca de 12 milhões de indivíduos. No final da primeira década do século XXI, o crescimento desmesurado, para usar a expressão de Rita-Ferreira, atinge cerca de um milhão de habitantes em cada dois anos, evidenciando a aceleração do crescimento demográfico. A redução brusca do crescimento populacional, no período da guerra civil e da grave crise económico-financeira registada na primeira década e meia de independência, já foi completamente recuperada, através da elevada fecundidade.

Mobilidade e urbanização no contexto da transição demográfica

Um dos factores determinantes da diversificação do crescimento populacional, à medida que a transição da mortalidade prossegue e se consolida, é a chamada urbanização, caracterizada pelo processo de diversificação das características rurais conducentes à emergência de agregados populacionais, económicos e administrativos com características urbanas.

Apesar de a urbanização resultar e ser sustentada por factores económicos, sociais e políticos diversos, o seu ritmo é, em grande medida, regulado por factores demográficos, envolvendo processos migratórios regionais, internos e internacionais. Em certos países, o fenómeno da urbanização está associado a pólos de rápida industrialização, concentração de

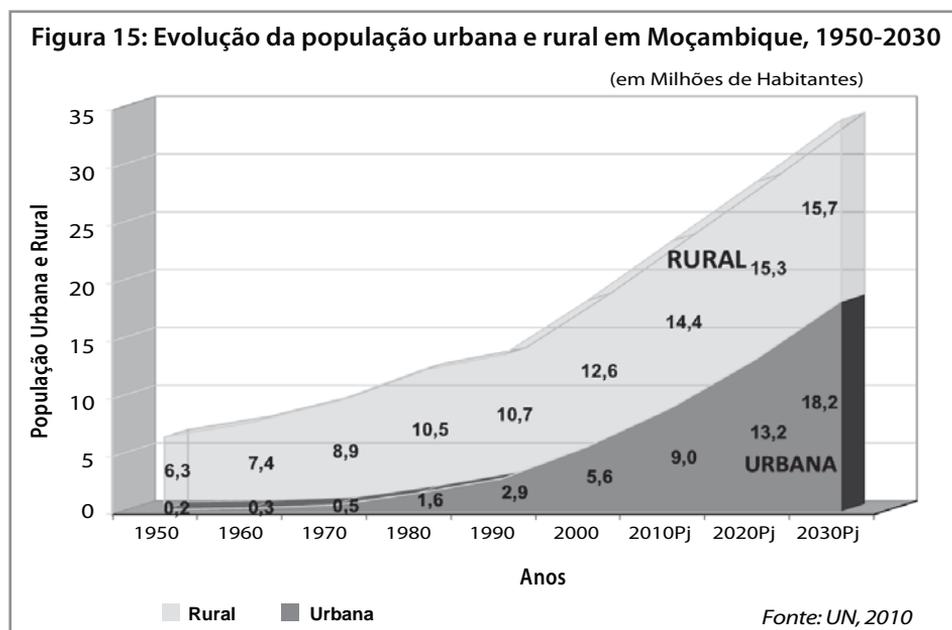
¹¹ Rita-Ferreira (1972) percebeu que o aumento da taxa de crescimento demográfico se devia, fundamentalmente, à diminuição da mortalidade infantil; percebeu também que a proporção da população com menos de 20 anos de idade deveria ter subido de 48% em 1950 para 52% em 1970, cifrando-se em algo como 4,3 milhões de indivíduos. Em 2010, o INE (2010: 10) estimou que a proporção com menos de 20 anos de idade ronda actualmente 56%, correspondendo em termos absolutos a 12,5 milhões indivíduos; quase o triplo da cifra referida por Ferreira há 40 anos atrás.

aglomerados comerciais, administrativos e infra-estruturas de serviços e tecnologias modernas. Em Moçambique, até meados do século XX a percentagem de população urbana era mínima; por volta de 1950-55 rondava entre 150 a 220 mil pessoas. Todavia, como ilustra a Figura 15, na segunda metade do século XX a urbanização acelerou em Moçambique.

Na primeira metade da década de 1950 a população urbana cresceu à taxa anual de 5,9%, contra a taxa de 1,5% da população urbana e 1,6% da população total. Entre a década de 1950 e a década de 1970, a urbanização foi intensificada pela expansão da actividade económica, social e migratória. Uma dinâmica de natureza substancialmente diferente das dinâmicas observadas nas três décadas, após a Independência em 1975.

No período 1950-75 a taxa de urbanização rondou a média anual de 7,2%, resultante da expansão vigorosa do sector de construção urbana, emergência de indústrias próximas das principais cidades provinciais, nomeadamente nas Cidades de Maputo (ex-Lourenço Marques) Beira (Rita-Ferreira, 1969a, 1996b; Newitt, 1997).

Depois de 1975, não obstante o súbito e massivo êxodo de cidadãos, principalmente de origem portuguesa, mas também muitos milhares de moçambicanos e de outras nacionalidades, as novas opções do Estado Soberano poderão ter compensado o decréscimo da população urbana. Diversas políticas implementadas pelo Governo Moçambicana, com destaque para o conjunto de nacionalizações – da terra, habitação de rendimento, actividades liberais, educação e saúde - bem como a profunda crise da economia rural, foram alguns dos factores que terão estimulado a intensificação do fluxo rural-urbano, o qual ultrapassou os 10% ao ano, na segunda metade da década de 1970.



Na primeira metade da década de 1980, o afluxo urbano atingiu o pico de quase 11%, neste caso talvez mais por causa da intensificação da guerra civil, nas zonas rurais, do que a expansão produtiva económica nas zonas urbanas. Com o fim da guerra civil, em 1992, a economia urbana não beneficiou de uma gestão e estímulo económico suficientemente forte, para justificar um afluxo migratório para os centros urbanos tão intenso como na última década do período colonial, ou mesmo na primeira década de Independência.

Entre 1990 e 2010, a urbanização retomou níveis idênticos aos da década de 1950 (cerca de 5,7% por ano), mas a actividade industrial, principalmente nos sectores geradores de emprego em pequenas e médias empresas (construção, indústria, serviços portuários e ferroviários, entre outros), não proporcionaram a demanda de mão-de-obra observada na última década anterior à Independência. Apesar disso, o processo de urbanização triplicado em menos de três décadas. Por volta de 1975 o nível de urbanização ainda era inferior a 10% (cerca de 9% em 1975), como ilustra a linha contínua, correspondente à Figura 16 ao eixo vertical da direita. Em 1990 a urbanização atingiu cerca de 21%, aproximando-se actualmente dos 38%.

Crescimento urbano estagnou na década 1997-2007?

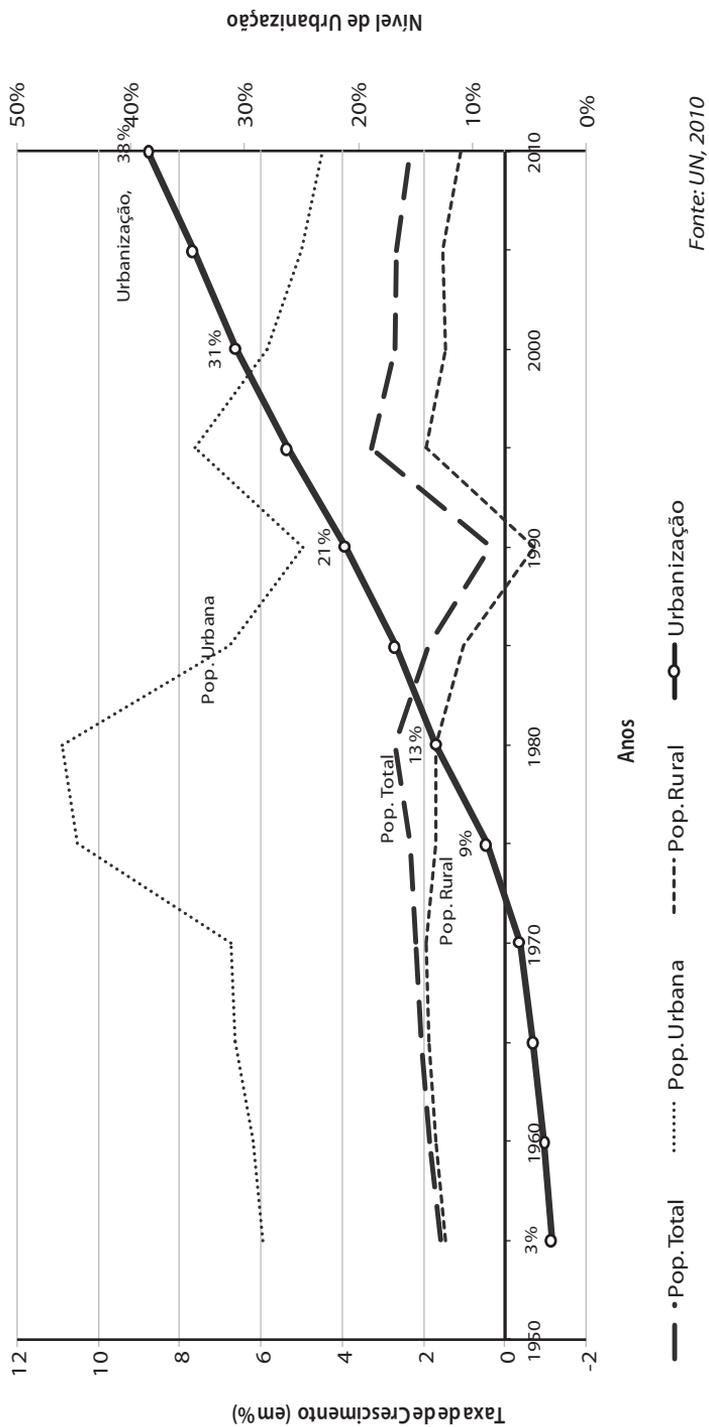
A anterior estimativa de 38% de urbanização diverge da estimativa do INE (2010), resultante das projecções com base nos dados do Censo 2007. Sem pretender alongar, muito mais, as considerações sobre as possíveis razões da estagnação da população urbana moçambicana, segundo os recentes dados do INE, alguns pontos merecem ser referidos.

Segundo o INE, a população urbana moçambicana poderá rondar actualmente os 31%, indicando ter permanecido estagnada na década passadas (29,2% em 1999) (INE, 2010). Diferenças metodológicas poderão explicar a divergência entre as estimativas do INE e da Divisão de População da ONU (2010). As recentes projecções do INE (2010), para o período 2007-2040, estimam para 2010 menos um milhão de pessoas do que estimativa da ONU: 22,4 milhões em 2010, segundo o INE, contra 23,4 milhões, segundo a ONU. A nível desagregado, o INE estima menos 2,1 milhões de pessoas nas áreas urbanas, mas mais um milhão de pessoas nas áreas rurais, do que nas projecções da ONU.

Se as estimativas do INE reflectirem adequadamente o tamanho e dinâmicas urbano-rurais, na última década, a explicação anterior sobre o fraco efeito do crescimento económico urbano, nas três décadas passadas, poderá sair reforçada. Diferentemente do processo de urbanização, observado na última década do período colonial, depois do fim da guerra ela tem-se caracterizado por processos mais de informalização do que industrialização (Bloom and Freeman, 1986; Cocharan and O’Kane, 1977).

Mesmo se a urbanização permaneceu estagnada, entre 1997 e 2007, como indicam as projecções do INE (2007), se a economia urbana realmente ampliar o mais provável é que intensifique o afluxo de pessoas para os centros urbanos mais dinâmicos. Enquanto isso, as taxas de crescimento da populacional rural poderão diminuir para próximo de zero, ou mesmo níveis negativos, por causa da redução da população rural, em termos absolutos.

Figura 16: Crescimento demográfico e urbanização, Moçambique 1950-2010



Fonte: UN, 2010

No último meio século, tanto as zonas urbanas como as zonas rurais a população aumentou significativamente. Se as estimativas da variante média, nas projecções da UN (2010) se confirmarem, dentro de duas décadas Moçambique registará um facto inédito na sua história: a população urbana será maior do que a população rural.

No passado a população rural tem crescido a taxas positivas, resultante do crescimento vegetativo ou natural relativamente elevado, compensando o êxodo das zonas rurais, para as zonas urbanas ou para o estrangeiro. Se êxodo rural não foi mais intenso, foi por causa da fraca actividade económica, tanto nas zonas urbanas como nos países vizinhos, com excepção da África do Sul.

Não existem sinais de ampliação significativa da economia urbana, por via de uma maior industrialização e expansão dos serviços produtivos urbanos. O sector formal abrange menos de um terço da população economicamente activa. Segundo o INE (2006), em 2004-05 cerca de 75% das pessoas com sete ou mais anos de idade trabalhavam no sector no sector informal. Dos 25% no sector formal, 17% eram desempregados e somente 8% tinha emprego. Na Cidade de Maputo, cidade mais urbanizada do País, em meados primeira da década do Século XXI rondava os 35%, pouco menos de metade do nível nacional. Em contrapartida, os trabalhadores com emprego formal em Maputo atingiam ronda os 27%, enquanto os desempregados eram o dobro (35%). Esta estrutura de mercado de trabalho levanta sérias dúvidas quanto à capacidade da sociedade moçambicana conseguir - através do sector privado, público e não lucrativo, tal como são actualmente conhecidos - acomodar ou absorver o rápido crescimento da população urbana.

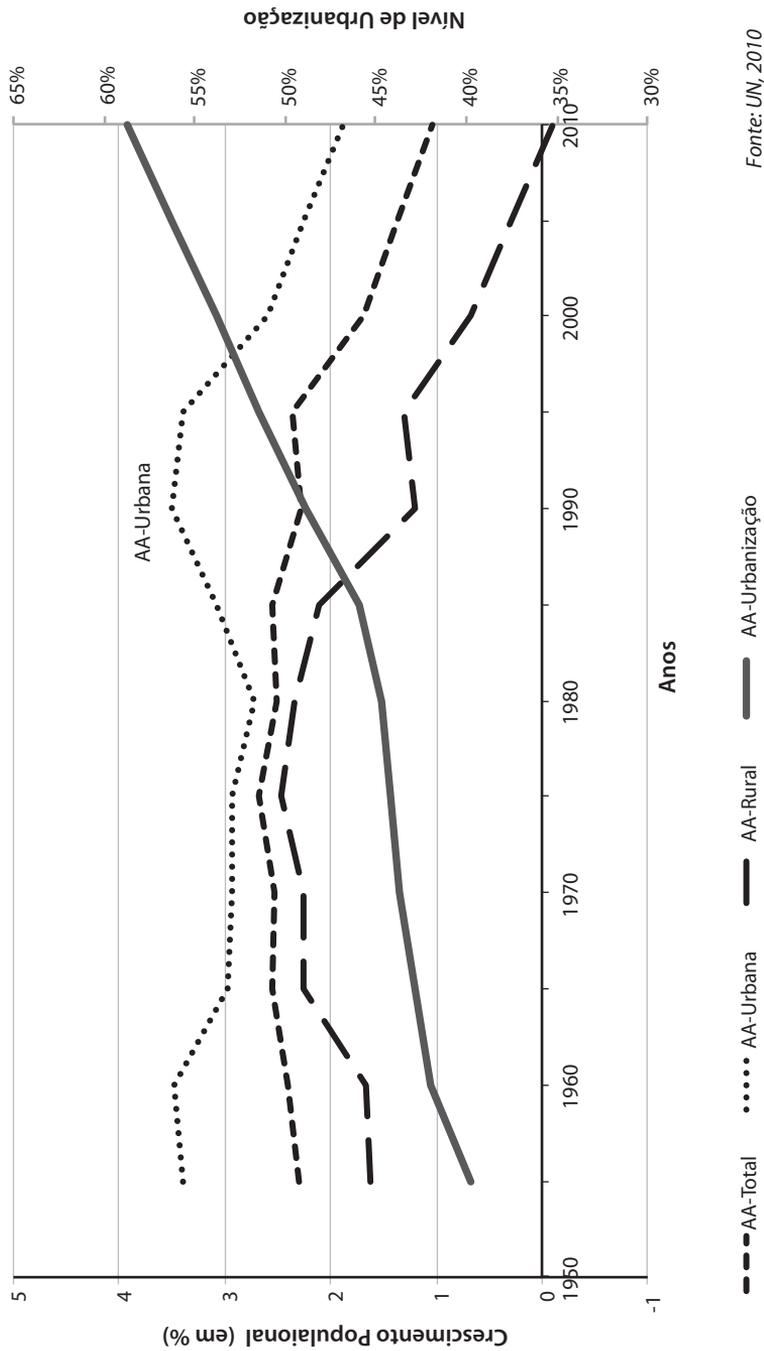
Crescimento regional diferenciado: Moçambique na África Austral

O processo de urbanização em Moçambique, ao longo das últimas seis décadas, distingue-se substancialmente da urbanização na região da SADC, nomeadamente nos países líderes da transição demográfica no sul de África. Comparando a Figura 16 com a Figura 17, observa-se que em 1950-55 a proporção da população urbana era apenas 2-3% da população total, enquanto na África Austral representava 38-40% (linha contínuo grossa e azul, referente o eixo vertical da direita).

O nível de urbanização regional, observado no início da década de 1950, só deverá ser atingido por Moçambique, na corrente década de 2010. A urbanização nos países líderes da África Austral tem decorrido mais lentamente, nas décadas recentes, mas em 1990 já se aproximava dos 50%, sendo actualmente próximo de 60%.

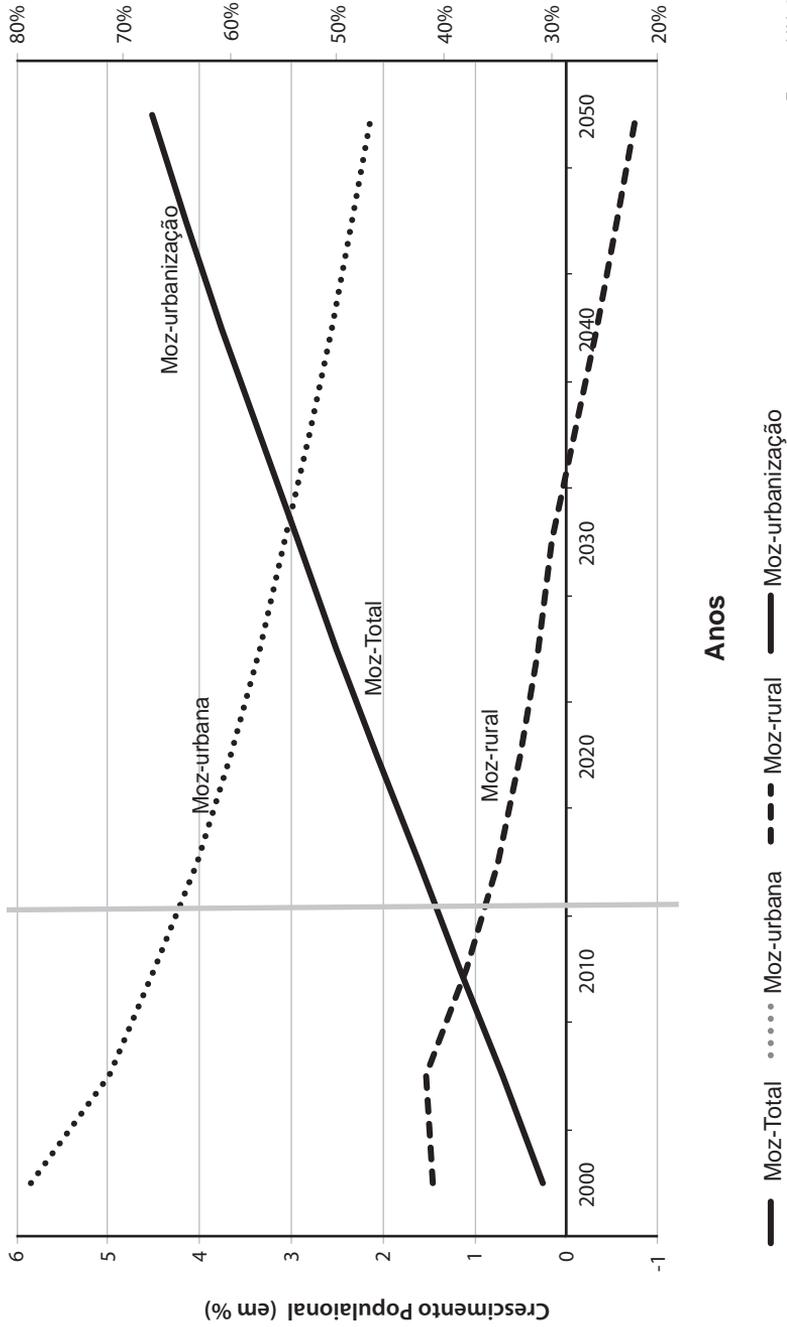
Se as previsões da UN (2010), na sua variante média, se confirmarem, o processo de urbanização prosseguirá, a ritmos diferentes, tanto em Moçambique como nos países líderes da transição demográfica da SADC. Enquanto nos países líderes o crescimento negativo rural poderá ocorrer já na corrente década, em Moçambique o êxodo rural será compensado pelo crescimento da população rural positivo, pelo menos até 2030 (Figuras 18 e 19)

Figura 17: Crescimento populacional e urbanização na África Austral, 1950-2010



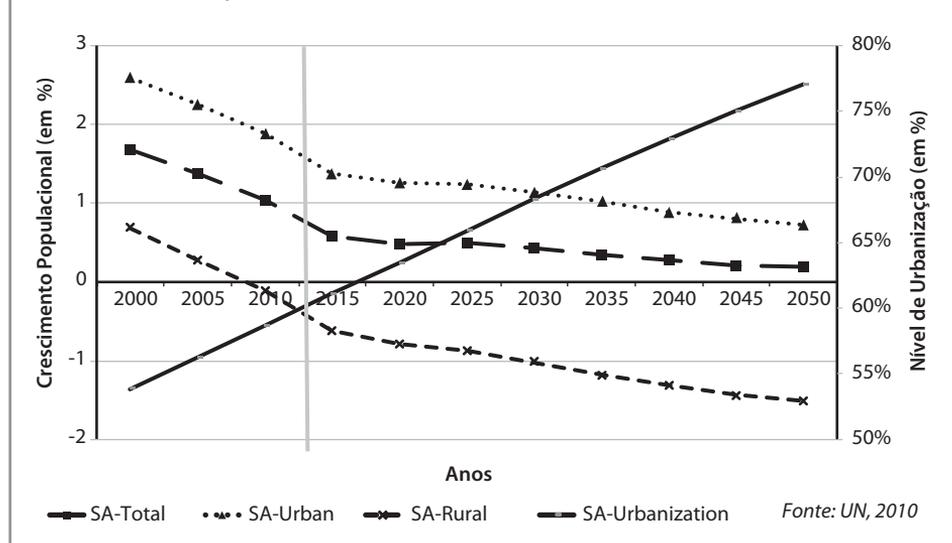
Fonte: UN, 2010

Figura 18: Projectão do crescimento populacional e ritmo de urbanização em Moçambique, 2000-2050



Fonte: UN, 2010

Figura 19: Projecção do crescimento populacional e do ritmo de urbanização na África Austral, 2000-2050



Sobre-urbanização informal em perspectiva?

Será preciso analisar melhor as tendências específicas dos países da África Austral, até porque em vários casos as suas dinâmicas estão ligadas e influenciam-se mutuamente. No caso de Moçambique, a partir da experiência das décadas passadas e ausência de políticas progressivas de industrialização, o mais provável é que urbanização continue a ser moldada pela informalidade desorganizada e não produtiva. Se tal acontecer, é improvável que urbanização informal e desorganizada ceda lugar a uma urbanização estruturada e estimulada pelos sectores formais da economia nacional, com ênfase para a industrialização.

As consequências de tal tendência poderão ser problemáticas, para a estabilidade social urbana, principalmente se a nível rural, persistir a dificuldade (ou mesmo incapacidade) do Estado e do mercado privado em superar os baixos níveis de produtividade agrária determinados pela economia de subsistência precária (MPD, 2010: 50).¹² Pior ainda, quando a nível urbano, os serviços administrativos, públicos e privados, não têm acompanhar o ritmo de crescimento populacional urbano e a crescente demanda a ele associado.

¹² '...todos os indicadores relacionados com o acesso e uso de tecnologias que aumentem a produtividade, como pesticidas e fertilizantes, não mostram tendências positivas claras. De 2002 a 2008 a proporção de famílias a receber informação sobre a extensão evidencia um decréscimo de 13.5% para 8.3%. Da mesma maneira, o uso de pesticidas diminui de 6.8% para 3.8%. Mesmo ignorando estas tendências, os níveis absolutos destes indicadores são muito reduzidos e indicam que a vasta maioria das famílias agrícolas continuam a não usar insumos modernos ou tecnologias de irrigação como apoio à produção' (MPD, 2010: 50).

Quando o ritmo de urbanização ultrapassa o ritmo de transformação progressiva da economia nacional (incluindo não só a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) mas também os componentes do referido crescimento) e a capacidade do Estado de acomodação do crescimento urbano, observa-se o que Sandell (2004) designa como “sobre-urbanização”. As consequências da sobre-urbanização podem ser diversas, em termos demográficos, económicos, políticos e sociais, incluindo o risco do aumento das tensões sociais, problemas ambientais, marginalização e empobrecimento (Bloom and Freeman, 1986; Bloom et al., 2003; Cincotta, 2002; Cocharan and O’Kane, 1977; Lowry, 1990; Sandell, 2004: 6-7, UN-Habitat, 2010).

Estrutura etária actual e perspectivas de mudança futuras

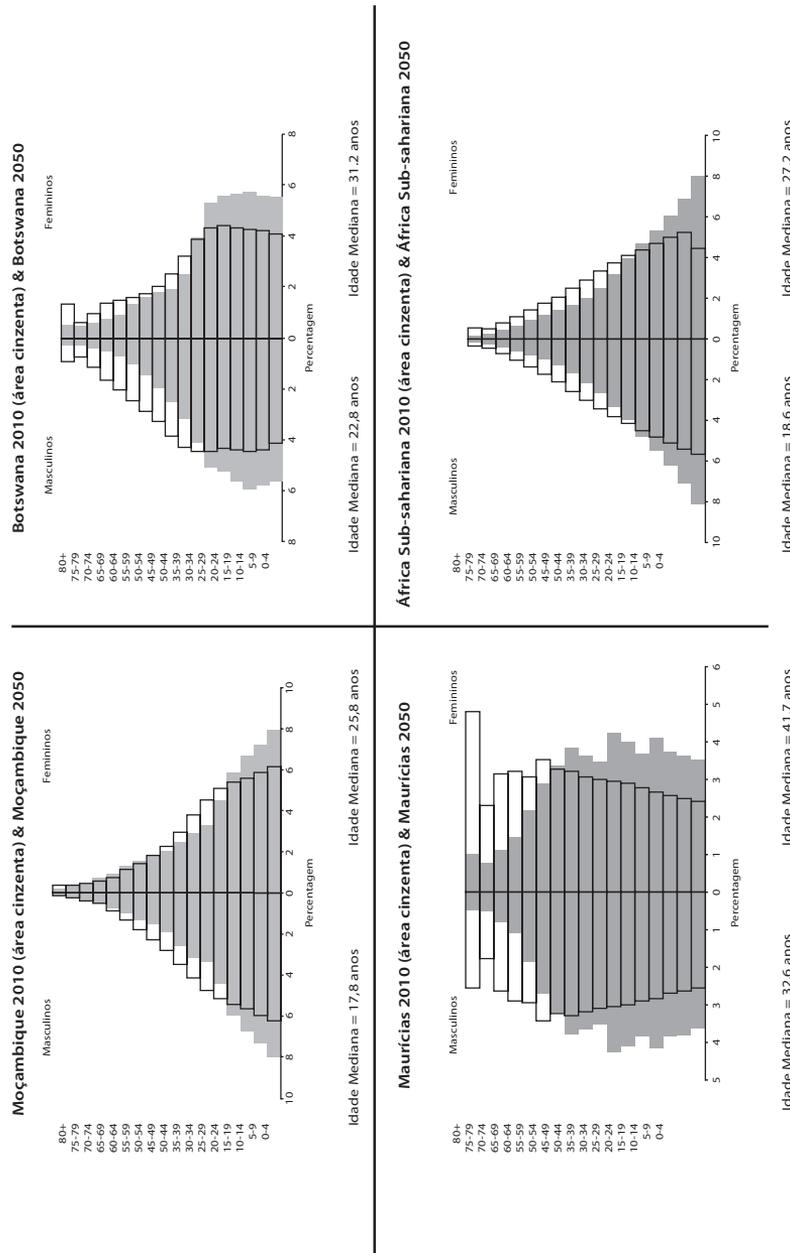
O elevado e crescente hiato entre a mortalidade e a fecundidade tem originado um rápido crescimento populacional com consequências adicionais, para além das referidas na secção anterior: 1) Aumento do número de crianças nascidas com crescente probabilidade de sobrevivência; 2) Perpetuação do tipo de estrutura etária piramidal, tal como ilustra a primeira imagem da Figura 20.

A estrutura da população por sexos e idades em forma de pirâmide, com uma base ampla de grupos etários compostos por crianças e adolescentes (do 7 aos 19 anos de idade), enquanto o topo ou ápice representado pela população idosa (acima de 60 anos) é muito estreita. Trata-se de um formato típico de estruturas populacionais com elevadas taxas de mortalidade, natalidade e, consequentemente, elevado crescimento natural.

Na Figura 20 as pirâmides representadas graficamente comparam a projecção da evolução da estrutura da população por idades e sexos, no período 2010-2050, incluindo Moçambique, Botswana, Maurícias e África Subsariana. **A parte sombreada a cinzento representa a população em 2010 e os rectângulos em branco representam a população projectada no ano 2050.** O que se pode perspectivar, no caso de Moçambique, é que mantenha, grosso modo, uma estrutura populacional actual e que similar à **estrutura média da África Subsariana**. Como ilustra a pirâmide da população moçambicana, Moçambique deverá manter, grosso modo, uma estrutura populacional idêntica à da África Subsariana, com uma ligeira redução do tamanho dos grupos etários inferiores a 15 anos e um aumento do tamanho dos grupos de idades intermédios (20-59 anos). O grupo de idosos deverá manter a mesma estrutura e tamanho.

Se as projecções ilustradas na Figura 20 se confirmarem, a idade mediana em Moçambique aumentará de 17,8 anos em 2010 para 25,8 anos em 2050. Comparando com a pirâmide e a idade mediana de dois países da África Austral, pode-se observar a grande diferença da estrutura etária e da idade mediana no Botswana e de Maurícias. As populações do Botswana e Maurícias são visivelmente mais maduras ou adultas, como uma idade mediana 22,8 anos no Botswana e 32,6 nas Maurícias. Em meados do corrente século prevê-se a ambas populações tenham idade mediana superior a 30 anos de idade: Botswana com 31,2 anos e Maurícias com 41,7 anos.

Figura 20: Comparação da pirâmide etária de Moçambique e outros países vizinhos em 2010 e 2050



Fonte: U.S. Census Bureau.2010. *International Data Base*, www.census.gov/ipc

Este tipo de estrutura da população corresponde, na classificação da transição etária de Somestad Malmberg (2000: 3) ao que designam por *fase de criança* - a primeira fase da transição da idade, observada quando a queda das taxas de mortalidade, no estágio inicial da transição demográfica, gera um aumento no número de crianças. Isto é o que tem acontecido em Moçambique nas últimas cinco, seis ou mais décadas, devido à redução gradual da mortalidade, cujo resultado é salvarem-se cada vez mais vidas de bebés e crianças. E como os grupos que sobrevivem até à idade adulta aumenta, a população em idade fértil depressa também aumentará. Numa situação em que o comportamento reprodutivo não se altere, aumentará ainda mais o número de crianças nascidas.

Ao longo do tempo, como se salienta atrás, o aumento do número de crianças que sobrevivem até a idade adulta conduz ao aumento da população na faixa etária reprodutiva e economicamente activa. Eventualmente, uma queda generalizada da fecundidade, até agora apenas observadas em apenas algumas partes do país, poderá **conduz a uma desaceleração** no mortalidade infantil e nas idades inferior a cinco anos (Malmberg, 2004: 8). No entanto, como ilustra a Tabela 4, a região da África Oriental que, segundo a classificação da ONU inclui Moçambique, não apresenta sinais de estar em processo de mudar para a segunda fase, na transição etária, a *fase jovem adulto* (*idade família, ou em inglês, family age*).

Tabela 4: Categorias regionais das mudanças na estrutura etária global, de acordo com a estrutura etária típica projectada com base nas projecções da ONU, 2000-2015

Região	2000	2015	2030	2050
África Oriental	Riqueza infantil	Riqueza infantil	Idade família	Modernização
África Central	Riqueza infantil	Riqueza infantil	Idade família	Modernização
África Ocidental	Riqueza infantil	Idade família	Idade família	Modernização
Sul de África	Idade família	Idade família	Modernização	Meia-idade
América Central	Idade família	Modernização	Meia-idade	Meia-idade
Norte de África	Idade família	Modernização	Meia-idade	Maturidade
Sul da Ásia	Idade família	Modernização	Meia-idade	Maturidade
Sudoeste Asiático	Idade família	Modernização	Meia-idade	Maturidade
América do Sul	Modernização	Modernização	Meia-idade	Maturidade
Caribe	Modernização	Meia-idade	Maturidade	Maturidade
Ásia Oriental	Modernização	Meia-idade	Maturidade	Envelhecimento
Oceânia	Meia-idade	Meia-idade	Maturidade	Maturidade
Europa Oriental	Meia-idade	Maturidade	Maturidade	Envelhecimento
América do Norte	Meia-idade	Maturidade	Maturidade	Envelhecimento
Europa Ocidental	Meia-idade	Maturidade	Envelhecimento	Envelhecimento
Europa do Norte	Maturidade	Maturidade	Envelhecimento	Envelhecimento
Europa do Sul	Maturidade	Maturidade	Envelhecimento	Envelhecimento

Fonte: Malmberg and Lindh, 2004: 11

No caso de Moçambique, a transição etária poderá acontecer por volta da segunda parte da década de 2020. Ou seja, a fase da criança continuará enquanto a taxa de fecundidade se mantenha elevada em grande parte do país, implicando o aumento da população jovem adulta em idade reprodutiva (Malmberg (2000; Malmberg and Lindh, 2004; Bloom and Freeman, 1986; Bloom et al., 2003).

O ónus da dependência populacional e emprego em Moçambique

A 'população em idade economicamente activa' (PIEA) é uma categoria demográfica importante, visto representar a proporção da população potencialmente envolvida na actividade produtiva de bens e serviços económicos. Também designada, num sentido mais económico, como 'mão-de-obra' ou força de trabalho disponível para as actividades produtivas numa sociedade.

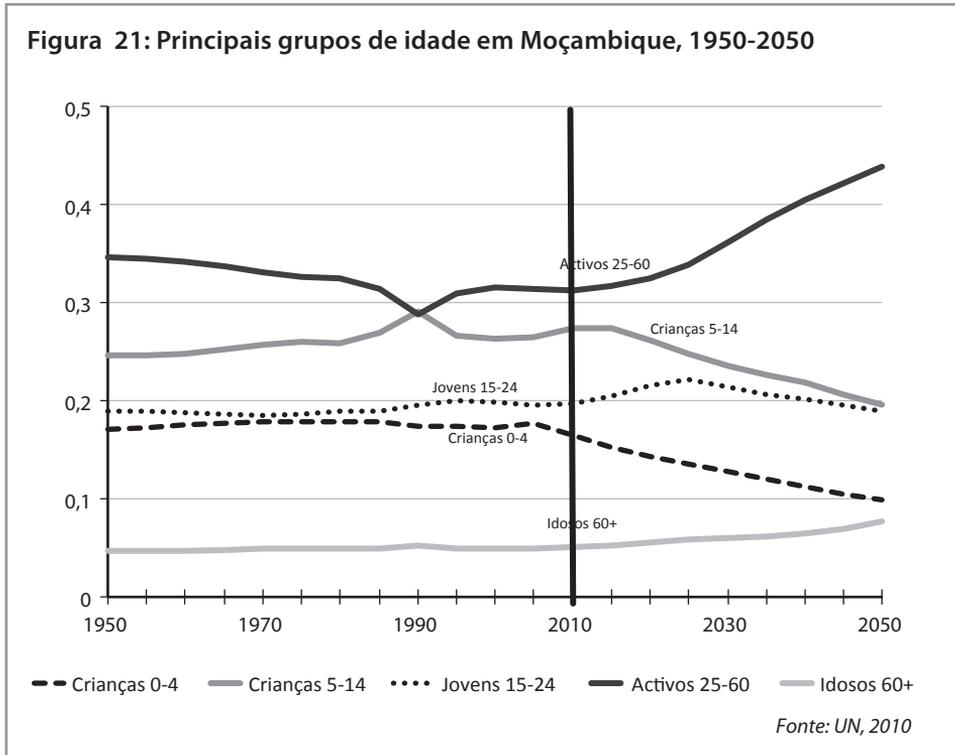
Neste domínio, um dos maiores desafios futuros, decorrentes do prosseguimento da transição demográfica moçambicana, diz respeito à capacidade da economia nacional absorver o rápido incremento populacional em idade economicamente activa, principalmente a nível urbano. O aumento populacional significa que cada nova geração supera a anterior. Quanto maior for a taxa de crescimento demográfica maior é a diferença de tamanho entre duas gerações sucessivas, o que implica que a capacidade de absorção do efectivo de jovens que atingem a idade economicamente activa também aumente.

A Figura 21 ilustra a tendência da evolução dos principais grupos de idade, no passado e perspectiva futuras, até meados do corrente século. O grupo de pessoas em idade economicamente activa (jovens do grupo 15-24 anos) é comparado com os grupos considerados dependentes, crianças e adolescentes como idade inferior a 15 anos e idosos com 60 e mais anos. Se as projecções da ONU (UN, 2010), na sua variante média, se confirmarem, a proporção da população moçambicana com idade inferior a 15 anos deverá diminuir de 44% em 2010 para 30% em 2050, enquanto a população idosa (com 60 e mais anos) poderá aumentar de cinco para oito por cento, no mesmo período.

Uma análise mais detalhada e aprofundada permitirá antecipar as taxas de participação na força de trabalho, no sentido de determinar o número de novos postos de trabalho que será preciso criar para se absorver a crescente demanda por emprego. Tais estimativas servirão, no mínimo, para advertir os fazedores de políticas e planificadores do esforço necessário a realizar, em termos de criação de novos empregos e urgência de ampliação de oportunidades reais, no sector produtivo e mercados de trabalho e financeiro.

Há quatro décadas atrás, quando Rita-Ferreira comentou na imprensa local sobre a explosão demográfica, chamou a atenção para que os planificadores dos diversos serviços públicos e das actividades privadas directamente interessadas, tirassem a lição do erro come-

tido ao adoptar-se nas extrapolações demográficas efectuadas para a década 1960/1970, uma taxa subestimada com base na taxa de crescimento, observada entre 1950 e 1960. Ironicamente, a experiência demográfica das quatro décadas que se seguiram, dá a impressão não terem ainda nascido os líderes políticos e planificadores capazes de perceber o quanto a situação demográfica piorou desde 1972, ano em que Rita-Ferreira publicou seu breve artigo no Jornal Notícias.



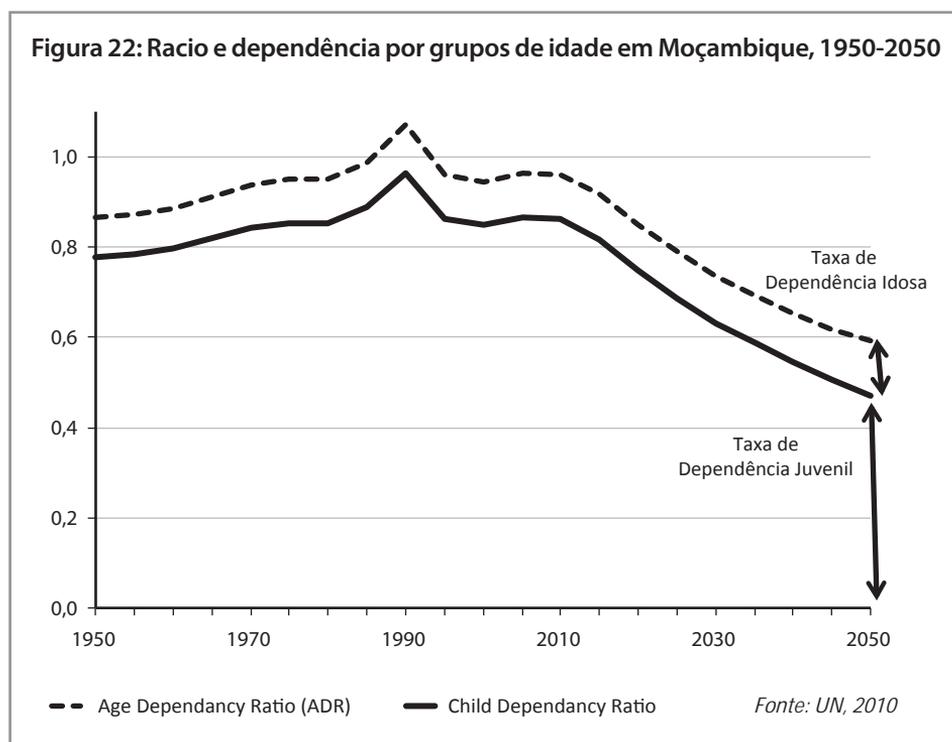
Uma excepção, digna de nota, por surgir em contra corrente relativamente ao desinteresse generalizado com as implicações do rápido crescimento populacional em Moçambique, é o recente artigo de Arnaldo e Muanamoha (2010: 14-15). Referindo-se ao aumento do tamanho da força de trabalho para além da capacidade do país criar investimento para absorver toda a demanda, Arnaldo e Muanamoha (2010: 14) referiram que existir em Moçambique uma pessoa dependente (menores de 15 anos + idosos de 65 ou mais anos) em cada pessoa em idade activa (15-64):

De 1997 a 2007, o peso da população em idade activa baixou ligeiramente de 52.3% para 51.3%, mas em termos absoluto aumentou de 8.4 para 10.6 milhões de habitantes. Com base nos dados de 2007, o INE (2010) projectou a população de Moçambique até 2040... Tendo em conta os cinco (quatro cenários das Nações Unidas e o do INE), a

população em idade activa em 2040 será mais do que o dobro da de 2007, variando de 23.4 milhões a 27.9 milhões (Gráfico 4). Curiosamente, a projecção do INE resulta em número mais elevado que os quatro cenários das Nações Unidas, porque as Nações Unidas assumem maior nível de mortalidade e partem com uma fecundidade mais baixa (Arnaldo e Muanamoha, 2010: 14).

No decurso da transição demográfica a PIEA apresenta um padrão de mudança típico (Bongaarts, 2002a), o qual pode ser observado na Figura 22, para o caso específico de Moçambique, através da estimativa da tendência entre 1950 e 2005 e a projecção de 2005 a 2050.

Na fase inicial da transição a PIEA tende a aumentar porque um maior número de nascimento sobrevive para além da infância. Esta tendência é visível, no caso moçambicano, no período entre 1950 e 1990. Nas duas décadas passadas, a PIEA oscilou entre a diminuição e a estagnação, prevendo-se que a diminuição se torne visível nas próximas décadas, assumindo que a fecundidade reduza a proporção da população com idade inferior a 15 anos de idade.



Na fase final da transição demográfica, segundo a experiência de vários países do mundo que completaram a transição, a PIEA tende volta a aumentar (Bongaarts, 2002a: 59-60). Porém, a ONU não contempla tal fase, no caso de Moçambique, porque não espera que a proporção de idosos aumente significativamente, na primeira metade do século XXI.

Transição demográfica, esperança de vida e pobreza

Ao longo de milhares, para não dizer milhões de anos, a sobrevivência das populações humanas foi determinada principalmente pelas condições climáticas e ambientais, as quais dependiam decisivamente das variações da precipitação, do potencial e deficiências do solo, e eventualmente, da melhoria dos meios técnicos rudimentares desenvolvidos na época paleolítica e neolítica, tais como, a roda, a escrita, a cultura de tracção animal e sistemas de irrigação.

Podemos por isso tomar como hipótese, parafraseando Hugon (1999: 29), que ao longo do RDA a vulnerabilidade económica e técnica favoreceu uma grande coesão social das comunidades e uma hierarquia dos poderes baseada na idade. Mas diferentemente do que Hugon (1999: 29) sugere, o favorecimento da coesão social e hierarquia dos poderes baseada na idade prolongou-se, no caso de Moçambique, muito além do período pré-colonial. Tanto no período colonial como nas décadas posteriores à independência, os meios pouco desenvolvidos e as condições naturais hostis (insectos e parasitas, doenças endémicas, fragilidade dos solos, riscos climáticos, entre outros), apontados por Hugon (1999: 29) como característicos de economias pré-coloniais, persistiram e persistem em Moçambique, até ao presente, principalmente nas zonas rurais. A maioria da população rural moçambicana tem vivido em condições de subsistência precárias, geralmente dependente de meios técnicos típicos das sociedades agrícolas neolíticas, em que a roda, a escrita e a cultura de tracção animal permanecem marginais na actividade quotidiana rural.

Correlação entre mortalidade infanto-juvenil e fecundidade

Segundo a literatura recente (Malmberg, 2008: 18; Reher, 2004), a mortalidade infantil é o factor determinante mais importante na variação da fertilidade. Malmberg sustenta esta constatação com base na forte correlação entre a fecundidade e a mortalidade infantil. Para os países com uma taxa de mortalidade infantil acima de 100 óbitos infantis por mil nascimentos, a taxa de fecundidade típica ronda seis ou mesmo mais filhos. Assim que a mortalidade infantil baixa para menos de 100 por mil nascimentos, a taxa global de fecundidade tende a diminuir para valores inferiores a seis filhos por mulher. E quando a mortalidade infantil aproxima-se de 50 por 1000 nascimentos, a TFT esperada aproxima-se dos três filhos por mulher (Malmberg, 2008: 18; Reher, 2004).

Esta importante conclusão é confirmada e ilustrada, para o caso específico de Moçambique, na Figura 23 que correlaciona os níveis de fecundidade (representados pela TFT) com as taxas de mortalidade infanto-juvenis, no último quinquénio do século XX (1995-2000). A Figura 23 inclui, para além dos dados da fecundidade e da mortalidade infanto-juvenil em Moçambique, desagregados por distritos e províncias, conjuntamente e em comparação o com a fecundidade e mortalidade infanto-juvenil de 174 países do mundo (INE, 2005; UNDP, 2001).

No final do século XX, a mortalidade infanto-juvenil moçambicana era de 256 óbitos por mil nascidos vivos, a esperança de vida à nascença 41,4 anos de idade e a taxa geral de fecundidade 7,3 filhos (mediana 7 e moda 6,2 filhos) por mulher.¹³ Por seu turno, a nível mundial, a mortalidade infanto-juvenil rondava os 65,4 óbitos por mil nascimentos, a esperança de vida à nascença 65,3 anos de idade e a fecundidade (TFT) uma média de 3,4 filhos (mediana 3 e moda 1,6 filhos) por mulher.

A dispersão da mortalidade infanto-juvenil, entre o mínimo e o máximo, tanto a nível mundial como em Moçambique, também era muito grande, com a diferença que o mínimo a nível mundial foi de 4 óbitos por mil nascimentos, enquanto o mínimo moçambicano cifrou-se em 88 óbitos por mil nascimentos. O hiato entre os valores máximos mundiais da mortalidade infanto-juvenil e os de Moçambique foi 361 óbitos por mil (desvio padrão 67) nascimentos, contra 485 óbitos por mil nascimentos (desvio padrão 93,6).

Existe um terceiro aspecto, talvez o mais importante para o argumento deste trabalho, pelo que revela sobre a íntima interdependência entre a reprodução e a mortalidade. A Figura 23 mostra uma forte correlação positiva entre a mortalidade infanto-juvenil e a fecundidade, a nível mundial ($R^2 = 0.677$); no interior de Moçambique, a correlação é também positiva ($R^2 = 0.323$), mas muito mais fraca do que a nível mundial.

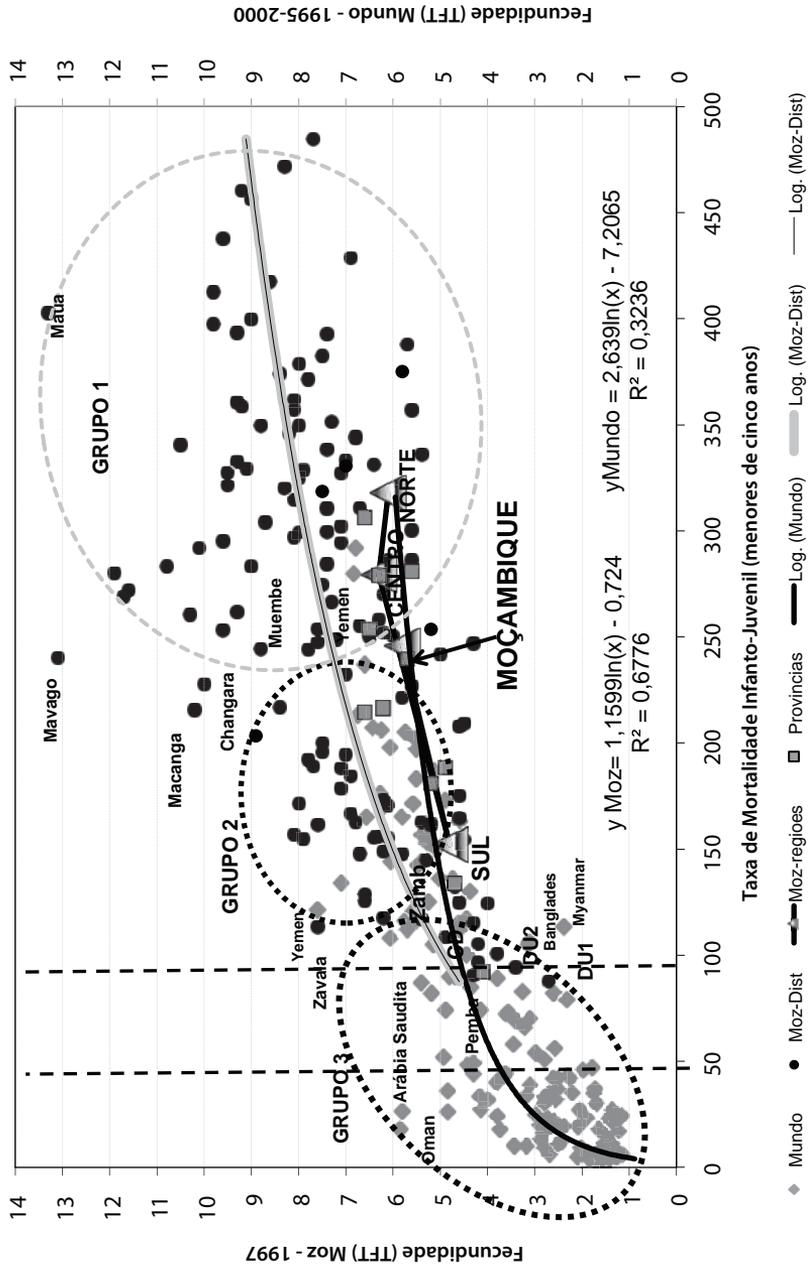
Apesar da Figura 23 correlacionar a fecundidade com a mortalidade infanto-juvenil, em vez da mortalidade infantil, o resultado é consistente com a conclusão encontrada na literatura recente, sobre a forte inter-dependência entre a mortalidade infantil e a fertilidade (Malmberg, 2008; Reher, 2004). Malmberg (2008: 18) chega a concluir que os países com taxas de mortalidade infantil acima de 100 óbitos por mil nascimentos apresenta taxas de fecundidade de seis ou mais filhos por mulher. No entanto, segundo ainda Malmberg, quando a mortalidade infantil baixa para menos de 100 óbitos por mil nascimentos, a TFT reduz para valores inferiores a seis filhos por mulher. E quando a redução da mortalidade infantil atinge os de 50 óbitos por mil nascimentos, a TFT aproxime-se dos três filhos por mulher (Malmberg, 2008: 18).

Em Moçambique, há dez anos atrás, somente alguns dos distritos urbanos da Cidade de Maputo apresentavam níveis de mortalidade infanto-juvenis inferiores a 100 óbitos por mil nascimentos: Distritos Urbanos 1 (87,5; 2,7), 2 (94; 3,4), 4 (96,7; 4,2) e 5 (90,3; 4,3). Entre os 100 e 150 de mortalidade infanto-juvenil inferiores por mil nados-vivos existia apenas uma dúzia de distritos.¹⁴

¹³ Refira-se que o PNUD, no cálculo do índice de esperança de vida, estabelece com limite mínimo 25 anos e limite máximo 85 anos. Significa que há dez anos, assumindo que as estimativas do INE representam a realidade, em certos distritos de Moçambique a população apresentava um nível de esperança abaixo do próprio limite mínimo que internacionalmente se assume estar superado em todo o mundo. Será interessante verificar qual será a situação mais recente, a partir da análise detalhada dos dados do Censo 2007 (INE, 2009).

¹⁴ Distrito Urbano 3 (100,5‰), Cidade da Matola (105,3‰), Moamba (108,4‰), Zavala (113‰), Cidade de Inhambane (115,1‰), Marracuene (116,8‰), Cahora Bassa (117,4‰), Maxixe (124,4‰), Namaacha (124,7‰), Inharme (125,5‰), Xai-Xai (128,7‰), Cidade de Xai-Xai (128,7‰), Boane (132‰), Magude (144,7‰), Cuamba (147,6‰), Cidade de Lichinga (147,7‰) e Mossurize (148,8‰).

Figura 23: Mortalidade infanto-juvenil e Taxa de Fecundidade Total (TFT), Moçambique e o mundo, 1995-2000



Fonte: INE, 2005; UNDP, 2001

A conclusão de Malmberg (2008: 18) é consistente com a tendência apresentada na Figura 4, mas convém clarificar que por causa da falta de dados distritais sobre mortalidade infantil, a variável usada no gráfico corresponde às taxas de mortalidade infanto-juvenil. De qualquer forma, dados provinciais mais recentes, divulgados pelo INE (2009), continuam a corroborar a conclusão de Malmberg, com a particularidade de se reportarem à situação de pouco mais de uma década atrás. Segundo o MICS 2008 (INE, 2009), as estimativas provinciais da mortalidade infantil apresentam níveis superiores a 100 óbitos por mil nascimentos, a nível nacional (105,3‰) e nas zonas rurais (110,2‰), bem como nas províncias de Cabo Delgado (131,7‰), Nampula (104,9‰), Zambézia (147,1‰) e Tete (107,5‰). Somente em Maputo, Cidade (66,6‰) e Província (67,3‰), é que as taxas de mortalidade infantil são inferiores a 70‰, mas evidentemente bastante acima dos 50‰ (INE, 2009: Q2.3.2).

De acordo com as recentes projecções 2007-2040 do INE (2010), se as condições de mortalidade infantil não superarem as actuais expectativas, só dentro de duas décadas é que a mortalidade infantil moçambicana ultrapassará o limiar dos 50‰. Recentemente, o INE divulgou suas projecções demográficas para o período 2007-2040, nas quais estima que a mortalidade infantil atinja os 50,7‰ em 2030 e 48,9‰ em 2031, enquanto a fecundidade poderá nessa altura situar-se nos 3,8 filhos por mulher.

As novas projecções do INE para a fecundidade futura tomam certamente em consideração o facto de, na década passada, a sua diminuição ter sido inferior à previsão nas projecções divulgadas em 1999. Em vez de uma redução da fecundidade para 5,3 filhos por mulher, projectada pelo INE (1999b: 84) para 2010, na sua mais recente actualização o INE (2010a) corrige a estimativa da taxa de fecundidade para 5,6 filhos por mulher. Tendo em conta os dados do Censo 2007, avaliações sistemáticas como a que foi feita por Arnaldo (2007) sobre os determinantes próximos da fecundidade, necessitam de ser retomadas e actualizadas (Caixa 1).

Correlação entre esperança de vida e fecundidade

A Figura 24 apresenta os níveis de fecundidade, representado pela taxa de fecundidade total (TFT), segundo os níveis de esperança de vida à nascença, com dados cobrindo o último quinquénio do século XX (1995-2000). A imagem coloca os níveis de fecundidade em Moçambique no contexto da situação da fecundidade a nível mundial. O mundo é representado pelos quadradinhos em azuis, cada um representando o TFT de um dos 174 países incluídos no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2001 (UNDP, 2001). A fecundidade em Moçambique é desagregada por distritos (pontos redondos em vermelho).

A Figura 24 é bastante rica, podendo ser explorada de forma extensiva, incluindo em termos técnicos e estatístico, mas neste âmbito algumas conclusões importantes podem ser adiantadas da análise dos dados. Existe uma forte correlação negativa entre a esperança de vida à nascença e a fecundidade mundial ($R^2 = 0.61$). Porém, quando se analisa a relação dentro de Moçambique, a correlação entre fecundidade e esperança de vida, também é negativa mas muito mais fraca ($R^2 = 0.34$).

Caixa 1. 'O alto prestígio social que as mulheres com *muitos filhos* gozam...' (*)

Acredita-se que o baixo estatuto social da mulher na África Sub-Saariana também promove níveis elevados de fecundidade... A dependência económica das mulheres nos homens, que caracteriza a estrutura familiar patriarcal da maior parte da África Sub-Saariana, resulta em níveis de fecundidade desejadas relativamente elevados de modo a minimizar os riscos na velhice... Contudo, mesmo quando os desejos de fecundidade das mulheres são baixos, estes níveis podem não ser facilmente atingidos, pois as mulheres têm um poder de tomada de decisão limitado. Nas estruturas familiares africanas, as mulheres não têm autoridade na tomada de decisões sobre o tamanho da família e de praticar ou não o planeamento familiar. A prática do Lobolo é vista como um meio que confere ao esposo e seus familiares o direito de decidir sobre a prática do planeamento familiar... Em adição ao seu mínimo envolvimento na tomada de decisões sobre o número de filhos a ter, as mulheres em África temem a esterilidade: **ter filhos de um modo regular e muitos, reforça o prestígio da mulher e assegura respeito**, enquanto que, em contraste, **a esterilidade ou um menor número de filhos sujeita a mulher ao ridículo, sofrimento e consequências sociais negativas** (vide Capítulo 7) (p. 23).

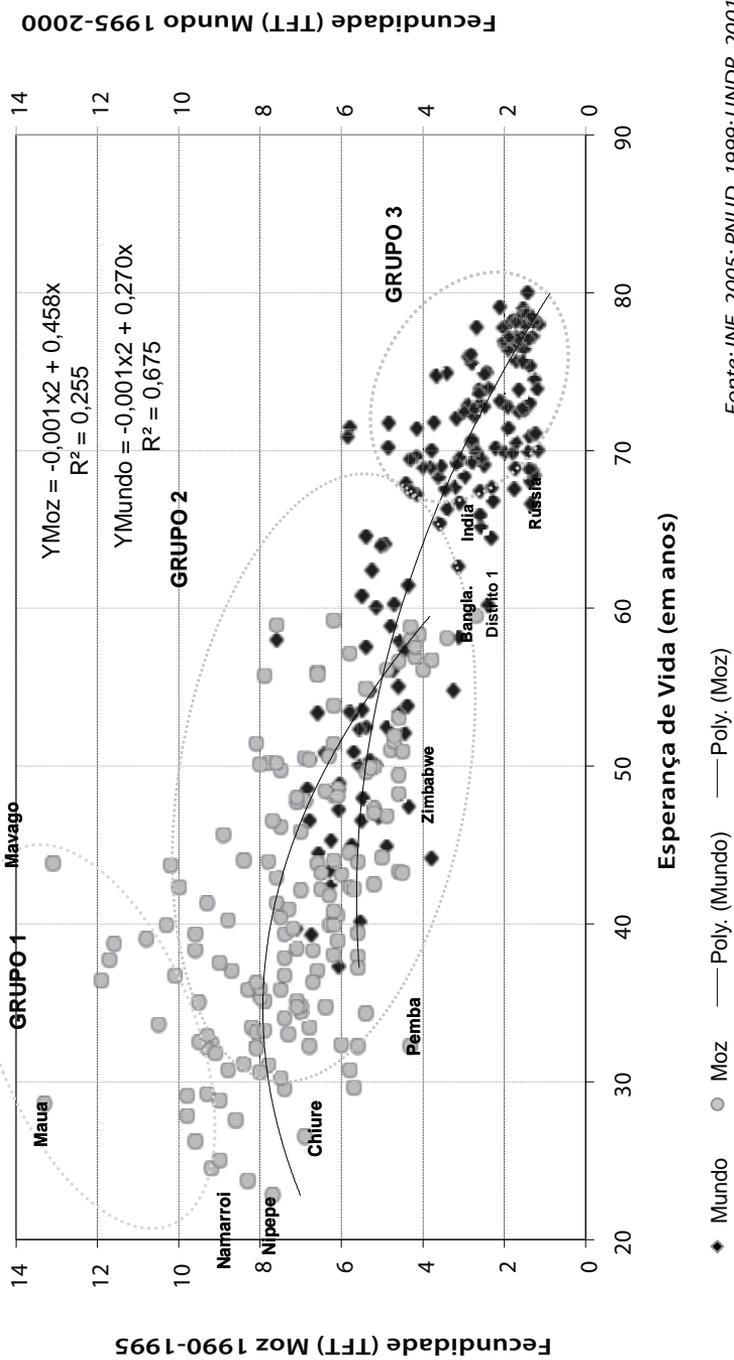
A investigação sobre os diferenciais da fecundidade tem observado, sistematicamente, que as mulheres que vivem em áreas urbanas têm [mais] baixos níveis de fecundidade do que a sua contraparte rural... Esta diferença nos níveis de fecundidade pode reflectir diferentes estatutos socio-económicos entre as mulheres urbanas e rurais. As mulheres urbanas têm uma melhor escolarização e estão mais susceptíveis de participar no mercado de trabalho formal, casar mais tarde, e possuir melhor conhecimento sobre e acesso a contraceptivos modernos do que as mulheres rurais... Por outro lado, devido ao facto dos custos de procriação serem elevados em áreas urbanas do que em rurais, onde as crianças ajudam nas actividades domésticas e agrícolas, as mulheres de áreas urbanas estão mais susceptíveis de apreciarem as vantagens de terem uma família pequena... Níveis elevados de fecundidade em áreas urbanas podem também estar associados, parcialmente, à residência rural *per se*, pois a vida está associada a **muitos filhos** e normas que tendem a favorecer a família alargada (United Nations, 1987:188) (p. 131).

Como se esperava, as TFTs estimadas (Tabela 4.7) são [mais] baixas em áreas urbanas do que em rurais. A nível nacional, a diferença é de 1.7 filhos por mulher, reflectindo uma TFT de 6.3 comparada com 4.6 para áreas urbanas. As diferenças entre as áreas urbanas e rurais são grandes na região Centro (1.9) do que as regiões Norte (1.2) ou Sul (1.4). Em termos relativos, a fecundidade urbana é de 28, 18 e 25% mais baixa do que a fecundidade rural nas regiões Centro, Norte e Sul, respectivamente. Em sete das dez províncias, a diferença urbano-rural na TFT excede um filho por mulher, e aproximando-se a dois em Sofala. Não existe quase nenhuma diferença entre a TFT urbana e rural em Manica, onde a TFT urbana é de apenas 0.2 filhas menos do que a rural. Na verdade, Chimoio (em Manica) é a capital provincial com a mais elevada TFT (6.2), 2.1 filhos por mulher mais alto do que a média nacional. Fazendo uso de métodos quantitativos e qualitativos, Martinho (2000) sugere que as razões por detrás da elevada fecundidade na Cidade de Chimoio são, talvez, o alto prestígio social que as mulheres com **muitos filhos** gozam e a ausência de motivação para adoptar métodos de contracepção modernos. Mais ainda, Manica, tanto quanto Niassa, Nampula e Tete, todas com TFTs de 5.0 ou mais, estão entre as províncias menos desenvolvidas do país (Ministério do Plano e Finanças, 2000) (p. 131).

(*) Sublinhado adicionado.

Fonte: Arnaldo, 2007.

Figura 24: Esperança de vida vs. Taxa de Fecundidade Total (TFT), Moçambique e o mundo, 1995-2000



Fonte: INE, 2005; PNUD, 1999; UNDP, 2001

No fim do século XX, a esperança de vida média à nascença a nível mundial rondava 65,3 anos de idade, contra 41,4 anos em Moçambique. A dispersão em ambos casos é muito elevada, com a diferença que o mínimo médio mundial de esperança mundial rondava 37 anos, enquanto em Moçambique o mínimo era ligeiramente inferior a 23 anos.¹⁵ No final do século XX, a média da fecundidade mundial rondava 3,4 filhos (mediana 3,0 filhos e moda 1,55 filhos), enquanto em Moçambique a média da fecundidade era 7 filhos (mediana 7 e moda 6,2 filhos).

A fecundidade é geralmente muito elevada nas regiões com baixa esperança de vida à nascença. A Figura 24 ilustra bem esta observação, apontando os casos extremos, de um lado, esperança de vida à nascença muito baixa e fecundidade muito elevada (Nipepe: 22,8 anos, 7,7 filhos; Namarroi – 23,7 anos, 8,3 filhos; Zumbo: 36,4 anos, 11,9 filhos); por outro lado, esperança de vida elevada muito e fecundidade muito abaixo da média nacional. Por exemplo, na Cidade de Maputo, há dez anos, atrás a esperança de vida rondava os 58,3 anos de idade e a fecundidade 4,1 filhos por mulher, tendo como caso extremo o Distrito Urbano No. 1, com 59,5 anos de idade e 2,7 filhos por mulher (INE, 2005: 8-14).

Correlação entre incidência de pobreza e fecundidade

A natureza da fecundidade em países em estágio de transição incipiente tem sido objecto de numerosos estudos. Até meados da década de 1990, as pesquisas sobre a relação entre fecundidade e desenvolvimento humano, medido através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), concluíram que a fecundidade pré-transicional é “natural”, como constata-ram Bongaarts and Watkins (1996), visto a maioria dos casais não praticar conscientemente o controlo da natalidade.

Recorrendo aos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), disponibilizados a partir de 1990 para a maioria dos países do mundo, Bongaarts and Watkins (1996) aprofundaram o estudo da relação entre fecundidade e desenvolvimento humano. Encontraram uma forte correlação negativa entre o IDH e a fecundidade, com correlações semelhantes mas mais fracas, quando relacionaram a fecundidade como variáveis socioeconómicas específicas, tais como: esperança de vida, educação, urbanização, PIB per capita, urbanização e percentagem da força de trabalho na agricultura.

O tipo de correlação negativa encontrada entre a fecundidade e o desenvolvimento humano evidencia uma relação não-linear, ou seja, até ao nível de 0,4 do IDH, a fecundidade parece não responder directamente ao desenvolvimento, mas quando o IDH aumenta para níveis superiores a 0,6, praticamente todos os países apresentam-se em transição

¹⁵ Refira-se que o PNUD, no cálculo do índice de esperança de vida, estabelece com limite mínimo 25 anos e limite máximo 85 anos. Significa que há dez anos, assumindo que as estimativas do INE representam a realidade, em certos distritos de Moçambique a população apresentava um nível de esperança abaixo do próprio limite mínimo que internacionalmente se assume estar superado em todo o mundo. Será interessante verificar qual será a situação mais recente, a partir da análise detalhada dos dados do Censo 2007 (INE, 2009).

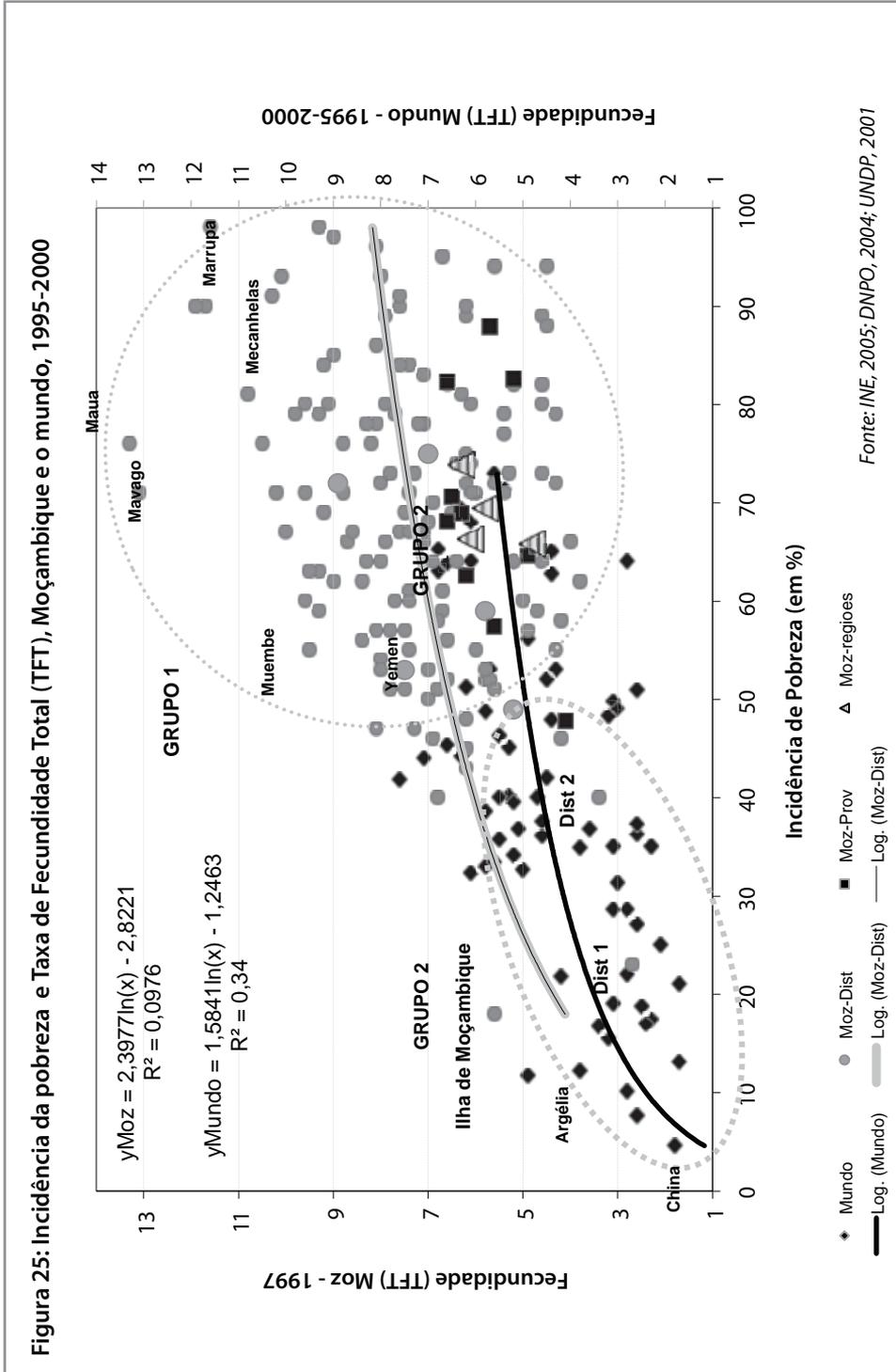
demográfica. Mais importante talvez, foi a constatação de que os níveis de fecundidade varia muito entre os países com o mesmo nível de desenvolvimento. Por exemplo, em países com IDH de 0,6, a taxa de fecundidade, varia entre menos de 3 e mais de 7 filhos por mulher.

Daqui se depreende que a vasta gama de indicadores convencionais de desenvolvimento, actualmente disponíveis, somente em parte poderão explicar a diferenciação reprodutiva entre países. À semelhança da Figura 23 a Figura 25 mostra uma correlação positiva mas muito fraca entre a incidência da pobreza e a fecundidade, principalmente em Moçambique, quando os dados são desagregados para níveis distritais.

Bongaarts and Watkins (1996: 642-643) atribuíram a fraca ligação entre a fecundidade e o IDH, ou outras variáveis de desenvolvimento (e.g. urbanização e participação no mercado de trabalho), à má ou fraca especificação das variáveis explicativas. Segundo Bongaarts and Watkins, se fosse possível dispor de indicadores que medissem especificamente os custos e benefícios das crianças, muito provavelmente a correlação com a fecundidade aumentaria. Esta hipótese merece ser testada, tal como fez Arnaldo (2007), quando analisou detalhadamente os determinantes próximos da fecundidade em Moçambique, recorrendo aos dados disponíveis até realização da sua pesquisa. Desde então novos dados representativos da realidade demográfica mais recente foram recolhidos.

Considerações finais e conclusões

A transição demográfica representa uma ruptura profunda no equilíbrio sustentável do RDA, em torno do elevado número de filhos (fecundidade) por mulher, conduzindo a mudanças nas estratégias de sobrevivência dos vários grupos populacionais. À medida que a transição se generaliza e o comportamento reprodutivo das famílias opta pelo regime demográfico moderno, o investimento dos pais transfere-se da maximização da fecundidade (quantidade de filhos) para a maximização da qualidade de um número menor de filhos (Caldwell, 1976, 1982; Cain, 1981, 1983, 1986). Em vez de continuar a lutar por ganhar a batalha da vida, assim que a população consegue controlar e reduzir os óbitos prematuros ao mínimo, a estratégia da luta pela vida concentra-se na qualidade dos filhos, através de melhor educação, saúde, formação e lazer.



Em que fase da transição demográfica está Moçambique

Os dados usados neste trabalho podem divergir de outros, dependendo das fontes, conduzindo a resultados e conclusões ligeiramente diferentes; principalmente se pretender entrar em detalhes, com o início exacto da ruptura com o antigo regime demográfico e duração de cada fase; intensidade do crescimento da população, dependendo da distância entre os valores da natalidade e da mortalidade e extensão ou impacto de cada fase, em termos do volume total da população afectada pelo processo de transição.

É preciso aprofundar a análise das taxas vitais, tomando em consideração os dados do último censo populacional (Censo 2007) ainda por explorar, de forma sistemática. Arnaldo (2007) reuniu suficientes evidências conducentes à conclusão, que a transição da fecundidade moçambicana poderá ter iniciado por volta do ano 2000, mas provavelmente apenas no Sul de Moçambique.

Não é objectivo deste artigo alongá-lo com análises detalhadas sobre a recente dinâmica dos componentes da mudança demográficos em Moçambique, será contudo suficiente sumarizar a discussão anterior, com hipóteses de resposta, à questão: 'Afinal em que fase da transição demográfica se encontra actualmente Moçambique?'

A Tabela 5 permite responder a esta questão, recorrendo aos dados mais actualizados publicados pelo INE e de um conjunto de três dezenas de países, agrupados segundo as cinco fases de transição demográfica referidas no anteriormente.

Tendo em conta os dados demográficos, Moçambique encontra-se na Fase 2 com 41,1% de TBN e 16,5‰ de TBM, 2,4% de crescimento vegetativo, 133‰ de TMI, esperança de vida à nascença de 47,3 anos e 5,5 filhos por mulher (INE, 2010b). Estes dados referem-se a uma das versões das estimativas do INE, disponível no seu Portal de Internet, diferentes de outras fontes suas, como por exemplo as Projecções Anuais da População Total, Urbana e Rural, 2007-2040 (INE, 2010a), devido a diferenças metodológicas, cujos detalhes se desconhece. No entanto, as diferenças nos dados, de uma maneira geral não afecta o posicionamento de Moçambique na Tabela 5, o qual pretende ser mais indicativo do que exacto. Indicativo, porque no cômputo geral os indicadores demográficos moçambicanos reflectem ainda o RDA e a primeira fase da transição demográfica, apresentando uma TBN na escala, ou muito próximo da escala dos 40-50‰, dependendo das estimativas, enquanto a TBM diminuiu para níveis inferiores a 20‰.

Na década passada, vários pesquisadores constataram uma relativa desaceleração ou mesmo estagnação na queda da fecundidade, em vários países da África Subsariana (Arnaldo e Muanamoha, 2010: 6; Bongaarts, 2002b, 2007; Ezeh et al., 2009; Kreider et al., 2009; Shapiro and Gebreselassie, 2007; Schoumaker, 2004). Por exemplo Shapiro and Gebreselassie (2007) classificaram Moçambique no início da transição da fecundidade, com nível médio nacional da TFG de 5,5 filhos por mulher (6,1 rural e 4,4 urbano), não se observando qualquer diminuição nos dados do IDS (DHS - Demographic Health Survey), entre 1976 e 2003.

Tabela 5: Moçambique no contexto da distribuição dos países por fases da transição demográfica, 2005-2010

Fases	Estado	TBN	TBM	TC (%)	Intervalo da TC (%)	TFR	IMR	Características
		‰	‰					
Fase 1	-	40-50	40-50		≈ 0			Na actualidade não há nenhum país no mundo que apresente taxas de mortalidade tão altas. Para encontrar algum país do Terceiro Mundo nesta fase seria preciso recuar à primeira metade do século XX e, até ao século XVIII, para encontrar algum dos países ricos.
Fase 2	Guiné Bissau Níger Angola Mali Uganda Tanzânia Somália Moçambique(*)	49,6 49,6 47,3 48,1 46,6 39 42,9 41,1	18,4 13,8 20,5 14,7 13,4 12,9 16,6 16,5	3,1 3,6 2,7 3,3 3,3 2,6 2,6 2,5	> 2,0	7,2 7,1 6,4 6,5 6,5 5,2 6,0 5,4	112,7 110,8 131,9 128,5 76,9 72,6 116,3 133	A Taxa Bruta de Natalidade (TBN) mantém-se alta. Pelo contrário, a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) regista uma diminuição, originando um forte aumento do crescimento populacional.
Fase 3	Honduras Zimbabwe Botswana Índia Marrocos Africa do Sul	27,9 27,9 24,9 23,0 20,5 22,3	5,6 17,9 14,1 8,2 5,8 17	2,2 1,0 1,1 1,5 1,5 0,5	[1,0-1,9]	3,3 3,2 2,9 2,8 2,4 1,9	28,2 58 46,5 55 30,6 19,8	A TBN inicia uma redução, mas como a TBM também continua em queda, o crescimento demográfico permanece marcadamente positivo.
Fase 4	Maurícias Tunisia Reino Unido Noruega Espanha Australia Suécia Áustria Estados Unidos	14,8 16,7 12,0 12,0 10,8 12,4 11,3 9,2 14,0	7 5,6 9,9 9,1 8,8 7,1 10,1 9,4 8,2	0,8 1,1 0,2 0,3 0,2 0,5 0,1 0,0 0,6	[0,9-0]	1,9 2,4 1,7 1,8 1,3 1,8 1,7 1,4 2,1	14 44,8 4,8 3,3 4,2 4,4 3,2 4,4 6,3	A TBN e a TBM reduzem, até atingir valores muito parecidos, resultando numa desaceleração do crescimento (como acontece actualmente na Suécia e Áustria).
Fase 5	Alemanha Itália Eslovénia Lituânia Japão	8,2 9,2 9,0 9,1 8,3	10,7 10,5 9,9 12,3 9,0	-0,3 -0,1 -0,1 -0,3 -0,1	<0	1,4 1,3 1,3 1,2 1,2	4,3 5 4,8 8,5 3,2	A TBN segue registando uma diminuição, até ultrapassar e tornar-se inferior à TBM, originando um crescimento demográfico é negativo e diminuição da população.

 (*) Dados referentes a 2002/07 do INE (2010). www.ine.gov.mz/populacao/indicadores/indemo_proj (Acedido a 25.01.2011)

 Fonte: UN, 2010; Adaptação de http://pt.wikipedia.org/wiki/Transi%C3%A7%C3%A3o_demogr%C3%A1fica.

Transição demográfica e mudanças na composição das famílias e casais

As famílias grandes representam uma característica mais recente do que é geralmente percebido pelo senso comum; um produto da transição demográfica, em vez dos tempos remotos do RDA. Esta percepção do senso comum tem sido apoiada por certos especialistas em estudos da população, incluindo investigadores notáveis como Caldwell (1976, 1982) e Lestahaegue (1980, 1989), bem como críticos da teoria da transição demográfica (Bandeira, 1996; Campbell, 2007: 242-243).

Na verdade, a ideia de que as famílias grandes no passado remoto tornou-se uma peça importante na justificação da transição demográfica do RDA para o RDM. Segundo Reher (2004: 25) o entendimento geral sobre a mudança da fecundidade e a transição demográfica sustenta-se geralmente na seguinte descrição. Antes da transição as pessoas preferiam grandes famílias, provavelmente por perceberem a utilidade das crianças, quer para a segurança social dos idosos, na fase avançada da vida, quer por razões culturais diversas. A introdução de elementos modernizadores na sociedade motivou os pais a desejarem famílias menores. Assim, do ponto de vista da mudança idealizada, o início da transição da fecundidade passou a ser considerado como um capítulo crucial no triunfo da emancipação humana, da racionalização e modernização, do individualismo e da ocidentalização.

Ainda que seja uma interpretação atractiva, como refere Reher (2004: 25), ela resulta de uma realidade relativamente recente e contemporânea, em vez de um passado distante. 'As famílias nunca foram grandes antes da transição demográfica... A taxas relativamente baixas prevalentes na maior parte do mundo, antes da transição demográfica, são a melhor prova que as famílias tendiam a ser pequenas, em vez de grandes (Wilson and Airey, 1999' (Reher, 2004: 25).

Considerando que do ponto de vista da reprodução o indicador realmente importante não é o número de crianças que nasceram vivas (medido pela TFT), mas o número de crianças que sobrevivem até à idade reprodutiva, é sabido que este último nunca foi elevado, excepto no período próximo ou durante a transição demográfica. E se assim é, como refere Reher (2004: 25), tanto o controlo da mortalidade como a subsequente controlo da fecundidade assume um significado totalmente diferente do aconteceria se as famílias grandes existido há muito mais tempo. Significa que o controlo da fecundidade pode ser visto como uma solução para se manter o tamanho da família, em vez de se procurar diminuí-lo.

Esta questão é de primordial importância para Moçambique, na actual fase da transição demográfica moçambicana. Certos grupos populacionais, talvez ainda poucos, procuram reduzir o tamanho dos agregados familiares às novas condições da sua vida, mas outros procuram encontrar soluções os efeitos de deficit em vez de excesso de nascimentos. Geffray, na sua descrição dos desequilíbrios da estrutura demográfica dos Macuas, no Norte Moçambique, em meados do século XX, mostrou como o deficit de nascimentos de raparigas pode perturbar a estabilidade da passagem das gerações:

O deficit de nascimentos femininos tem em primeiro lugar como consequência, na primeira passagem das gerações, um pequeno número de raparigas para casar, reduzindo por isso o efectivo dos homens jovens incorporados pelo casamento: há poucos casais juniores na casa. A ascensão de uma sororia júnior incapaz de se reproduzir provoca, a partir da geração seguinte, o aparecimento de um efectivo de seniores e de anciãos supra-numerários, relativamente ao de uma geração socialmente produtiva de juniores. A pirâmide de idades do grupo reduz-se ou inverte-se a partir da base (Geffray, 2000: 110-111).

Ceccato (2000), na sua avaliação do impacto da modernização na fecundidade em Moçambique analisa as variações da fecundidade a nível regional e grupos étnicos e social, identificando alguns tipos de casais típicos correspondentes aos principais estágios da transição demográfica clássica: tradicional (em transição e moderno (Caixa 2).

O debate sobre a idealização da família grande, principalmente o mito de que elas são mais antigas do que as próprias condições demográficas teriam permitido, merece ser testado e confrontado para o caso da realidade moçambicana, de uma maneira mais sistemática e detalhada do que é possível neste trabalho. Na verdade, será preciso revisitar-se a literatura antropológica, histórica, demográfica e sociológica com o propósito específico de avaliar a relevância do referido questionamento para tornar mais visível o conteúdo e tipos de famílias herdadas do RDA e em processo de desenvolvimento no período da transição demográfica moçambicana incipiente em curso actualmente.

Protecção social demográfica versus protecção social financeira

Ao longo da evolução da humanidade ter muitos filhos representou a solução principal e mais efectiva para a população assegurar sua renovação e garantir a protecção social entre as gerações. Principal, porque enquanto as sociedades não conseguiram estabelecer instituições de mercado capazes de sustentar sistemas económico-financeiros, públicos e privados, minimamente desenvolvidos, a protecção social dependeu dos mecanismos de reprodução demográfica (e.g. inter-geracionais, de género, parentesco e familiares), gerida em torno da elevada fecundidade da mulher. Mais efectiva, no sentido da finalidade principal da reprodução humana – garantir a sobrevivência e renovação das gerações, minimizando os riscos de morte prematura e proporcionando uma segurança humana digna.

O papel dos sistemas modernos de protecção social, tanto os que se baseiam em mecanismos financeiros contributivos como em formas de assistência social não contributiva, continua insignificante em países como Moçambique, comparativamente ao papel desempenhado pela protecção social demográfica. Se a população moçambicana dependesse dos sistemas financeiros contributivos ou da assistência social não contributiva, proporcionada pelo Estado e seus parceiros internacionais, muito provavelmente a maior parte das pessoas já teria morrido.

Caixa 2. Três casais típicos moçambicanos: tradicional, em transição e moderno (*)

Em todas as províncias moçambicanas, a demanda [por crianças] é em média superior à oferta. O país tem uma das maiores demandas de crianças no mundo, mas também uma dos maiores ofertas, para além da elevada mortalidade infantil e juvenil. Em muitas províncias, os custos de controlo da fecundidade ainda são elevados. Os que deliberadamente usam anticonceptivos são os que já têm muitos filhos (pp. 21-22).

...vamos apresentar três casais que, hipoteticamente, podem exemplificar o comportamento típico da fecundidade em Moçambique. Os casais representam também três fases do comportamento da fecundidade: tradicional, em transição e moderno. As histórias dessas famílias são definidas pela interacção entre oferta e demanda de crianças e os custos de regulação da fecundidade... (p. 22).

Casal tradicional - O casal tradicional pertence ao grupo étnico Emakua e vive na zona rural de Nampula, uma das províncias do norte. Vivendo num ambiente agrícola, **o casal deseja ter o maior número de filhos**; para eles, quanto maior for o número de crianças, maior será a força de trabalho para a agricultura e sua subsistência ficará garantida a longo prazo... Não tem acesso a água potável, nem a TV ou rádio. Duas filhas já morreram de cólera, razão pela qual desejam ter mais filhos. O número total de crianças depende de uma fecundidade sem controlo, simbolizada pela frase “depende de Deus”; oito, é o número de filhos que desejam ter... (p. 23).

Casal em transição - O casal em transição pertence aos grupos étnicos Xitswa e Xitsonga e vive na capital da província de Inhambane, depois de ter mudado do interior, há alguns anos atrás. Apesar de saudável, é analfabeto e tem um padrão de vida instável porque a sobrevivência da família depende de empregos temporários do homem conseguidos noutras províncias moçambicanas. O estilo de vida urbano reduziu ligeiramente o desejo do casal quanto ao número de filhos; os custos com as crianças tornaram-se maiores devido à escola. Além disso, suas crianças estão todas vacinadas e a sua mortalidade é menor do que a dos seus primos rurais. Quando o casal está esperando seu quinto filho, discute sobre a estranha e pouco tradicional noção de limitar o tamanho da família. No entanto, acaba por não ir à clínica; ainda vê com desconforto o recurso a métodos anticonceptivos (por exemplo, abstinência ou preservativos), para além dos custos reais, em tempo e dinheiro, de certas técnicas (por exemplo, aborto ou esterilização). É só quando está à espera do seu sexto filho que decide limitar o tamanho da sua família. Obtém um método moderno anticonceptivo na clínica de saúde local.

Casal moderno - O casal moderno, dos grupos étnicos Xitsonga e Português, sempre viveu na Cidade de Maputo. Um dos parceiros tem o ensino médio e pelo menos o homem tem emprego permanente em tempo inteiro. Assumindo estilos de vida urbana, desde o início da união, o casal sente-se motivado para controlar o tamanho da família, já que ter filhos indesejados implicaria custos adicionais. Decidiu não ter mais de três filhos, uma vez que os custos de uma quarta criança poderiam comprometer o investimento direcionado para a “qualidade da educação” dos três primeiros filhos. A perspectiva de crianças não desejadas motivou-o a escolher a contracepção moderna, a qual é relativamente barata na Cidade de Maputo, onde comparativamente às áreas rurais é fácil de obter informação e contraceptivos. Os contraceptivos, neste caso, são utilizados não só como meio para conseguir o número de filhos desejado, mas para definir também quando é que as crianças devem nascer.

(*) Sublinhado adicionado

Fonte: Ceccato (2000)

É certo que a protecção social **demográfica, assente na fecundidade e reprodução humana**, quando avaliada à luz dos actuais padrões internacionais de segurança humana digna, apresenta-se bastante precária; mas em cada sociedade os indivíduos e famílias procuram garantir a segurança humana digna possível, em conformidade com as condições de desenvolvimento em que vivem. No caso de Moçambique, atendendo ao baixo padrão de vida da maioria da população, a protecção social demográfica de modo algum pode ser considerada obsoleta. Nem mesmo nos países de economia desenvolvida, se bem que nestes, existem sistemas alternativos e complementares alicerçados em instituições financeiras.

À medida que a população avança na transição do RDA para o RDM, para que segurança humana digna seja ampliada e reforça é indispensável que melhore o padrão de vida das pessoas. Foi o que aconteceu nas sociedades mais desenvolvidas, onde a melhoria do padrão de vida da população se alicerçou em institucional económicas, financeiras e administrativas crescentemente inclusivas, extensivas e libertadoras da capacidade individual e colectiva.

Em contrapartida, num vasto conjunto de países da África Subsariana, incluindo Moçambique, as evidências empíricas disponíveis, revelam que ter muitos filhos continua a ser a opção mais comum e efectiva, para a generalidade da população moçambicana, pelos seguintes motivos: 1) A economia familiar depende do contributo activo e produtivo de crianças e adolescentes; 2) Os filhos asseguram a segurança social e aposentadoria aos idosos.

Apesar dos sistemas de segurança social formais, assentes em mecanismos financeiros contributivos, terem iniciado em Moçambique há mais de um século,¹⁶ a sua capacidade de proporcionar uma segurança humana digna e extensiva à maior parte da população permaneceu profundamente limitada e excludente. Até à Independência, em 1975, o Estado colonial centrou a sua atenção no desenvolvimento de um sistema de segurança social contributivo em conformidade com a capacidade pública e privada criada no quadro da economia e do regime político colonial.

Depois da Independência, durante a primeira década, o Governo Moçambicano hesitou entre manter o sistema de segurança social que passou a beneficiar os funcionários públicos nacionais e introdução de formas colectivistas e socialistas, à luz da ideologia colectivista. Perspectiva-se que o Estado assumisse o papel central e dominante, através de uma gestão administrativa e centralizadora dos recursos produtivos e financeiros. Todavia, em meados da década de 1980, a economia nacional e o Estado Soberano, em particular, encontravam-se falido e mergulhado numa insolvência profunda. Este facto que foi formalmente reconhecido pelo Governo Moçambicano, ao solicitar a adesão à Instituições de Brighton Bodos e apela à ajuda de emergência internacional.

¹⁶ O primeiro regulamento da Fazenda do Ultramar, surgiu em 1901 para garantir a previdência social aos servidores do aparelho do Estado Colonial (Francisco, 2009b; Quive, 2007: 12).

Nestas duas décadas passadas, o Estado Moçambicano tem procurado restabelecer sistemas formais contributivos, obrigatório e voluntário, similares aos sistemas de segurança social introduzidos no período colonial e existentes nas economias mais desenvolvidas. Simultaneamente, devido à acentuada vulnerabilidade e indigência da maior parte da população moçambicana, o governo tem envidado sucessivos esforços, junto dos seus parceiros internacionais e entidades filantrópicas, para mobilizar doações para programas de assistência social. Nuns casos a assistência social surge de forma *ad UC* ou em resposta urgente a situações de emergência, como no caso de calamidades naturais e a guerra civil. Noutros casos, procura mobilizar programas, de médio ou longo prazo, para compensar a incapacidade dos sistemas financeiros formais contributivos de garantam uma base mínima, mas ampla, de segurança social digna, extensiva a toda a população.

Vários autores internacionais têm defendido a conversão dos programas internacionais de assistência social, que no passado responderam a situações de emergência e conjunturais, em mecanismos regulares, previsíveis e duradouros, como por exemplo: os programas de subsídio de alimentos ou monetários, projectos de obras públicas e programas de benefício social por trabalho, entre outros (Cunamizana, 2009; Deveneux and Sabates-Wheeler, 2004; Deveneux, 2006; Ellis et al, 2009; Farrington et al., 2007; Feliciano et al., 2008; Hotzman, 2009; McCord, 2009, Sachs, 2005).

Por mais bem-intencionadas que as recentes propostas de assistência social sejam, com vista a converter acções reactivas em programas previsíveis e duradouros, como mostra este trabalho, tais propostas parecem condenadas à mesma sorte das anteriores. Os sistemas de segurança social contributiva e de assistência social não contributiva, na forma como têm sido tratados e implementados, não tomam em consideração as formas de protecção social socialmente relevantes para a vida quotidiana da maioria da população moçambicana. Tomar consciência das limitações que esta forma de lidar com o problema da protecção social gera é, certamente, o passo crucial para se procurarem alternativas efectivas para se conceberem sistemas de protecção social com perspectivas de se tornarem viáveis e sustentáveis a longo prazo.

Referências

- Abernethy, V., 1995. 'Editorial – The Demographic Transition Model: A Ghost Story'. *Population and Environment: A Journal of Interdisciplinary Studies*, 17, 1 (September): 3-5.
- Aboim, S., 2008. 'Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo'. *Análise Social*, vol. XLIII (2.º), pp. 273-295.
- Adésínà, J. 2010. Rethinking the Social Protection Paradigm: Social Policy in Africa's Development, Commissioned Background Paper for the *European Report on Development 2010*, European University Institute, Florence, Italy, <http://erd.eui.eu/media/2010/Rethinking%20the%20Social%20Protection%20Paradigm.pdf>. (Acedido a 06.11.2010).

- Arnaldo, C. e Muanamoha, R., 2010. *Crescimento Populacional em Moçambique: Que Implicações e Desafios para o Desenvolvimento Sócio-Económico*, Artigo apresentado na Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e Diversidade Cultural em Moçambique, 17-18 de Novembro de 2010, Maputo.
- Arnaldo, C., 2007. *Fecundidade e seus Determinantes Próximos em Moçambique: Uma análise dos níveis, tendências, diferenciais e variação regional*. Maputo: Texto Editores.
- Bandeira, M., 1996. 'Teorias da população e modernidade: o caso português'. *Análise Social*, Vol. XXXI (135), pp. 7-43.
- Barrientos, A. and Hulme, D. eds., 2010. *Social Protection for the Poor and Poorest: concepts, policies and politics*. London: Palgrave Macmillan.
- Becerra, S., 2009. *O Crash de 2010: Toda a verdade sobre a crise*. Lisboa: Planeta.
- Bernanke, B., 2006. The Coming Demographic Transition: Will we Treat Future Generations Fairly? Before The Washington Economic Club, Washington, D.C., www.federalreserve.gov/newsevents/speech/Bernanke20061004a.htm (Acedido 11.01.2011).
- Bloom, D. and Freeman, R., 1986. 'The Effects of Rapid Population Growth on Labor Supply and Employment in Developing Countries'. *Population Development Review* 12: 381-414.
- Bloom, D., Canning, D. and Sevilla, J., 2003. *The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change*. Population Matters. A RAND Program of Policy-Relevant research Communication. Santa Monica: RAND, www.rand.org.
- Bongaarts, J. and Watkins, S., 1996. 'Social Interactions and Contemporary Fertility Transition'. *Population Development Review* 22: 639-683.
- Bongaarts, J., 2002a. "Dependency burdens in the developing world", in Nancy Birdsall, Allen C. Kelly and Steven Sinding (eds.), *Population Matters: Demographic chance, economic growth, and poverty in the developing world*, New York: Oxford University Press, pp. 55-64.
- Bongaarts, J., 2002b. 'The end of the fertility transition in the developing world'. Working Paper Nº 161 Policy research Division, population Council, New York.
- Bongaarts, J., 2007. 'Fertility transitions in developing countries: Progress or stagnation?' Paper presented at the session of the Population Association of America, New York, 28-31 March 2007.
- Brown, L., Gardner, G. and Halweil, B., 1999. *Beyond Malthus: Nineteen Dimensions of the Population Challenge*. The Worldwatch Environmental Alert Series. New York: NORTON & COMPANY.
- Cain, M. 1981. 'Risk and insurance: Perspectives on fertility and agrarian change in India and Bangladesh'. *Population Development Review* 9: 435-474.
- Cain, M. 1983. 'Fertility as adjustment to risk'. *Population Development Review* 9: 688-702.
- Cain, M., 1986. 'Risk and fertility: A reply to Robinson'. *Population Studies* 40: 299-304.
- Caldwell, J., 1976. 'Toward a restatement of demographic transition theory'. *Population Development Review* 2: 321-366.
- Caldwell, J., 1982. *Theory of Fertility Decline*. London: Academic Press.
- Caldwell, J., 2001. 'The Globalization of Fertility Behavior'. *Population and Development Review* 27, Supplement: Global Fertility Transition, Population Council, pp. 93-115.

- Caldwell, J., 2004. 'Demographic Theory: A Long View'. *Population and Development Review* 30(2) (June 2004), pp. 297-316.
- Campbell, M., 2007. 'Why the silence on population?' *Popul Environ* 28: 237-246.
- Carreira, H. e Dâmaso, E. 2009. *Portugal que Futuro?* Lisboa: Objectiva.
- Carreira, M. e Costa, R. 2008. *O Dever da Verdade*. Lisboa: Dom Quixote.
- Ceccato, V., 2000. Assessing the Impact of Modernation on Fertility: The Case of Mozambique. International . Interim Report, IR-00-052. Institute for Applied Systems Analysis (IIASA), Laxenburg. www.iiasa.ac.at/Admin/PUB/Documents/IR-00-052.pdf (acedido 8.02.2011).
- Chiziane, P., 2010. 'O Lobolo'. Índico, Série III (2), Julho-Agosto. Maputo. pp. 48-52.
- Cichon, M. et al., 2004. *Financing Social Protection*. International Social Security Association, Quantitative Methods in Social Protection Series. Geneva: International Labour Office.v
- Cincotta, R., Engelman, T. and Anastasion, D., 2002. *The Security Demographic: Population and Civil Conflict After the Cold War*. Washington, DC: Population Action International.
- Cleland, J. 2001. The effects of improved survival on fertility: a reassessment. , in *Global Fertility Transition* a supplement to Vol. 27 (2001) of *Population Development Review*, RA Bulatao, JB Casterline (eds). Population Council: New York: 60-92. www.ccp.ucr.ac.cr/~icamacho/problemas/cleland.pdf (acedido 01.02.2011)
- Coale, A., 1994. Conference of European Fertility Bellagio, July 1968. Office of Population Research Working Paper 94-2, Princeton University.
- Cochran, L., 1977. 'Urbanization-industrialization and the theory of demographic transition. *Pacific Sociological Review* 20(1): 113-134.
- Coleman, D., 2006. Europe's Demographic Future: Determinants, Dimensions, and Challenges. Working Paper 32, University of Oxford. www.spsw.ox.ac.uk/fileadmin/documents/pdf/WP32_Europe_s_Demographic_Future.pdf. [Acedido a 20.01.2011).
- Conley, D., McCord, G. and Sachs, J., 2007. Africa's Lagging Demographic Transition: Evidence from Exogenous Impacts of Malaria Ecology and Agricultural Technology. Working Paper 12892, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA, www.nber.org/papers/w12892.
- Covey, S., 2005. *O 8o Hábito da Eficácia à Grandeza*. Lisboa: Dinalivro.
- Dava, G., Low, J. e Matusse, C., 1998. 'Mecanismos de Ajuda Mútua e Redes Informais de Protecção Social: Estudo de Caso das Províncias de Gaza e Nampula e a Cidade de Maputo, in *Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Primeira Avaliação Nacional (1996-97)*, Ministério do Plano e Finanças, Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI) e Faculdade de Agronomia da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, pp. 316-370.
- Davis, K., 1963. 'The theory of change and response in modern demographic history'. *Population Index* 29: 345-366.
- De Vletter, F., Lauchande, C. and Infante, E., 2009. *FinScope Mozambique Survey 2009 – Survey Report*. Maputo: AustralCowl.
- Demeny, P. and McNicoll, G., 2006. 'The Political Demography of the World System, 2000-2050'. Policy Working Paper 213. www.popcouncil.org/publications/wp/prd/rdwplist.html. .

- Deutsch, D., 2000. *A Essência da Realidade*. São Paulo: Makron Books.
- Devereux, S., Davies, M., McCord, A. and Slater, R., 2010. "Social Protection in Africa: Where Next?". Centre for Social Protection (CSP), the Social Protection Programme, the School of International Development and the Regional Hunger & Vulnerability Programme (RHVP). www.ids.ac.uk/go/news/social-protection-in-africa-where-next.
- Devereux, S. and Sabates-Wheeler, R., 2004. Transformative social protection. IDS Working Paper 232. Institute of Development Studies. <http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&q=Transformative+social+protection&btnG=Pesquisar&meta=> (acedido 03.08.2009).
- Devereux, S., 2006. Social Protection Mechanisms in Southern Africa. Regional Hunger and Vulnerability Programme (RHVP). http://www.wahenga.net/sites/default/files/reports/Social_protection_in_Southern_Africa.pdf. (acedido 21.05.2010).
- ECA (Economic Commission for Africa). 2001. *The State of Demographic Transition in Africa*. ECA/FSSDD/01/10. Food Security and Sustainable Development Division (FSSDD). www.uneca.org.
- Ellis, F., Devereux, S. and White, P., 2009. *Social Protection in Africa*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Limited.
- Ezeh, A., Mberu, B. and Emina, J., 2009. "Stall in fertility decline in Eastern African countries: regional analysis of patterns, determinants and implications". *Philosophical Transactions of the Royal Society B* 364:2991-3007. <http://rstb.royalsocietypublishing.org/content/364/1532/2991.full.pdf+html> (Acedido a 25.01.2011).
- Farrington, J., Holmes, R. and Slater, R., 2007. 'Linking social protection and the productive sectors'. *Briefing Paper 28*, Overseas Development Institute (ODI), October 2007.
- FDC (Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade) e UNICEF. 2010. *Informes Orçamentais 7: O que diz o Orçamento do Estado 2010 sobre o Sector de Acção Social?* Maio 2010. Maputo: FDC (Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade e UNICEF (The United Nations Children's Fund)).
- Feliciano, J., Lopes, C. e Rodrigues, C., 2008. *Protecção Social, Economia Informal e Exclusão Social nos PALOP*. João do Estoril: Principia.
- Feliciano, J., 1998. *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*. Arquivo Histórico de Moçambique, Estudo 12. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Ferguson, N. 2009. *A Ascensão do Dinheiro: uma história financeira do mundo*. Barcelos: Civilização Editora.
- Firmino, G., 2008. "Nomes dos *vatonga* de Inhambane: entre a 'tradição' e a 'modernidade'". *Etnográfica* 12 (1), pp. 129-141.
- Francisco, A., 2009a. "Bazarconomia da Protecção Social em Moçambique na Primeira Década do Século XXI: *Venenos do passado, remédios do presente, futuro envenenado?*" www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/Grupoll/Artigo%20sobre%20Proteccao%20Social_AFrancisco.pdf
- Francisco, A., 2009b. 'Protecção Social no Contexto da Bazarconomia de Moçambique'. *Ideias 15*, Maputo 9 de Junho 2009, www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_15.pdf.

- Francisco, A. 2011. 'Protecção Social Financeira e Demográfica: Desafios para uma Segurança Humana Digna em Moçambique', In: L. Brito, CN Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (eds). *Desafios para Moçambique 2011* (no prelo).
- Francisco, A. e Ali, R., 2008. 'Conceptualização e Mapeamento da Pobreza'. *Ideias 1*, Maputo 1 de Setembro, www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_1.pdf.
- Francisco, A. e Paulo, M., 2006. Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: a dimensão oculta da informalidade em Moçambique, Cruzeiro do Sul - Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão, Maputo, www.iid.org.mz/impacto_da_economia_informal.pdf.
- Francisco, A., 2009c. 'A Relatividade da Pobreza Absoluta e Segurança Social em Moçambique'. *Ideias 26*, Maputo 7 de Dezembro 2010, www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_26.pdf.
- Francisco, A., 2010a. "Moçambique: Protecção Social no Contexto de um Estado Falido mas Não Falhado", In: L. Brito, CN Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (eds). *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 37-95
- Francisco, A., 2010b. 'Crescimento Demográfico em Moçambique: Passado, Presente... que Futuro?'. *Ideias 28*, 16 de Abril de 2010. Maputo: IESE, www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_28.pdf.
- Francisco, A., 2010c. Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique: Dinâmicas Recentes e Cenários Prospectivos. In: IESE e OIT (Organização Internacional do Trabalho), *Acção Social Produtiva em Moçambique: Que Possibilidades e Opções?* Maputo, 12 de Maio de 2010, Maputo: IESE, www.iese.ac.mz/lib/publication/conf_oit/Antonio_Francisco.pdf.
- Francisco, A., Ali, R. e Ibraimo, Y., 2010a. 'Protecção Social Financeira e Protecção Social Demográfica: Ter muitos filhos, principal forma de protecção social em Moçambique?'. *Ideias 32*, Maputo 10.11.2010, www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf.
- Francisco, A., Ali, R. e Ibraimo, Y., 2010b. 'Financial versus Demographic Social Protection in Mozambique'. *Poverty in Focus 22*. International Policy Centre for Inclusive Growth, Poverty Practice, Bureau for Development Policy, UNDP, Basília-DF, www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus22.pdf (08.01.2011).
- Frank, O., 2008. The Demography of Fertility and Infertility. Global Health Situation Assessment and Projections Unit, Division of Epidemiological Surveillance and Health Situation and Trend Assessment World Health Organization, Geneva, www.gfmer.ch/Books/Reproductive_health/The_demography_of_fertility_and_infertility.html (acedido 28.01.2011).
- Friedlander, D., Okun, S. and Segal, S., 1999. 'The demographic transition then and now: processes, perspectives and analyses', Dept. of Population Studies, Jerusalem: Hebrew University of Jerusalem.
- Gaisie, S., 1989. Demographic transition: the predicament of sub-Saharan Africa. 'The Continuing Demographic Transition', The John C. Caldwell Seminar, 14-17 August 1995. Canberra: The Australian National University (ANU).
- Geffray, C., 2000. *Nem Pai Nem Mãe. Crítica do parentesco: o caso macua*. Lisboa: Ndjira.

- Gentilini, U., 2005. Mainstream Safety Nets in the Social Protection Policy Agenda: A New Vision of the Same Old Perspective? Paper presented at the Conference on Social Protection for Chronic Poverty: Risk, Needs and Rights: Protecting What? How? Chronic Poverty Research Centre, Manchester University.
- Gladwell, M., 2006. 'What's behind Ireland's economic miracle – and G.M.'s financial crisis?', Article from the New Yorker, 28.10.2006. www.gladwell.com/2006/2006_08_28_a_risk.html (Acedido 25.11.2010).
- Gross, R., 2007. Definitions of Key Social Protection Terms from Other Donors. USAID KNOWLEDGE SERVICES CENTER. http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADL904.pdf (acedido em 21.05.2010).
- Hedges, D. (Coordenador), 1993. *História de Moçambique: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1960*. Vol. 3. Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: Imprensa da UEM.
- Hodges, A., Pellerano, L., 2010. Development of Social Protection: Strategic review for UNICEF Mozambique. Final Report. Oxford Policy Management.
- Holzmann, R., 2009. *Social Protection and Labor at the World Bank, 2000-2008*. Washington, D.C.: The World Bank.
- Hugh, E., 2008. 'Four stages of the demographic transition: Bo Malmberg's Theory Of Stages, Sanderson and Scherbov's Life Cycle Rescaling and Demographic Maturity', in Edward's Book Draft.
- ILO (International Labor Organization). 2010. *Employment and social protection in the new demographic context*. Employment Policy Department, Geneva, http://www.ilo.org/emppolicy/what/pubs/lang--en/docName--WCMS_125308/index.htm.
- ILO (International Labour Office). 2006. Social Protection and Inclusion: Experiences and policy issues. Strategies and Tools against Social Exclusion and Poverty Programme (STEP)/Portugal. Geneva: International Labour Office.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 1999a. *Projeções Anuais da População Total, 1997-2020: Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 1999b. *Projeções Anuais da População por Províncias e Áreas de Residência, 1997-2020: Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2002. *Censo Agro-Pecuário 1999-2000: Resultados Definitivos*. Maputo: INE.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2005. *Moçambique: Indicadores Socio-Demográficos por Distritos, 1997*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2006. *Resultados do Primeiro Inquérito Nacional ao Sector Informal (Infor 2004)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, www.ine.gov.mz.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2009a. *Inquérito de Indicadores Múltiplos 2008 (MICS)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2009b. *Apresentação dos resultados definitivos do censo 2007*, http://www.ine.gov.mz/home_page/censo2007/rdcenso09.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2009c. *2004-2008, Um Retrato Estatístico, Moçambique 2009*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

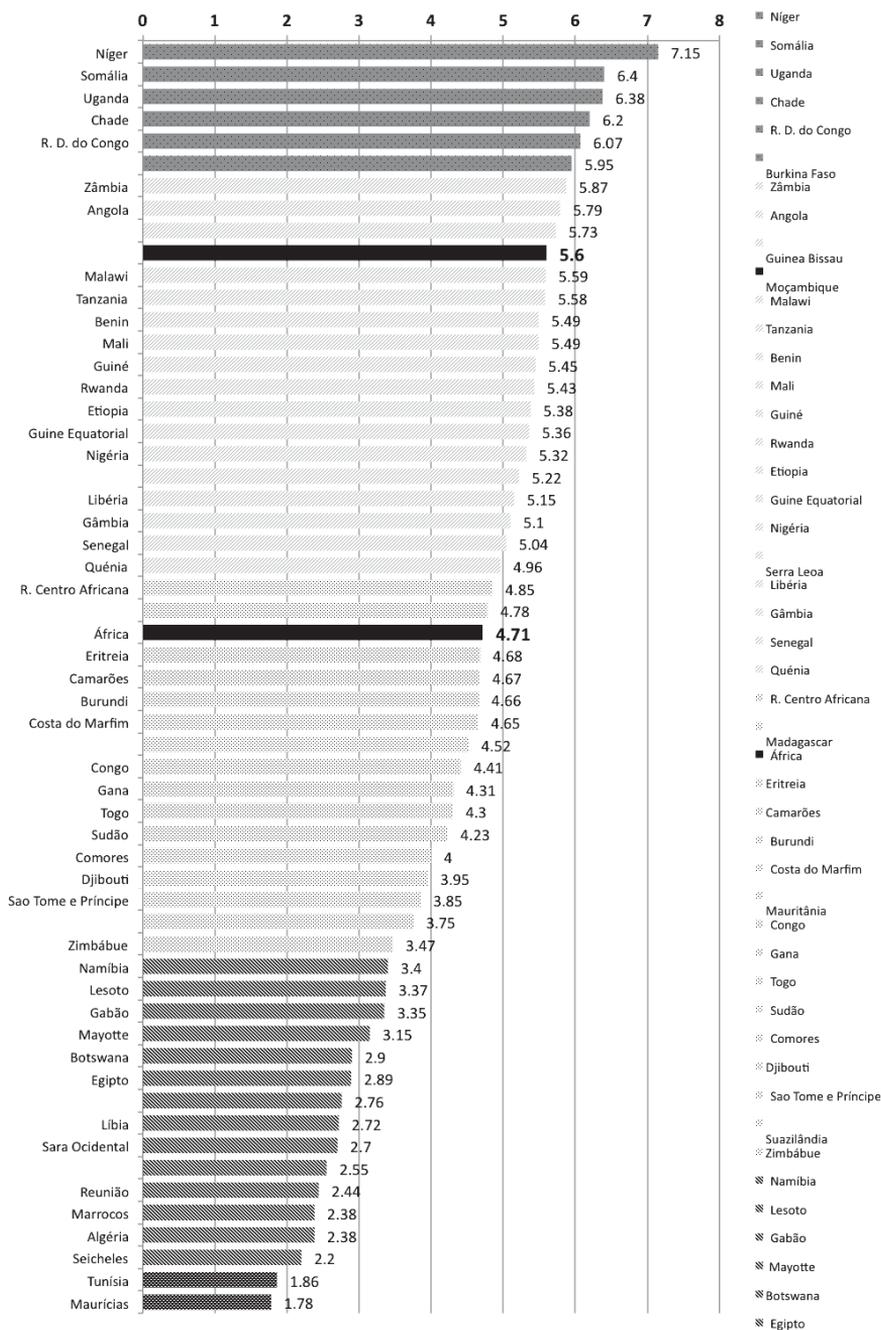
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2010a. *Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, 2007-2040: Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística. www.ine.gov.mz/populacao/projecoes/proj_pop_moz/PROJ_NAC.pdf. (acedido a 25.01.11)
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2010b. *População e Indicadores Demográficos, Segundo Projeções, 1950-2020, Moçambique*. Website do INE, www.ine.gov.mz/populacao/indicadores/indicador (acedido em 25.01.2011).
- Kaletsky, A., 2010. *Capitalism 4.0: The Birth of a New Economy*. London: Bloomsbury.
- Kent, et al. (ed.), 2004. *Transitions in the World Population*. *Population Bulletin* 59, no. 1. Wahsington, DC: Population Reference Bureau (PRB).
- Keyfitz, N., 1980. 'Population Appearances and Demographic Reality'. *Population and Development Review*, 16, 1 (March), Population Council, pp. 47-64.
- Kirk, D., 1996. 'Demographic transition theory'. *Population Studies* 50(3): 361-387.
- Kreider, A., Shapiro, D., Varner, C. and Sinha, M., 2009. 'Socioeconomic progress and fertility transition in the developing world: evidence from the Demographic and Health Surveys'. Paper presented at the International Union for the Scientific Study of Population International Population Conference, Marrakesh, Morocco, September 27-October 2, 2009.
- Lestaeghe, R, and Neidet, L., 2006. "The 'second demographic transition' in the U.S.: spatial patterns and correlates". Population Studies Center Research Report 06-592, Population Studies Center, University of Michigan, Institute for Social Research
- Lestaeghe, R., 2010. 'The unfolding story of the second demographic transition', Population Studies Center Research Report 10-696, Population Studies Center, University of Michigan, Institute for Social Research.
- Lesthaeghe, R., 1980. 'On the social control of human reproduction'. *Population Development Review* 6, pp.527-548.
- Lesthaegue, R., 1989. *Reproduction and Social Organization in Sub-Saharan Africa*. California: University of California Press.
- Livi-Bacci, M., 1992. *A Concise History of World Population*. Cambridge, MA: Blackwell Publishers.
- Lowry, I., 1990. 'World Urbanization in Perspective'. *Population Development Review* 16, pp.148-176.
- Maddison, A., 2006. *The World Economy: Volume 1: Millennial Perspective and Volume 2: Historical Statistics*. Development Centre Studies. Paris: OECD Publishing.
- Maddison, A., 2010. *Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP, 1-2008 AD*, <http://www.ggdc.net/maddison/> (Acedido em 6.04.10).
- Malmberg, B. and Lindh, T., 2004. 'Demographically based global income forecasts up to the year 2050'. Preliminary version to be presented at the Symposium on Demographic Change and Global Income Growth in the 21st Century, Krusenberg 7-9 January 2004.
- Malmberg, B. and Sommestad, L., 2000. *Four Phases in the Demographic Transition. Implications for Economic and Social Development in Sweden 1820-2000*. Sweden: Institute for Futures Studies.
- Malmberg, B., 2008. *Demography and the Development Potential of sub-Saharan Africa*. Current African Issues 38. Uppsala: The Nordic Africa Institute.

- Malthus, T., 1986. *Ensaio sobre População*. Tradução de A. Cury. Ed. **Population: The First Essay**. Arbor Paperbacks, The University of Michigan Press, 1959. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- Mariano, E., Paulo, M., 2009. *Infertilidade, Fertilidade: Áreas escondidas do nosso quotidiano?* Maputo: Kula.
- Marx, K., 1974. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro 3, Vol. VI. Primeira edição, 1894. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 939.
- Mason, K., 1997. 'Explaining Fertility Transitions'. *Demography*, Vol. 34, No. 4 (Nov., 1997), pp. 443-454.
- McCord, A., 2009. 'Social protection: A global imperative'. *Opinion 129*, Overseas Development Institute (ODI), April 2009.
- Midgley, J. and Tang, K-I., 2008. *Social Security, the Economy, and Development*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Ministério da Saúde e UNICEF Moçambique. 2009. *Moçambique: Estudo nacional sobre a mortalidade infantil 2009, Sumário*. United Nations Children's Fund (UNICEF), Maputo.
- Moçambique. 2007a. Lei 4/2007, de 7 de Fevereiro (Quadro Legal da Protecção Social), Boletim da República I Série, Nº 6 pp. 75-81.
- Moçambique. 2007b. Decreto nº 53/2007, Regulamento da Segurança Social Obrigatória. BR nº 048, I Série, de 3 de Dezembro de 2007, pág. 7-22.
- Moçambique. 2009b. Decreto nº 85/2009, Regulamento da Segurança Social Básica, Boletim da República nº 051, I Série, 3º Supl., 29 de Dezembro de 2009, págs. 378(278) – (378)282.
- MPD (Ministério da Planificação e Desenvolvimento). 2007. *Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Aprovada pelo Conselho de Ministros em 11 de Setembro de 2007, <http://www.ruralmoc.gov.mz/EDR.htm>.
- MPD (Ministério da Planificação e Desenvolvimento). 2010. *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional*. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP). http://www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_details&Itemid=50&gid=103&lang=pt.
- Munro, L., 2007. *Risks, rights, and needs: compatible or contradictory bases for social protection?* International Development Research Centre, BWPI Working Paper 7. International Development Research Centre. Ottawa: The University of Manchester.
- Nazareth, J., 2004. *Demografia: A Ciência da População*. Lisboa: Editorial Presença.
- Newitt, M., 1997. *História de Moçambique*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América.
- Niño-Zarazúa, et al., 2010. *Social Protection in Sub-Saharan Africa: Getting the politics right*. Brooks World Poverty Institute, University of Manchester, <http://erd.eui.eu/media/2010/Hulme.pdf>.
- Norton, A., Conway, T, and Foster, M., 2001. *Social Protection Concepts and Approaches: Implications for Policy and Practice in International Development*. Working Paper 143. Centre for Aid and Public Expenditure, London, Overseas Development Institute.
- Pélissier, R., 2000. *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Editorial Estampa.

- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 1999. *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 1999, Moçambique - Crescimento económico e desenvolvimento humano: progresso, obstáculos e desafios*. Maputo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Quive, S., 2007. *Protecção Social em Moçambique: Uma rede furada de protecção social*. Maputo: DIEMA.
- Recama, D., 2008. Segurança Social do INSS – Desafios para Integração do Sector Informal. Trabalho de fim do curso. Curso de Mestrado em População e Desenvolvimento. Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (não publicada).
- Reher, D., 2004. 'The Demographic Transition Revisited as a Global Process'. *Population, Space and Place* 10: 19-41.
- Rita-Ferreira, A., 1969a. 'O êxodo Rural e a Industrialização'. *Ind. Moçamb.* Lourenço Marques, Vol. 2, nº 1, pp. 1-39.
- Rita-Ferreira, A., 1972. 'Moçambique e a Explosão Demográfica'. *Notícias*. Lourenço Marques, 25/01/1972. www.antoniorita-ferreira.com/pt/mocambique-e-a-explosao-demografica (acedido 14.02.2011).
- Rita-Ferreira, A., 1969b. 'A oscilação do trabalho africano entre o meio rural e o meio urbano'. *Ind. Moçamb.* Lourenço Marques, Vol. 2, nº 3, pp. 77-108.
- Robertson, A., 1991. *Beyond the Family: The Social Organization of Human Reproduction*. Berkeley: University of California Press.
- Ross, J., 2004. Understanding the Demographic Dividend. POLICY Project, Future Group. policyinfo@futuresgroup.com.
- Sandlell, R., 2004. North Africa: Grappling with Demography. Working Paper 56/2004, Madrid. www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_eng/Content?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_in/zonas_in/demography+population/dt56-2004 (acedido 15.02.2011)
- Schneider, F., Buehn, A. & Montenegro, C., 2010. Shadow Economies All over the World New Estimates for 162 Countries from 1999 to 2007. Policy Research Working Paper 5356. The World Bank, Development Research Group, Poverty and Inequality Team & Europe and Central Asia Region, Human Development Economics Unit, July 2010.
- Schoumaker, B., 2004. 'Poverty and fertility in Sub-Saharan Africa: Evidence from 25 countries'. Paper presented at the Population Association of America Meeting, Boston, 1-3 April 2004.
- Shapiro, D. and Gebreselassie, T., 2007. Fertility transition in Sub-Saharan Africa: Falling and Stalling. In: *Annual Meeting of the Population Association of America*, Office of Population Research (OPR) at Princeton University New York, 29-31 March 2007.
- Shapiro, R., 2010. O Futuro, Uma Visão Global do Amanhã. Como as superpotências, populações e a globalização vão mudar a forma como vivemos e trabalhamos. Lisboa: Actual Editora.
- Soros, G. 1999. *A Crise do Capitalismo Global: A Sociedade Ameaçada*. Lisboa: Temas e Debates.
- Szreter, S., 1993. 'The Idea of Demographic Transition and the Study of Fertility Change: A Critical Intellectual History'. *Population and Development Review*, 19 (4), pp. 659-701.
- Thompson, W., 1929. 'Population'. *The American Journal of Sociology* 34 (6): 959-975.

- UN (United Nations), 2010a. *World Population Prospects: The 2008 Revision*, Disponível em: <http://esa.un.org/unpp/index.asp>, [Acedido a 6.04.2010].
- UN (United Nations), 2010b. Dicionário Demográfico Multilíngüe (Português - projeto da tradução da segunda edição). Demopaedia, <http://pt-ii.demopaedia.org/wiki/62#621>. [Acedido a 30.01.2011].
- UNDP (United Nations Development Programme). 2001. *Human Development Report 2001*. New York: Oxford University Press. <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994> (Acedido 11.11.2010)
- UN-Habitat. 2010. *The State of African Cities 2010: Governance, Inequality and Urban Land markets*. November 2010. Nairobi: UN-HABITAT Headquarters.
- United Nations. 2010. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, *World Population Prospects: The 2008 Revision*, <http://esa.un.org/unpp/p2k0data.asp>, (acedido em February, 2010).
- Van Ours, Jan C. 2009. 'Will you Still Need Me – When I'm 64?' Center, Tilburg University, University of Melbourne, CEPR and IZA, Discussion Paper No. 4264, June 2009.
- Watkins, S., 1987. 'The Fertility Transition: Europe and the Third World Compared'. *Sociology Forum*, Vol. 2 (4), pp. 645-673.
- Wilson, D., 2009. *A Evolução para Todos: Como a teoria de Darwin pode mudar a nossa forma de pensar na vida*. Lisboa: Gradiva.
- World Bank. 1999. *World Development Report 2000/2001*. Washington, D.C: The World Bank.
- Wuyts, M., 2006. *Developing Social Protection in Tanzania within a Context of Generalized Insecurity*. Series Paper 06.19., Research Poverty Alleviation, Dar es Salaam: REPOA., Dar es Salaam. www.mkukinanyota.com.

Anexo 1: Mapa da Taxa de Fecundidade Total (TFT), 2009-2010



TGF de Moçambique corrigido com dado do INE (2010)

Fonte: WorldStat.info 2009-2010

Outras Publicações do IESE

Livros

Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo

Protecção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo

Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo.

Desafios para Moçambique 2010 (2009)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo

Cidadania e governação em Moçambique – comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo

Reflecting on economic questions – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)
IESE: Maputo

Southern Africa and Challenges for Mozambique – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)
IESE: Maputo

Cadernos IESE

(Artigos produzidos por investigadores permanentes e associados do IESE. Esta colecção substitui as séries “Working Papers” e “Discussion Papers”, que foram descontinuadas).

Cadernos IESE nº 5: Estender a Cobertura da Protecção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível? (2011)

Nuno Cunha e Ian Orton

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_05_Cunha&Orton.pdf

Cadernos IESE nº 4: *Questions of Health and Inequality in Mozambique (2010)*

Bridget O'Laughlin

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_04_Bridget.pdf

Cadernos IESE nº 3: *Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique: a propósito do lançamento de três livros do IESE (2010)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_03_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 2: *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana? (2010)*

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_02_SC.pdf

Cadernos IESE nº 1: *Economia Extractiva e desafios de industrialização em Moçambique (2010)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf

Working Papers

(Artigos em processo de edição para publicação. Colecção descontinuada e substituída pela série "Cadernos IESE")

WP nº 1: *Aid Dependency and Development: a Question of Ownership? A Critical View. (2008)*

Carlos Nuno Castel-Branco

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/AidDevelopmentOwnership.pdf>

Discussion Papers

(Artigos em processo de desenvolvimento/debate. Colecção descontinuada e substituída pela série "Cadernos IESE")

DP nº 6: *Recursos naturais, meio ambiente e crescimento económico sustentável em Moçambique. (2009)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/DP_2009/DP_06.pdf

DP nº 5: *Mozambique and China: from politics to business. (2008)*

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_05_MozambiqueChinaDPaper.pdf

DP nº 4: *Uma Nota Sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique (2008)*

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_04_Uma_Nota_Sobre_o_Voto_Abstencao_e_Fraude_em_Mocambique.pdf

DP nº 3: *Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique. (2008)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_03_2008_Desafios_DesenvRural_Mocambique.pdf

DP nº 2: *Notas de Reflexão Sobre a “Revolução Verde”, contributo para um debate. (2008)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/Discussion_Paper2_Revolucao_Verde.pdf

DP nº 1: *Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique (2008)*

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_01_ArtigoEtnicidade.pdf

IDeIAS

(Boletim que divulga resumos e conclusões de trabalhos de investigação)

Nº 32: *Protecção social financeira e protecção social demográfica: ter muitos filhos, principal forma de protecção social em Moçambique? (2010)*

António Francisco, Rosimina Ali e Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf

Nº 31: *Probreza em Moçambique põe governo e seus parceiros entre a espada e a parede (2010)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_31.pdf

Nº 30: *A dívida pública interna imobiliária em Moçambique: alternativa ao financiamento do défice orçamental? (2010)*

Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_30.pdf

Nº 29: *Reflexões sobre a relação entre infra-estruturas e desenvolvimento (2010)*

Carlos Uilson Muianga

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_29.pdf

Nº 28: *Crescimento demográfico em Moçambique: passado, presente...que futuro? (2010)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_28.pdf

Nº 27: *Sociedade civil e monitoria do orçamento público (2009)*

Paolo de Renzio

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_27.pdf

Nº26: *A Relatividade da Pobreza Absoluta e Segurança Social em Moçambique (2009)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_26.pdf

Nº 25: *Quão Fiável é a Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique? Uma Análise Crítica dos Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique (2009)*

Rogério Ossemame

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_25.pdf

Nº 24: *Sociedade Civil em Moçambique e no Mundo (2009)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_24.pdf

Nº 23: *Acumulação de Reservas Cambiais e Possíveis Custos derivados - Cenário em Moçambique (2009)*

Sofia Amarcy

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_23.pdf

Nº 22: *Uma Análise Preliminar das Eleições de 2009 (2009)*

Luis de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_22.pdf

Nº 21: *Pequenos Provedores de Serviços e Remoção de Resíduos Sólidos em Maputo (2009)*

Jeremy Grest

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_21.pdf

Nº 20: *Sobre a Transparência Eleitoral (2009)*

Luis de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_20.pdf

Nº 19: *"O inimigo é o modelo"! Breve leitura do discurso político da Renamo (2009)*

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_19.pdf

Nº 18: *Reflexões sobre Parcerias Público-Privadas no Financiamento de Governos Locais (2009)*

Eduardo Jossias Nguenha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_18.pdf

Nº 17: *Estratégias individuais de sobrevivência de mendigos na cidade de Maputo: Engenharia ou perpetuação da pobreza? (2009)*

Emílio Dava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_17.pdf

Nº 16: *A Primeira Reforma Fiscal Autárquica em Moçambique (2009)*

Eduardo Jossias Nguenha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_16.pdf

Nº 15: *Protecção Social no Contexto da Bazarconomia de Moçambique (2009)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_15.pdf

Nº 14: *A Terra, o Desenvolvimento Comunitário e os Projectos de Exploração Mineira (2009)*

Virgílio Cambaza

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_14.pdf

Nº 13: *Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda (2009)*

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_13.pdf

Nº 12: *Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique (2009)*

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_12.pdf

Nº 11: *Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento Sustentável (2009)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_11.pdf

Nº 10: *Indústrias de Recursos Naturais e Desenvolvimento: Alguns Comentários (2009)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_10.pdf

Nº 9: *Informação Estatística na Investigação: Contribuição da investigação e organizações de investigação para a produção estatística (2009)*

Rosimina Ali, Rogério Ossemame e Nelsa Massingue

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_9.pdf

Nº 8: *Sobre os Votos Nulos (2009)*

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_8.pdf

Nº 7: *Informação Estatística na Investigação: Qualidade e Metodologia (2008)*

Nelsa Massingue, Rosimina Ali e Rogério Ossemame

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_7.pdf

Nº 6: *Sem Surpresas: Abstenção Continua Maior Força Política na Reserva em Moçambique... Até Quando? (2008)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_6.pdf

Nº 5: *Beira - O fim da Renamo? (2008)*

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_5.pdf

Nº 4: *Informação Estatística Oficial em Moçambique: O Acesso à Informação, (2008)*

Rogério Ossemame, Nelsa Massingue e Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_4.pdf

Nº 3: *Orçamento Participativo: um instrumento da democracia participativa (2008)*

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_3.pdf

Nº 2: *Uma Nota Sobre o Recenseamento Eleitoral (2008)*

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_2.pdf

Nº 1: *Conceptualização e Mapeamento da Pobreza (2008)*

António Francisco e Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_1.pdf

Relatórios de Investigação

Mozambique: Avaliação independente do desempenho dos PAP em 2009 e tendências de desempenho no período 2004-2009 (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemame e Sofia Amarcy

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/2010/PAP_2009_v1.pdf

Current situation of Mozambican private sector development programs and implications for Japan's economic cooperation – case study of Nampula province (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue and Rogério Ossemame

Mozambique Independent Review of PAF's Performance in 2008 and Trends in PAF's Performance over the Period 2004-2008. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemame, Nelsa Massingue and Rosimina Ali.

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_eng.pdf

(também disponível em versão em língua Portuguesa no link http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_port.pdf).

Mozambique Programme Aid Partners Performance Review 2007 (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco, Carlos Vicente and Nelsa Massingue

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/PAPs_PAF_2007.pdf

IESE é uma organização moçambicana independente e sem fins lucrativos, que realiza e promove investigação científica interdisciplinar sobre problemáticas do desenvolvimento social e económico em Moçambique e na África Austral.

Tematicamente, a actividade científica do IESE contribui para a análise da política pública e social e da governação, com enfoque nas problemáticas de pobreza, política e planeamento público, cidadania, participação política, governação e contexto internacional do desenvolvimento em Moçambique.

